

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mirela Ferraz

As Narrativas do Supervisor de Campo de Estágio:
Conhecendo a Atribuição Privativa do Assistente Social

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mirela Ferraz

As Narrativas do Supervisor de Campo de Estágio:
Conhecendo a Atribuição Privativa do Assistente Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora:

A Deus!

Aos meus pais!

***A todos(as) os(as) Assistentes Sociais
que têm o compromisso de
supervisionar os Campos de Estágios
em Serviço Social!***

ALGUNS SIGNIFICADOS COMO AGRADECIMENTOS...

Aos meus pais, José e Mirna, por todos os ensinamentos de amor e respeito, sem os quais não saberia construir esta vida terrestre. Por fazerem de nossa família o espaço onde os sonhos são confabulados, acolhidos e estimulados.

Mãe, pela mulher linda e militante que você é, eu a admiro muito! Pai, por me ensinar, dia após dia, um pouco mais sobre você! Obrigada por estarem ao meu lado, em todos os momentos.

Sou, porque vocês me ensinaram a ser. Eu os amo tanto, tanto, tanto!

Ao meu irmão do meio, Paulo, pessoa com quem amo compartilhar a vida e quem não saberia viver sem. Sei que nossas vidas estão traçadas para todo o *infinito e além*.

Ao meu irmão mais velho, Guto, e à minha cunhada, Paula, por representarem para mim o sentimento concreto de amor e cumplicidade. Eu os quero sempre perto de mim!

A Raquel e Marieli, por completarem minha família. A nossa amizade é um bem pelo qual zelo com todas as minhas forças. Obrigada por emanarem luz!

À proteção espiritual daqueles que amo e que compõem minha família, no Céu.

A Maria Lúcia Martinelli. Professora, obrigada por toda a sabedoria e poesia que emanam de suas palavras! E, principalmente, por contribuir para meu encontro com a pesquisa, respeitando cada momento desse processo científico; afinal, como já

dizia o poeta Fernando Pessoa: “eu não escrevo português, eu escrevo eu mesmo”.
E você acreditou e valorizou isso.

Às minhas amigas e aos amigos de longe... Manuela, Edilaine, Helena, Wellington e Célia, por compartilharem da minha experiência em Curitiba. E, principalmente, por estarem presentes até hoje...

Aos colegas desses últimos três anos de retorno a São Paulo: Marilene Boscarri, Léia, Simão, Michelly, Milka, Maira, Augusto, Cris, Elisângela, Fábio e Marcos Valdir, por compartilharem comigo o sonho de aprender, sempre! Agradeço pelas caminhadas.

A Potira, Michelly, Simão, Liduína, Cris, Elisângela, Manuela, Renata e Edilaine...pois, “amigos de verdade amam você de qualquer jeito”.

A Maria Liduína, pela competência profissional e inteligência de vida. É um enorme aprendizado compartilhar com você “o Serviço Social”.

A Kátia, que mais do que a secretária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, tornou-se minha amiga. Obrigada pelos eternos esclarecimentos.

Ao Núcleo de Formação Profissional, do Conselho Regional de Serviço Social, de São Paulo (Cress-SP), na pessoa da Marlene Merisse, por representar com muita ética a militância da nossa categoria profissional.

À Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), região Sul II, na pessoa da Elisa Brisola, por manter aquecidos nossos debates e compromissos com a formação profissional do Serviço Social.

Ao Cress, da seccional de São José dos Campos, na pessoa do Marcos Valdir, por contribuir com essa pesquisa, não somente pelo espaço físico, mas pelas muitas palavras de sabedoria.

Às professoras do Curso de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por instigarem em mim a busca constante pelo saber da nossa profissão.

As professoras Carmelita Yasbek, Maria Lúcia Carvalho e Myrian Veras Baptista, da Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por transmitirem muita sabedoria e conhecimento.

Ao Departamento de Serviço Social, da Universidade de Taubaté, na pessoa da Professora Mabel Mascarenhas, por contribuir e tornar viável esta pesquisa.

Às Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios em Serviço Social: Lucimara Gil, Patrícia Saad e Maria Fernanda Costa. Obrigada por contribuírem com esta pesquisa, compartilhando suas narrativas e belas experiências profissionais.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos investimentos nas pesquisas em Serviço Social, e, em especial, nesta.

Aos queridos estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade São Francisco, pois os saberes só fazem sentido se compartilhados. Obrigada por crescerem comigo.

A todos, especialmente a cada um, o meu sincero obrigada!

Pouco conhecimento faz com que as criaturas se sintam orgulhosas.
Muito conhecimento, com que se sintam humildes.
É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o céu,
Enquanto que as cheias a abaixam para a terra, sua Mãe.

Leonardo da Vinci

RESUMO

Título: As Narrativas do Supervisor de Campo de Estágio: Conhecendo a Atribuição Privativa do Assistente Social

Autor: Mirela Ferraz

A presente pesquisa tem como temática a formação profissional em Serviço Social, com centralidade na supervisão de estágio, permitindo vislumbrar como objeto de pesquisa as atribuições do Assistente Social Supervisor de Campo de Estágio, sob a perspectiva de seu caráter mediador. Portanto, tal aproximação vai considerar a experiência de Assistentes Sociais em relação às suas compreensões no que concerne ao desenvolvimento de tal atribuição privativa, no cotidiano de seu exercício profissional. Exercício profissional esse que é composto por determinantes da condição de trabalhador assalariado e mediado pelos saberes e conhecimentos éticos, políticos, teóricos e metodológicos que constituem o Serviço Social. Reforçando que tais conhecimentos e saberes enriquecem as proposições legais da profissão, como, também, os debates contemporâneos sobre estágio, consolidados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). A pesquisa pautar-se-á na análise dessa totalidade, sob o referencial teórico crítico e o uso da metodologia da História Oral, a qual, por permitir a centralidade nos sujeitos políticos, evidencia os significados de suas narrativas, tornando-as fiel à experiência ilustrada pela coleta dos depoimentos da Coordenação de Estágio da Instituição de Ensino Superior, e de três Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios, como sujeitos relevantes para o desenvolvimento de pesquisas qualitativas. A pesquisa bibliográfica é composta por categorias da área do Serviço Social, principalmente as publicações da Abepss e da Educação, cujo intuito é iluminar não somente o corpo teórico de nossa profissão, como, também, o exercício de supervisionar campos de estágios pelos Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Supervisão de Estágio em Serviço Social, Atribuições Privativas e História Oral.

ABSTRACT

Title: The Narratives of the Apprenticeship's Supervisor: knowing the private attribution of the Social Worker.

Author: Mirela Ferraz

The present research has as its thematic the professional formation in Social Work, with the central issue in the apprenticeship's supervision, allowing to glimpse as the research's object the attributions of the Social Worker who is also the apprenticeship's supervisor, under the perspective of the mediation character. Therefore, such approach will be considering the experience of Social Works and their understandings about the development of the privative attribution, in the daily's professional exercise. This professional exercise is composed by the conditions of the wage-earning worker and mediated by the knowledge in ethics, politics, theories and methodologies that constitute the Social Work. Those knowledges enrich the Profession's legal propositions, as well as, the contemporaries debates about the apprenticeship that are consolidated by the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (Abepss). This research will analyze this totality, under the reference of the critical theory critical and the use of the methodology of the Oral History, that allows the central issue in the political citizens and it evidences the meanings of their narrations, becoming faithful to the experience illustrated by the depositions of the Apprenticeship's Coordination in Social Work, such as, three Social Workers, as excellent citizens for the development of qualitative research. The bibliographical research will be composed by categories of the area of the Social Work, mainly, the Abepss's publications, and the Education, with the intention to not only illuminate the theoretical body of our profession as well the apprenticeship's supervision's exercise in Social Work.

Key-Words: Apprenticeship's Supervision in Social Work, Privative Attributions and Oral History.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abess – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

Abepss – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Apasp – Associação Paulista dos Servidores Públicos

Cedic – Centro de Documentação e Informação Científica

Cfess – Conselho Federal de Serviço Social

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Consep – Conselho de Ensino e Pesquisa

Cofi – Comissão de Fiscalização

Cress – Conselho Regional de Serviço Social

Enpess – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

Feac – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

Fundhas – Fundação Hélio Augusto de Souza

IES – Instituição de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

Nepi – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PUC – Pontifícia Universidade Católica

Suas – Sistema Único da Assistência Social

Unitau – Universidade de Taubaté

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA ORAL - SUJEITOS POLÍTICOS, EXPERIÊNCIAS E SEUS SIGNIFICADOS	21
1.1 As Assistentes Sociais Supervisoras de Estágios	23
1.2 As Experiências em Supervisionar os Campos de Estágios	31
1.3 As Trajetórias Percorridas	36
1.3.1 Questões Instigadoras	41
CAPÍTULO II – O CARÁTER MEDIADOR DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO	44
2.1 A Mediação entre a Teoria e a Prática do Serviço Social	57
2.2 O Cotidiano Profissional enquanto Espaço Privilegiado da Práxis da Supervisão de Estágio em Serviço Social	62
CAPÍTULO III – AS NARRATIVAS DAS SUPERVISORAS DE CAMPOS DE ESTÁGIOS	71
3.1 “O Caminho da Teoria e da Prática é a Mediação”	72
3.2 “Eu ali represento um Funcionário Assalariado”	80
3.3 “O Código de Ética é a minha Formação Profissional”	85
3.4 “A Universidade faz a parte dela e existe aí a minha responsabilidade”	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXO	112

INTRODUÇÃO

Temos a chave do futuro da humanidade,
mas para poder usá-la temos que compreender
o presente. (...) Não podemos nos permitir
desviar os olhos.
Sebastião Salgado

Se relembrarmos, a história¹ do Serviço Social está permeada por elementos externos, da conjuntura da sociedade, como internos da profissão, o que remete o Assistente Social, constantemente, à necessidade de não se *permitir desviar os olhos* de quaisquer questões que estejam entrelaçadas ao seu cotidiano profissional.

Temas como a Supervisão de Campos de Estágios em Serviço Social adquirem centralidade nas preocupações do dia-a-dia da profissão², portanto, o desafio de ora apresentar esta pesquisa, no decorrer do Mestrado em Serviço Social, nos permitiu a investigação mais profunda desse aspecto. Esta dissertação contém, ainda uma reflexão constituída por lembranças, experiências, conhecimentos construídos ao longo da história da nossa vida profissional como Assistente Social.

Com isso, propomo-nos a discutir a formação profissional do Serviço Social na perspectiva específica do processo de ensino-aprendizagem da Supervisão de Campos de Estágios, na busca de conhecer como se constrói e se desenvolve o caráter mediador das atribuições do Assistente Social enquanto supervisor responsável por tal atividade.

Partimos da premissa de que esse processo de ensino-aprendizagem deve considerar uma concepção educacional que reconhece que o próprio supervisor de campo aprende, além de ensinar. Assim, nesse movimento, o assistente social deve estar sempre em processo de formação para que, na medida em que os saberes

¹ Para mais esclarecimentos sobre os fundamentos teórico-metodológico-históricos do Serviço Social, ler *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica*, de IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul.

² Preocupações apresentadas pelos debates em núcleos de estudos (Núcleo de Formação Profissional, do Conselho Regional de Serviço Social - Cress 9ª Região), reuniões e oficinas (tais como as da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Abepss, da região Sul II), como também, artigos publicados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social e a Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social, que, durante os anos de 2006 a 2008, trouxeram em sua pauta de discussões o estágio em Serviço Social.

forem sendo adquiridos, seja viabilizada a construção dessa atribuição do profissional, em seu exercício competente.

A partir desse entendimento, é possível compreender que, embora a Lei que Regulamenta a Profissão determine o que cabe exclusiva e legalmente ao assistente social, é preciso existir um compromisso coerente com o projeto político, com suas atribuições privativas, de forma a direcionar as ações profissionais iluminadas pela apreensão do conjunto de determinantes que interfere na configuração social e que ainda compõe as particularidades do Serviço Social.

Isso, pois,

o supervisor constitui o elo privilegiado da relação entre instituição/campo de estágio e o processo de ensino, cabendo-lhe o acompanhamento cotidiano do aluno no âmbito de dinâmica institucional, apoiando-o no exercício das atividades do estágio, subsidiando-o na análise e enfrentamento das estruturas e relações de poder, das políticas institucionais, no reconhecimento do público-usuário, inserindo-o na rede de relações intra e interprofissionais. (IAMAMOTO, 2004a:206)

O exercício de supervisionar estágio é construído a partir da graduação em Serviço Social, a qual deve estar pautada em uma proposta de currículo estruturado em núcleos temáticos³, que são os elementos fundamentais da formação e do trabalho do Assistente Social.

De acordo com essa proposta de formação profissional, o estágio supervisionado surge como um dos “conteúdos necessários para capacitar os profissionais no exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas, normatizadas por lei”. (Id., 2001b:72)

Nota-se, aí, quão relevante é a formação acadêmica em seu papel de fornecedora dos subsídios teóricos, éticos e políticos para alimentar a trajetória histórica

³ Segundo IAMAMOTO (2001a), tais núcleos constituem-se de: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que busca decifrar o ser social em sua vida em sociedade; fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, voltados para a apreensão das características históricas da formação regional e local da sociedade, configurando-se a questão social e suas expressões; e fundamentos do trabalho profissional, que são os elementos constitutivos do Serviço Social.

da profissão em direção a uma sociedade democrática⁴. Da mesma forma, vê-se também a identidade da atribuição privativa do Assistente Social em supervisionar os campos de estágios ser feita sem a necessária formação, como afirma Iamamoto (2004b:206), ao considerar que “a Universidade não vem propiciando capacitação sistemática ao corpo de supervisores (...) o que é agravado (...) pelas precárias oportunidades e falta de tradição de reciclagem teórico-prática sistemática por parte dos Assistentes Sociais”.

Porém, mesmo não sendo o nosso compromisso de estudo, na presente dissertação, partilhamos da preocupação quanto ao rumo que a formação da nossa profissão está tomando⁵, pois, essa mesma Universidade pensada para a “criação e divulgação do saber (...) articulando o ensino, a pesquisa e a extensão nos níveis mais elevados da política educacional de um país” (WANDERLEY, 1987:9), pode vir a ser um aparelho ideológico que “absorve e exprime as idéias e práticas neoliberais, hoje dominantes” (CHAUÍ, 2001:35).

Os profissionais de Serviço Social precisam estar atentos na contrapartida dessa ideologia neoliberal, pois, as conseqüências dessas reformulações afetam diretamente o direcionamento do ensino superior brasileiro⁶, como, também, a for-

⁴ “Uma das condições do exercício democrático, como já dizia Gramsci, é captar os reais interesses e necessidades das classes subalternas, sentir com ela suas paixões para que se possa efetuar a crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada – o papel da ‘filosofia da práxis’. Segundo Ernesto Cardenal é este o papel do intelectual: ‘devolver claramente às massas o que delas recebeu confusamente’. Supõe conhecimento crítico do universo cultural das classes subalternas, contribuindo para a ultrapassagem de seus elementos opacos, que vedam o descortinar dos horizontes coletivos”. (IAMAMOTO, 2001a: 77)

“A luta pela democracia continua a ser uma tarefa primordial para toda a sociedade e, como tal, também para os assistentes sociais. Em particular, cumpre-nos uma colaboração efetiva nesse processo na luta por direitos sociais e políticos das classes trabalhadoras, e por ampla redefinição de cidadania. Com isso, os assistentes sociais estarão contribuindo para a criação de novos valores éticos, centrados efetivamente na liberdade e justiça social”. (PAIVA, 2001: 110).

⁵ Não é nossa proposta adentrar no debate sobre os cursos a distância, mas salientamos que, de acordo com as distintas manifestações públicas das categorias profissionais do Serviço Social, como o Conselho Federal em Serviço Social (Cfess), que, na data de 15 de maio de 2008, se pronunciou contra tal maneira de organizar o ensino superior brasileiro, inclusive, por reconhecer e afirmar a necessidade de se ter a “realização de estágio supervisionado *presencial*, com acompanhamento *direto* por supervisores/as acadêmico/as e de campo”.

⁶ Embora não seja um dos objetivos da presente pesquisa, é relevante evidenciar que os direcionamentos do ensino superior brasileiro estão relacionados com a atual política do governo Lula (2002-2009), contida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pois, Roberto Ler, em palestra proferida durante o II Seminário Nacional de Pós-Graduação e a Oficina Nacional de Graduação em Serviço Social promovidos pela Abepss, nos dias 26, 27 e 28 de março de 2008, afirma que: “o PAC expressa justamente a maneira como a América Latina está inserindo-se na economia mundial, (...) e, por conta disso, a educação superior brasileira passa a ser educação terciária, ou seja, (...) a instituição universidade passou a ser vista como serviço, portanto, é colocada no nível de prestadora de serviço como qualquer outro, (...) dando-se ênfase ao grande índice de privatização da educação”.

mação do Assistente Social, que pode estar pautada em diretrizes curriculares determinadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sem considerar o debate capitaneado pelas representações da categoria profissional.

Na contrapartida da precarização do ensino em Serviço Social, um exemplo atual desse debate, nos espaços do Cfess, Abepss e Cress, é a discussão sobre a minuta⁷ de resolução que regulamenta o estágio supervisionado. No período entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro de 2008, tais entidades buscaram contribuir com a *regulação das normas* do estágio, em consonância com os princípios do Código de Ética, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e as exigências teórico-metodológicas propostas pelas diretrizes curriculares defendidas pela categoria profissional.

Enquanto atividade curricular obrigatória, o estágio configura-se a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisões sistemáticas, tal como Boschetti (2007:6)⁸ afirma em uma de suas reflexões:

estágio supervisionado constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à capacitação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica, elaboração e implementação de plano de intervenção do estagiário articulado à discussão teórico-metodológica e a utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinentes ao campo específico da ação, sob supervisão direta de profissional assistente social atuante na instituição onde se realiza o estágio, comumente designado de 'supervisor de campo'(...).

E, ainda, ao considerar o que lamamoto trouxe-nos durante o Debate Estadual sobre a Precarização do Ensino Superior e o Exame de Proficiência no Serviço Social, promovido pelo Cress-SP, no dia 31 de março de 2007, quando apresentou a condição do ensino superior a distância dos cursos de Serviço Social, temos outro contingente de entidades formadoras de profissionais sem qualquer parâmetro da discussão que a própria categoria profissional realiza, tornando o "exercício do assistente social massificado e ainda desqualificado".

⁷ A futura publicização da referida resolução será aprovada no Encontro Cfess-Cress, que ocorrerá em setembro de 2008.

⁸ Contido no material que resultou do Seminário Nacional de Capacitação das Cofi's, realizado em Brasília-DF, em abril de 2007.

Ou seja, somente o assistente social, em seu exercício profissional, em qualquer instituição socioocupacional, pode supervisionar estagiários de Serviço Social.

E se lembrarmos que é durante o processo de formação profissional que o acadêmico tem de inserir-se no campo de estágio supervisionado para apreender a totalidade social e as formas particulares de sua expressão, fortalecendo o projeto profissional que, por sua vez, se vincula ao projeto societário democrático, é que se verifica a importância da supervisão.

Esse movimento revela as responsabilidades do exercício da supervisão de estágio em Serviço Social, pelo próprio Assistente Social, no sentido de construir ou desconstruir suas atribuições como tal.

Queremos dizer, sempre refletindo sobre se tal atribuição é construída sob os cuidados da formação profissional em Serviço Social ou se depende exclusivamente do compromisso particular do profissional em querer contribuir com a formação dos futuros colegas de profissão, que atuam nas diversas áreas, comprometidos com a transformação social, a caminho da justiça e da democracia social.

Assim, partimos da *hipótese* de que é pela mediação entre a teoria e a prática do Serviço Social, no locus privilegiado do ensino-aprendizagem do estágio, que as atribuições do assistente social como supervisor de campo devem ser consolidadas, a partir da premissa contida no Projeto Ético-Político⁹ da profissão.

⁹ Entendemos que “este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central (...); daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissio-

A reflexão sobre o caráter mediador da atribuição de supervisionar estágio registra o reconhecimento das condições externas da prática profissional em relação aos determinantes do mundo do trabalho, e também fortalece os saberes do Assistente Social, pois essa dinâmica influencia diretamente as estratégias da profissão, mediando os compromissos éticos e políticos no espaço contraditório em que inter-vém.

Nesta pesquisa, consideramos que é na relação entre a teoria e a prática do Serviço Social que se forma o caráter mediador das atribuições do assistente social supervisor de campos de estágios, de forma que, pela centralidade que se busca dar ao profissional e à sua experiência, tornam-se significativas as construções de tal atribuição, no cotidiano profissional.

Assim, é pela certeza do compromisso ético-político com a formação profissional que desafios são superados e equívocos esvanecidos.

Para iluminar o nosso objeto de estudo, optamos pelas seguintes questões norteadoras: Considerando a relação teoria-prática do Serviço Social, como são construídas as atribuições de supervisionar os campos de estágios, de modo a garantir o seu caráter mediador? E, também, quais os significados atribuídos pelos Assistentes Sociais à sua experiência como supervisor de campos de estágios em Serviço Social?

O objetivo da pesquisa é tornar explícita a experiência profissional de supervisores de estágios em Serviço Social, de forma a evidenciar o caráter mediador dessa atribuição privativa do Assistente Social.

Com esse escopo, a presente dissertação de mestrado foi subdividida de acordo com os seguintes capítulos:

No Capítulo I, apresentamos os caminhos metodológicos construídos durante a pesquisa, de forma a reconhecer o assistente social que desenvolve a supervisão de campos de estágios. Com essa intenção, utilizamos a História Oral como metodologia qualitativa.

nais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.” (NETTO, 1999: 104-105)

Nas narrativas, buscamos os significados atribuídos pelas próprias Assistentes Sociais entrevistadas, para saber “como as pessoas elaboram a experiência social em sua consciência” (KHOURY, 2004:118), com vistas ao conhecimento e à sistematização de indicações e tendências contidas nas atribuições da profissional envolvida com a supervisão de estágio.

No Capítulo II, discutimos a importância do caráter mediador das atribuições de supervisionar os campos de estágios em Serviço Social, considerando a relação teoria-prática e as condições reais do trabalho, no cotidiano do Assistente Social, envolvendo, inclusive, suas reflexões sobre as questões éticas e políticas que permeiam a profissão.

Isso significa pensar e repensar como é que as atribuições privativas do assistente social movimentam-se além da lei (que Regulamenta a Profissão) que as constitui, e, passam a ser concretas nas realidades do processo de ensino-aprendizagem dos estágios em Serviço Social, à luz do projeto ético-político e dos conhecimentos teórico-metodológicos dos projetos de profissão.

Por serem tão ricos os significados trazidos pelas narrativas das Assistentes Sociais e considerando toda a reflexão teórica, esclarecemos que os depoimentos são citados no decorrer dos capítulos e não apenas no Capítulo III, momento esse que, com maior ênfase, identificamos e refletimos sobre as experiências vividas pelas Assistentes Sociais.

Por ser essa a nossa intenção ético-política, optamos pela pesquisa de natureza qualitativa, em que há a visão de pesquisador em relação ao problema, mas também, e especialmente, a das Assistentes Sociais que fazem a supervisão de estágio no processo de formação em Serviço Social.

Com isso, a apresentação dessas Assistentes Sociais permitiu aprofundar o conhecimento sobre os determinantes constitutivos do objeto pesquisado, além de possibilitar o conhecimento de seus posicionamentos no desenvolver das supervisões de estágio.

Dessa forma, o processo investigativo deu-se por meio da aproximação ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, no interior do Estado de São Paulo, exatamente por nela estar centrada a vice-presidência da Abepss, da

região Sul II¹⁰. O departamento indicou-nos as Assistentes Sociais que contribuíram sobremaneira com esta dissertação de mestrado.

Consideramos ainda importante destacar que realizamos um levantamento das publicações da Abepss, em seus *Cadernos Abess* e *Revistas Temporalis*, com o intuito de enriquecer a pesquisa da dissertação.

Nossa perspectiva final - mas não definitiva - ficou impressa na certeza de que o delineamento das atribuições do profissional como supervisor de campo de estágio vai fortalecer o Projeto Ético-Político do Serviço Social¹¹ e possibilitar o reconhecimento da importância do exercício dessa supervisão, ao mesmo tempo em que contribuirá para a identidade do Assistente Social.

Identidade profissional essa comprometida com a garantia do acesso universal aos direitos sociais, de forma a fortalecer a justiça social e, conseqüentemente, a emancipação social.

Nossa posição em todo momento da construção da presente pesquisa sempre foi a de dar centralidade ao Assistente Social que supervisiona os campos de estágios em Serviço Social; Assistente Social esse que, pelas condições contraditórias, acaba sentindo-se isolado no desenvolver desse exercício, na prática profissional, mas que deve acreditar e/ou já acredita que todo o saber teórico, metodológico, ético e político inerente à profissão, como também todo o conhecimento construídos no exercício do profissional também iluminam a supervisão de campos de estágios.

E esse entendimento explica e justifica o título desta dissertação de mestrado: *As Narrativas do Supervisor de Campo de Estágio: conhecendo a Atribuição Privativa do Assistente Social*.

Assim, o Assistente Social Supervisor de Campos de Estágios contribui com a formação de futuros colegas de profissão e, portanto, com a identidade do Serviço

¹⁰ A Abepss é composta pelas Diretorias Regionais, entre outros órgãos, segundo o artigo 11, de seu Estatuto, e essas "regionais são constituídas pelas Unidades de Ensino filiadas à Abepss nas respectivas regiões" (artigo 26). Disponível em: www.abepss.org.br

Tal estatuto está sendo debatido e reformulado, neste presente semestre de 2008, pelas sub-regiões, para que, em assembléia da Abepss, durante o XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess) previsto para ocorrer de 1º a 6 de dezembro de 2008, possam ser definidas as possíveis modificações.

¹¹ Sob o ponto de vista de sua materialidade, o projeto ético-político expressa-se pelo Código de Ética, no qual estão postos os valores que o fundamentam, e que, por extensão, fundamentam também a ação profissional. Outras expressões do projeto, no caso brasileiro, estão contidas na legislação que regulamenta a profissão e nos currículos de cursos de formação graduada e pós-graduada em Serviço Social. (MARTINELLI, 2004)

Social. E, para isso, utiliza-se de elementos constitutivos da profissão e do cotidiano profissional, o que o torna conscientemente parte do coletivo de profissionais que têm o compromisso de supervisionar os campos de estágios em Serviço Social.

Afirmamos isso para convidar todos a adentrarem nas narrativas sobre as experiências em supervisionar campos de estágios em Serviço Social, as quais buscamos evidenciar na presente pesquisa.

CAPÍTULO I - A HISTÓRIA ORAL - SUJEITOS POLÍTICOS, EXPERIÊNCIAS E SEUS SIGNIFICADOS

Tu, místico, vês uma significação em todas as cousas.
Para ti tudo tem um sentido velado.
Há uma cousa oculta em cada cousa que vês.
O que vês, vê-lo sempre para veres outra cousa.
Alberto Caeiro

Construir significados a partir das narrativas de sujeitos políticos nos remete ao uso da metodologia da História Oral nas pesquisas qualitativas, afinal, conforme as palavras do poeta citado na epígrafe: todo cidadão *místico* constrói uma *significação* sobre as *cousas*, e o conceito de pesquisa social que defendemos é exatamente esse interesse em evidenciar a história contada pelos sujeitos, os quais, por sua vez, formam os significados a partir de suas experiências.

Ao compor a sua história e permitir-se dividir conosco sua narrativa, o sujeito compartilha tal experiência e a maneira como, por meio dela, conseguiu compreender um fenômeno com seu olhar criterioso e cuidadoso para saber que, por trás de toda aparente realidade, é necessário desvendar e saber o que existe *oculto em cada cousa*, para, assim, ser possível *ver outra cousa*.

E é assim que nós, pesquisadores, nos percebemos: nessa ânsia por desvendar como o Assistente Social vem mediando sua atribuição de supervisor de campos de estágios em Serviço Social, num contexto contraditório, no qual está inserido como trabalhador assalariado, mas que também, nesse mesmo movimento do cotidiano profissional, estabelece seus compromissos com o processo de ensino-aprendizagem pertinente ao estágio profissional. Isso porque, como afirma Khoury (2004:123), “(...) as narrativas se constroem nas e pelas redes de relações em que estão inseridos”.

Com a metodologia da História Oral, evidenciamos o além da realidade da qual nos aproximamos, ou seja, buscamos dar visibilidade às experiências das próprias Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios e, também, toda significação construída por esses sujeitos políticos responsáveis pela supervisão. Parafraseando Khoury (2004:118), buscamos saber como as Assistentes Sociais elaboraram as experiências sociais dessa prática em suas consciências.

Reconhecemos também que a singularidade da experiência de cada profissional contribuiu para o desvelamento de nosso objeto de estudo e nos possibilitou uma aproximação com a lógica da compreensão interna de um determinado grupo. Queremos dizer que, mesmo sendo a experiência singular de cada Assistente Social, esses significados nos permitiram compreender a identidade social do próprio Serviço Social e sua expressão no processo de supervisão.

Identidade social, essa cujos interesses apresentaram-se em comum na sua diversidade e, ainda, levaram-nos ao conhecimento de que uma determinada experiência está diretamente relacionada com outras experiências, fato que nos permite conhecer fielmente o cenário contemporâneo da supervisão de estágio em Serviço Social.

Afinal,

a questão sobre quão histórica é a vida privada e quão pessoal é a história pode ser posta pelo narrador, pelo historiador ou por ambos; na verdade, sempre a questão do que é privado e do que é público na narrativa de alguém é incerta, especialmente se estamos em busca do enganoso tema da história da vida privada. De qualquer maneira que possa ser, a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos. (PORTELLI, 1997:14)

Assim, apresentamos nossa reflexão com a compreensão de que a escolha dessa metodologia de pesquisa permitiu a construção de um espaço de auto-encontro, de compartilhamento com outrem, e ainda que, dessa dinâmica, saíssemos com ensinamentos, os quais, por sua vez, não serão somente de utilidade particular, mas coletiva, afinal, o produto do ato de pesquisar é para todos.

Para que, no decorrer desta dissertação, adentrássemos nas experiências narradas pelas Assistentes Sociais e nas contribuições que trouxeram para o adensamento da discussão sobre uma das atribuições privativas do profissional da área, buscamos conhecer a totalidade do debate desse tema, caminhando entre as narrativas e as teorias sobre a construção da supervisão de campos de estágios em Serviço Social.

Assim, antes de descrever os caminhos que nos levaram até as Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios, e considerando a importância das

narrativas e experiências trazidas por tais profissionais, apresentamos cada uma delas, bem como seus significados.

1.1 As Assistentes Sociais Supervisoras de Estágios

Eu gosto muito de ter estagiário.

(Lucimara)

No dia 29 de maio de 2008, realizamos a entrevista com a Assistente Social **Lucimara de Moura Gil**, em espaço cedido pelo Cress-SP, na seccional de São José dos Campos.

Antes do nosso primeiro encontro, conversamos por telefone, em dois momentos, com o intuito de nos apresentarmos e, ainda, para confirmar a data do agendamento da entrevista.

No dia previsto, chegamos ao Cress alguns minutos antes de Lucimara.

O Cress fica em uma casa térrea, numa rua tranqüila perto de movimentada avenida de um dos bairros da cidade. Era um dia ensolarado, tanto que a sala cedida para a entrevista tinha uma grande janela pela qual a claridade externa iluminava a mesa, as cadeiras, tornando o local bem acolhedor.

Nossa conversa durou pouco mais de uma hora e, no final, Lucimara pediu para que anotássemos a poesia de Mário Quintana: “somos anjos de uma asa só; precisamos nos abraçar para poder voar”. E, ainda, que havia repetido esse pensamento para as colegas de trabalhos, alguns dias antes da nossa conversa, como incentivo e para manter a perseverança em relação aos compromissos do Serviço Social, pois acredita que o Assistente Social deve enfrentar, no coletivo, os desafios colocados no cotidiano profissional.

Nesse dia, conhecemos Lucimara. Formada pela Universidade de Taubaté (Unitau), em 1999, e com paixão pela área da Arte-terapia - “que descoberta, aquele curso, maravilhoso!”, são suas palavras - trabalha, atualmente, na Fundação Hélio Augusto de Souza (Fundhas), no Município de São José dos Campos, uma institui-

ção filantrópica que atende crianças e adolescentes provenientes de classes em situação de vulnerabilidade social.

Informou-nos que, por estar ocupando um cargo de coordenação, não acompanha diretamente os estagiários em Serviço Social, porém, organiza a política de estágio da instituição, que tem em torno de 30 estagiários divididos entre as 35 Assistentes Sociais.

Mas Lucimara já revela que

Uma das coisas que eu mais senti naquele momento foi deixar de ter um estagiário. Porque nós atendemos assistentes sociais, então eu não posso ter um estagiário ali por questão de ética mesmo!

*Estando na política de estágio, a gente faz toda a seleção e lida com esse conflito também, não é? De supervisor e estagiários. Eu acho que isso complementa. **Eu acho que eu posso sim, falar um pouco disso (sobre a temática da supervisão de campo de estágio) também.***

*E isso também traz muita reflexão e nós estamos numa condição de estar intermediando essa relação, do estagiário com o supervisor nesse momento. **E isso assim, eu me vejo lá: como eu era (como) supervisora?** Então assim, não que eu seja um modelo. Mas, coisas muito simples que não devem acontecer tanto de um lado quanto do outro.*

Lucimara, em seu depoimento, também evidenciou a relevância da sua própria experiência como estagiária em Serviço Social para desenvolver sua atribuição como Supervisora de Campo, nos dias atuais, ao afirmar que:

Sempre houve respeito! Eu entrei lá como estagiária voluntária, no terceiro ano. Então, eu fazia o estágio no fim da tarde assim, algumas horinhas, porque eu trabalhava e ainda tinha o estágio. E, no outro ano, no quarto ano, eu fiquei integral. Daí, eu fui efetivada e, assim, eu percebi o profissionalismo dela (da supervisora de campo) de conseguir fazer esse link – o de um dia para o outro: ‘você não é mais a minha estagiária’.

Então assim, é isso mesmo que ficou. Por isso veio essa reflexão para mim! Esse aluno que eu estou dando supervisão hoje, daqui a pouco ele é meu colega de trabalho, de profissão e que nós vamos estar de igual para igual!

*Então eu acho que a Jurema foi realmente assim, um espelho para mim! Daí, eu fiquei com essa preocupação! **Eu sou espelho para alguém também.***

O Código de Ética... a gente procura discutir muito, nas supervisões.

(Patrícia)

Numa sexta-feira chuvosa, na cidade da garoa, dia 30 de maio de 2008, dirigimo-nos a Taubaté (SP) para entrevistar a Assistente Social **Patrícia Saad**.

Nosso encontro foi realizado no espaço de trabalho dessa profissional, numa Clínica de Fisioterapia, um dos campos de extensão da Unitau, universidade em que o Serviço Social está inserido.

Aproximadamente duas horas da tarde cheguei ao local para encontrar-me com Patrícia. Pedi informações num balcão, logo na entrada da clínica, e, prontamente, um senhor - com um dos pés engessado – apontou-me a direção que deveria seguir.

Chegando à sala do Serviço Social, nos apresentamos, e, em seguida, Patrícia mostrou-nos todo o espaço da clínica, os serviços ali prestados, e também apresentou os profissionais que desenvolvem o trabalho. E, o principal, traz como reflexão, a idéia central do trabalho da profissão dentro de um espaço institucional para desenvolver a atribuição de supervisionar os campos de estágios, ao afirmar:

Então, eu comecei... eu vim para a Clínica foi em julho de 2004. Eu tive um período em que eu tive que construir a minha proposta de trabalho. Então, estar começando, é... estar construindo toda a dinâmica de trabalho, a instrumentalidade do Serviço Social. Até a gente poder, estar recebendo os alunos.

Sobre sua experiência como estagiária, dividiu conosco que a construção de conhecimentos desse momento de ensino-aprendizagem iluminaram construtivamente a sua atribuição de supervisionar os campos de estágios, atualmente.

Mirela: *você pensa também que toda a experiência que você teve, enquanto você era aluna-estagiária, dentro dessa relação com a supervisora na época, contribui para o seu exercício de hoje, o atual?*

Patrícia: **Então, nossa! Eu acho que contribui bastante.** *Fui muito privilegiada quando era estagiária.*

Eu fazia estágio na Prefeitura de São José dos Campos, lá na Secretaria de Desenvolvimento Social na Unidade Centro. Tive a oportunidade de trabalhar em um projeto denominado “Projeto de Apoio Sócio-Familiar”, desenvolvendo em conjunto com a população de bairros – definidos como bolsões de pobreza – discussões, ações e a construção de alternativas de resgate da cidadania. O Projeto propiciava a existência do trabalho coletivo, o despertar para o sujeito coletivo.

*Tive supervisores que tinham compromisso em estar orientando. Tive espaço como estagiária para criar ações, participar de reuniões, de projetos, enfim, desenvolver minha identidade profissional. **Acho que esta experiência de estágio foi muito construtiva e significativa para meu processo de formação. A supervisão é um compromisso muito grande para nós supervisores, tendo em vista que o processo de estágio constitui âmbito de construção de referências profissionais.***

Foi (...) com os alunos que eu mesma descobri como orientá-los, no campo.

(Maria Fernanda)

Quinta-feira. Esse foi o dia de várias semanas em que ocorreram os encontros do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade¹², durante o primeiro semes-

¹² O Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, cujo tema neste primeiro semestre de 2008 foi a História Oral: Trabalhando com as Narrativas; tem como professora responsável Maria Lúcia Martielli. A ementa desse núcleo foi, no referido semestre, formar pesquisadores na área de memória, cultura e identidade, com foco nas narrativas colhidas por meio do uso da fonte oral.

tre de 2008. Em particular, no dia 5 de junho, a Assistente Social e Professora **Maria Fernanda Costa** participou para dividir com os integrantes sua experiência com pesquisas qualitativas feitas com a metodologia da História Oral.

Aproveitando a oportunidade do encontro, realizamos nossa entrevista. Eram aproximadamente quatro horas da tarde ensolarada, na cidade de São Paulo, quando resolvemos conversar em um dos espaços descontraídos que ficam na frente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Assim, em um ambiente tranquilo, Maria Fernanda trouxe, imediatamente, sua história:

Eu tenho quase trinta anos de formada. Formei-me pela PUC de Campinas, fiz mestrado na PUC do Rio, e doutorado aqui (PUC-SP). Aqui, a PUC é muito bom, não é? Esse lugar aqui faz bem para a alma!

Na Universidade, já estou há 12 anos lá, em Taubaté (Unitau), como docente. Eu já pude supervisionar alunos, na Clínica de Psicologia. Foi um período curto (...), mas, foi um período com os alunos que eu mesma descobri como orientá-los, no campo.

Com relação a essa experiência específica em supervisionar estágios em Serviço Social, Maria Fernanda traz uma reflexão distinta, no sentido de que sua atribuição enquanto supervisora, abrange as responsabilidades acadêmicas e do campo de estágio, sem distinção entre elas.

Mirela: *Mas você coloca, enquanto supervisora acadêmica ou supervisora de campo?*

Maria Fernanda: *Ah, eu acho que nos dois casos, nos dois casos! **Eu não consigo ver muito essa diferença**, porque eu entendo que o fato de eu ser um supervisor acadêmico, eu tinha que ter hora-aula para poder ir ver esse aluno lá, e não trabalhar só com as angústias sem conhecer o cotidiano dele.*

Mirela: *Fica realmente fragmentado, não é?*

Maria Fernanda: *Muito! Quando você está num projeto extensionista, você está com hora-aula dentro de uma instituição, como essa que eu citei. Você está junto com o aluno, você está atendendo. **Esse é o ideal!***

Tal afirmação trouxe um conteúdo extra para o aprofundamento do objeto da pesquisa em questão. Exatamente por tratar da atribuição da supervisão de estágio, sob o enfoque da realidade dos campos de estágios estritamente relacionada com a supervisão na Academia. Quer-se dizer, embora sejam realidades distintas, com determinantes particulares ao seu espaço, o Assistente Social permanece na condição de assalariado. Essa dinâmica influencia o desenvolvimento do estágio e, conseqüentemente, a construção da atribuição privativa de supervisionar, tanto uma como a outra.

E, ainda, ambas as responsabilidades, embora tenham atividades específicas distintas entre si, são iluminadas pelo Código de Ética, o Projeto Ético-Político e os saberes do Serviço Social, sem exceção. Portanto, de fato, como Maria Fernanda veio a afirmar: **“eu não consigo ver muito essa diferença!”**

Maria Fernanda contribuiu, também, com relação à importância de sua experiência como estagiária em Serviço Social para a construção das atribuições do supervisor de campo e o acadêmico, desenvolvidas por ela, ao dizer:

E eu gosto muito, viu? Dos alunos em supervisão. Gosto de questionar o que eles fazem, sabe? Sou aberta para receber as informações, porque eu sei que ali eles precisam de alguém como referência, assim como para mim foi muito importante ao fazer esse curso.

A minha formação na graduação, eu acho que eu me identifiquei muito mais com os meus supervisores de campo do que com os professores, olha que interessante! *Muito mais, porque eles faziam parte na época de uma instituição, em Campinas, que se chamava Feac - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.*

Então, várias entidades eram associadas à Feac e (eu) tinha supervisão de vários profissionais. E esse grupo era um grupo muito militante; já tinha (o grupo)

tido uma história de participação em movimento estudantil, gente que tinha sido exilada, presa, enfim, uma história de militância. Então, na minha formação, para mim, eu queria isso. Eu queria essa experiência desses assistentes sociais.

E como na graduação nem sempre a gente tem oportunidade de escolher, eu tive muita sorte de ter esses profissionais do meu lado e podendo ler coisas diferentes, me abrindo. Na supervisão mesmo, me abrindo, arrasando aquela visão messiânica¹³ que você chega num curso de Serviço Social e que atravessa, inevitavelmente, não é?

E elas construíram a minha identificação profissional. *Porque eu acho que é ali (no estágio), claro que na sala de aula (também), mas no contexto do campo de estágio isso é muito forte, você tem que estar identificado com o seu supervisor e o supervisor identificado nesse lugar de quem ensina. Isso é o fundamental!*

Os campos de estágios, eles são variadíssimos.

(Mabel)

A primeira segunda-feira do mês de junho de 2008, no dia 2, foi a data agendada pela Assistente Social e Coordenadora de Estágio da Unitau, **Mabel Mascarenhas** para nossa conversa.

Aproximadamente, um mês antes desse nosso encontro, havíamos ido à Universidade de Taubaté, para encaminhar o projeto de pesquisa para aprovação no Comitê de Ética dessa universidade. E aproveitando o ensejo fomos ao Departamento de Serviço Social para um primeiro contato com Mabel.

Depois desse encontro, muitos outros se sucederam, pela via eletrônica, pois a professora contribuiu com a indicação das outras três Assistentes Sociais para compor a pesquisa de campo da dissertação de mestrado.

No dia da nossa conversa, fomos ao encontro da professora, na sala dos professores do departamento do curso, para iniciarmos nossa conversa.

¹³ O conceito de 'visão messiânica' refere-se à perspectiva naturalista e idealista que constituiu a prática social do Serviço Social durante um período de sua história, e, ainda, esse termo foi inicialmente utilizado por Marilda Yamamoto (2004a).

Mabel trouxe como contribuição o lugar do Coordenador de Estágio em sua relação com a organização dos distintos campos de estágio e, essencialmente, sobre o seu apoio pedagógico, teórico e metodológico ao Assistente Social, supervisor desse mesmo campo estágio, principalmente ao levantar e refletir sobre os limites e desafios colocados, em seu cotidiano profissional.

Como vemos:

***Mabel:** a principal dificuldade que eu vejo é que ainda algumas unidades de estágio entendem a Universidade como fiscalizadora, e, não como mais um sujeito desse processo. Por mais que a gente entenda que a gente trabalha de uma forma democrática, que chama para discussão, que chama para reunião, que faz um trabalho, por exemplo, de visitação aos locais de estágio.*

Eu vou até os lugares, eu quero conhecer, eu quero conhecer os supervisores. Ainda assim, quando a gente chega, eles ficam meio assim. E eu posso falar isso para você com muita tranqüilidade porque eu trabalho como assistente social aqui na região. Então, muitos dos supervisores me conhecem como assistente social. Então, eles ficam mais relaxados, mas nem por isso... alguns ainda falam: 'ah, você veio aqui para ver se a gente está fazendo tudo certinho?'

E eu falei: 'Olha! No dia que tiver tudo certinho tem alguma coisa errada, porque não é possível'. (Risos)... Eu falei: 'Nem na Universidade'. E assim, e aqui ainda tem essa coisa de que quem está na Universidade sabe mais.

E o mais relevante, dessa reflexão, é afirmar que quanto maiores forem a clareza e o entendimento desses determinantes, melhor repensadas as estratégias de apoio que vão fortalecer, inclusive, a construção das atribuições do supervisor de campo, pois esse profissional (o supervisor de campo) também passa, dentro do processo de ensino-aprendizagem do estágio, por momentos de sistematizar, não somente a sua prática profissional dentro do espaço sócio-institucional, mas a maneira como desse repensar as novas perspectivas ético-políticas de supervisão ao estagiário, para que de fato a mediação entre as construções de novos conhecimentos e o exercício concreto da supervisão passem a ter o suporte da Coordenação de Estágio, em distintas situações, a ver:

A última reunião que eu fiz aqui, eu discuti muito com eles (supervisores de campo) que como a gente tem lidado cada vez mais (com) população que vive de forma precária, são bairros extremamente violentos, que o interessante é que o estagiário não vá sozinho fazer uma visita domiciliar, por exemplo.

*A gente ainda encontra unidades que entende que o estagiário é trabalhador. E, isso é muito comum, **o estagiário substituindo funções que é do (assistente social) supervisor.***

*Que ele tem que ter o acompanhamento. Por mais que ele, o aluno, vá chegar lá e vá coordenar o atendimento. Ele que vai ser o responsável por aquele atendimento, **mas eu entendo que a presença do supervisor é fundamental porque é o supervisor que responde.***

Nós já tivemos alunos aqui que foram retidos na supervisão acadêmica, na supervisão acadêmica e no estágio por uma solicitação do supervisor de campo. A supervisora de campo avalia: ‘ele não tem maturidade. Não demonstra ter maturidade para dar conta de atendimentos individuais’.

E o atendimento social individual é uma das atribuições do assistente social. Então, se ele não demonstra ter consistência para fazer isso, ele não pode passar para frente.

1.2 As Experiências em Supervisionar os Campos de Estágios

A maneira de se saber é ouvir o que nossa gente tem a dizer.¹⁴

Reconhecendo que “a história oral é mais intrinsecamente ela mesma quando concerne às pessoas que ainda não foram reconhecidas como protagonistas da esfera pública” (PORTELLI, 1997:14), buscamos conhecer a realidade da Supervisão dos Campos de Estágios em Serviço Social, numa reflexão que transita num movi-

¹⁴ Utilizamos a fala de uma personagem do filme brasileiro: “Narradores de Javé”, dirigido por Eliane Caffé, pois ela representa a essência da paródia em evidenciar a importância das narrativas dos moradores de Javé, cujas histórias compõem a estratégia para não extinguir o povoado ameaçado de perder seu lugar.

mento que envolve não somente a legalidade da profissão no que diz respeito às atribuições privativas e éticas do Assistente Social, mas como essa experiência tem sido efetivamente desenvolvida nas narrativas dos próprios profissionais.

Pois,

(...) tanto a realidade quanto a relação humana são qualitativas. Implicam em sons, aromas, cores, arte, poesias, linguagem, os quais só podem ser alcançados pela mediação do sujeito e predominantemente de modo qualitativo, pois demandam atribuição de significados. Tal tarefa apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência. (MARTINELLI, 2005:118)

E os significados das experiências em supervisionar os campos de estágios só foram alcançados através das narrativas das Assistentes Sociais. Para isso, o uso da metodologia da História Oral permitiu que nós conseguíssemos alcançar essa centralidade nos sujeitos.

Ainda permitiu que, por essas narrativas, novos significados fossem construídos pelos próprios sujeitos entrevistados, pois, ao submeter a um olhar crítico o exercício de sua experiência, passou a rever a dinâmica da supervisão de estágios, não somente no contexto da instituição ocupacional, mas, num contexto mais amplo, presente na história do Serviço Social¹⁵.

Tanto é que Patrícia afirmou:

*também agradeço por essa oportunidade, porque ser sujeito de uma pesquisa, participar, é muito importante também; esse momento faz com que a gente também reveja a importância de algumas categorias teóricas. Propicia ainda rever ações desenvolvidas como supervisora. **Hoje eu tive oportunidade de repensar sobre meu processo de supervisão. Como que ele pode ser melhor? Mesmo porque é um aprendizado contínuo, uma troca contínua. Aprendemos muito, mas sempre temos muito a aprender.***

¹⁵ Desde os primórdios da profissão, podemos identificar essa preocupação com a formação profissional direcionada para a discussão sobre o estágio em Serviço Social. Tanto é que, na busca de documentos históricos do Serviço Social, nos acervos do Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic), na PUC-SP, encontramos um projeto pedagógico elaborado por Nadir Kfoury sob a influência teórica do Serviço Social norte-americano, relatando as experiências em estudos de caso, datado da década de 1940.

A realidade da supervisão de estágios em Serviço Social - em particular, a supervisão dos campos de estágios - apresenta-se no cotidiano da prática do Assistente Social o qual, no seu exercício profissional, tem a competência¹⁶ de saber mediar tal atribuição privativa com todos os determinantes de sua condição de trabalhador assalariado e ainda assim ter claro o seu compromisso ético-político, iluminado por suas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, de fazer com que esse processo de ensino-aprendizagem do estágio seja repleto de significados construtivos para proporcionar uma formação profissional qualificada.

Para obter o reconhecimento desse contexto contraditório que se apresenta nos meandros do cotidiano profissional do Assistente Social, além de uma busca teórica que conceitua e explica tal realidade, instigamos as entrevistadas para saber o concreto real, o que de fato acontece no dia-a-dia. Para tanto, faz-se relevante a necessidade de uma metodologia que nos permita movimentar da compreensão teórica à realidade; enfatizando que é sob a luz dessa mesma compreensão que perceberemos o real.

Ou seja,

a História Oral trata-se de uma metodologia qualitativa de pesquisa, adequada ao conhecimento do tempo presente; permite conhecer a realidade passada e presente, pela experiência e pela voz daqueles que a viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer a *versão dos agentes*. Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição social daqueles que os viveram e os narram. (LANG, 2000:123, grifo nosso)

Portanto, a busca pela experiência desses Assistentes Sociais foi fiel aos significados construídos pelos próprios profissionais envolvidos, e por isso é que nossa aproximação de tal realidade não foi no sentido de fiscalizar esse exercício profis-

¹⁶ Tal competência tem como norte comum da categoria profissional de Serviço Social, o esclarecimento ético-político do Código de Ética, lei que regulamenta a profissão e projeto ético político. O Código de Ética (Resolução nº 273/93) em seu artigo 4º diz que é vedado ao Assistente Social compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive, nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas em substituição aos profissionais (alínea d); e permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário (alínea e).

sional, mas para conhecer realmente o processo de construção de suas atribuições enquanto supervisores de campos de estágios.

Compreendemos que tais significados representaram a subjetividade de cada sujeito envolvido, que embora, tenham em comum um compromisso ético-político do Serviço Social, criam singularmente a sua dinâmica de mediação entre o saber e fazer na construção de suas atribuições como supervisores de campo de estágio em Serviço Social.

Evidenciamos isso por meio dos significados da narrativa da Maria Fernanda, quando diz:

Vou tentar recapitular aqui na minha memória, como que eu fui chegando a essa preocupação (de supervisionar os campos de estágios em Serviço Social). O que é, de fato, que me identifica enquanto profissional?

*Eu acho que ao longo da minha formação eu fui percebendo que você só pode falar do lugar de assistente social! Poder dizer: eu sou assistente social, à medida que você considera as suas experiências concretas, que é dali que você sabe, não é? Então eu acho que eu fui desenvolvendo, na formação, questões que tinham a ver com a supervisão de campo na medida (em) que eu pensava na minha própria formação: de onde eu falo como assistente social? **Eu falo a partir da minha experiência e do que eu pude sistematizar enquanto profissional.** Então a minha preocupação é de fazer com que o aluno sinta isso. Não tem coisas prontas, não é? E mesmo que ele conheça os instrumentos técnico-operativos, os instrumentos técnico-operativos olhados de outra perspectiva teórica, será usado de uma outra maneira.*

Nesse sentido, entendemos que, embora cada Assistente Social desenvolva singularmente a supervisão de estágio, no seu cotidiano profissional, ele representa também um saber construído pelo Serviço Social, que vem constituir a perspectiva coletiva do seu fazer profissional. Tal como Severino (2001:53) afirma:

pode-se constatar que a prática do saber é a face subjetiva da coletividade política dos sujeitos. Em todas as esferas de sua prática, os homens atuam como sujeitos coletivos. (...) Ainda que mediado pela ação singular e dispersa dos indivíduos, o conhecimento só tem seu pleno sentido quando inserido nesse tecido mais amplo do cultural.

Portanto, a busca pela experiência de cada Assistente Social reflete, também, o coletivo do Serviço Social.

E é essa dinâmica subjetiva que queremos evidenciar pelo uso da metodologia da História Oral, tanto que

a primeira coisa que a torna (a história oral) diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. (...) Mas, o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. (...) Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo faz, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (...) Subjetivamente, faz tanto parte da história quanto os 'fatos' mais visíveis. O que os informantes acreditam é na verdade em um fato histórico (isto é, o fato no qual eles crêem), tanto como naquilo que realmente aconteceu. (PORTELLI, 1997:31)

Assim sendo, o sujeito entrevistado trouxe os seus significados construídos e atribuídos à sua experiência de supervisionar os campos de estágios, pelo lugar social e profissional que ocupa.

Para alcançar tal significado nas narrativas de nossos sujeitos, foi preciso pensar no critério de escolha dos mesmos, já que, "a qualidade do material obtido depende da qualidade do informante escolhido, em função do que se pretende desvendar". (QUEIROZ, 1991:75)

Ou seja, "(...) as abordagens qualitativas destacam-se por serem aquelas capazes de incorporar os significados que os próprios sujeitos atribuem à sua experiência social cotidiana". (MARTINELLI, 2005:121)

E, a partir dessas experiências¹⁷, foi possível repensar como estamos construindo a mediação das atribuições privativas do Assistente Social supervisor de campo de estágio.

Afinal, esse é o objetivo proposto desta dissertação, ou seja, refletir sobre o caráter mediador das atribuições do Assistente Social como supervisor de estágio, o que exige a compreensão da mediação em Serviço Social, pois, a partir do momento em que esse Assistente Social assume-se como supervisor de campo de estágio, é fundamental que passe a reconhecer os determinantes e as variáveis que ilustram sua prática, reconhecendo inclusive a diferença entre as ações atribuídas pelo espaço socio-ocupacional e as que ele, como profissional, comprometeu-se a desenvolver, tal como a supervisão de estágio.

1.3 As Trajetórias Percorridas

No desenrolar desta pesquisa de mestrado, as trajetórias percorridas foram uma aventura do espírito, diria Ianni (1985). Aventura de aproximarmos dos sujeitos e suas experiências sociais e profissionais; os sentidos construídos por eles e, inclusive, como, por meio do ato da narrativa, novos significados também foram construídos, superando equívocos e alcançando a criticidade necessária.

É como reflete Maria Fernanda:

Eu nunca, nunca tinha dito, por exemplo, que o Projeto Ético-Político na verdade ele é a minha formação. E é. Pensando aqui, ele é. Nenhum desses conteúdos me veio externamente. Têm a ver com o que eu aprendi em sala de aula e com o que eu aprendi na supervisão. E eu acho que, da forma como eu aprendi, me fez querer ser uma delas (supervisoras de campos). Assim como os meus professores, todos me fizeram querer ser um deles.

¹⁷“A experiência humana, portanto, expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos, construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiência. (...) As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos nós estamos submetidos.” (BEZERRA, 1995: 125-126)

E ainda continua Maria Fernanda:

*(...) Eu podia saber disso e não saber, não é? Mas, à medida que você me indaga eu vou pensar, refletir. **Então, eu acho que eu pude pensar coisas aqui que eu também não sabia, está vendo?** E, isso me prova que quando a gente escuta, o sujeito se institui. **Estou aqui instituída agora da minha formação!***

Sabemos que é na vida cotidiana que a história desvela-se ou se oculta, tal qual a atribuição privativa do assistente social em supervisionar os campos de estágios, atividade que pode se tornar rotineira e sem propósito, esvanecendo o real valor para a formação profissional em Serviço Social, ou não.

Por creditarmos nessa negação e valorizarmos a proposição da supervisão de estágio, é que buscamos saber a história, as experiências das Assistentes Sociais, de Taubaté e região. Afinal, como afirmou Martinelli (2008), nas aulas do Nepi, durante o primeiro semestre: “a história, para não ser esquecida, precisa ser contada”.

Entendendo que buscamos reconstruir uma reflexão teórica de categorias já concretizadas no exercício de supervisão de estágio, clarificando-as, de forma a alcançar a construção das atribuições privativas dos assistentes sociais, optamos pela pesquisa qualitativa, para identificarmos o que os sujeitos Assistentes Sociais envolvidos com o processo de supervisão de estágio no processo de formação em Serviço Social têm a nos dizer a respeito; afinal, a apresentação desses Assistentes Sociais não só viria permitir o conhecimento dos determinantes constitutivos do objeto pesquisado, como também uma reflexão sobre os significados de suas experiências em desenvolver as supervisões de estágio.

O processo metodológico está fundamentado em uma revisão bibliográfica¹⁸ cujo núcleo central foi compreender qual é a atribuição profissional do Assistente Social como supervisor de campo de estágio, à luz de um referencial teórico-

¹⁸ Considerando ainda a importância de destacar que até mesmo as pesquisas qualitativas devem “pressupor, em alguma medida, a quantitativa. E o fato de ser qualitativa não implica a descaracterização ou exclusão da outra modalidade” (MARTINELLI, 1999: 25), também buscamos nos aproximar da discussão sobre o objeto de estudo e da realidade histórica, cultural e social que constituem as atribuições privativas de supervisão de estágio, por meio da pesquisa documental. Para tanto, utilizamos o material (Cadernos Abess e Revistas Temporalis) produzido e publicado pela Abepss, pois entendemos que esse tipo de pesquisa “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 1991:51). Vide anexo.

conceitual construído para refletir as seguintes categorias: supervisão de estágio e atribuições privativas do assistente social.

Nosso objetivo é trazer para a contemporaneidade tal debate, tão importante para a formação profissional do Assistente Social; pensar e repensar como é que as atribuições privativas do assistente social movimentam-se além da lei que as constituem, e passam a ser concretas nas realidades do processo de ensino-aprendizagem durante os estágios em Serviço Social, sob a luz do projeto ético-político e dos conhecimentos teórico-metodológicos apreendidos nas qualificações profissionais, desde o momento da graduação.

Dessa forma, o processo investigativo foi construído por aproximações sucessivas, revelando determinações mais concretas e complexas constitutivas e constituintes do recorte realizado. Recorte esse definido pela escolha do Curso de Serviço Social de uma Instituição de Ensino Superior (IES), por compartilhar da aplicação e desenvolvimento das diretrizes curriculares propostas pela Abepss e também por estar centrada nela a vice-presidência da Abepss, da Região Sul II.

Ainda conforme o artigo 16, do Estatuto da Abepss, que estabelece que “a Diretoria da Abepss, eleita em Assembléia Geral para cumprir mandato de dois anos, é o órgão responsável pela coordenação e execução das atividades da entidade, com base nas diretrizes e política de ação aprovadas pela Assembléia Geral”, temos que, durante os anos de 2006 a 2008¹⁹, a vice-presidência da Região Sul II, que compõe os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, está no Departamento de Serviço Social da Unitau, ficando sob a responsabilidade dessa vice-presidência, dentre outras competências, o estímulo efetivo da participação e envolvimento dos supervisores de campo no processo de formação profissional (inciso VII, do artigo 27, desse mesmo Estatuto).

Não foi feito estudo de caso da IES escolhida, pois nosso enfoque de pesquisa movimenta-se no espaço do processo de ensino-aprendizagem do estágio em Serviço Social, nas instituições sócio-ocupacionais, mais especificamente, nas experiências das Assistentes Sociais supervisoras de campos de estágios, portanto, a definição de uma universidade serviu para viabilizar o contato direto e significativo com tais profissionais.

¹⁹ Em 8 de dezembro de 2006, durante o X Enpess – Encontro de Pesquisadores em Serviço Social, foi realizada a Assembléia da Abepss para publicizar a eleição e a posse da nova diretoria.

Com isso, esclarecemos que a partir dos critérios de escolha de uma IES, tivemos a definição do Departamento de Serviço Social, da Unitau, como espaço acadêmico da pesquisa de campo a ser aproximado. Isso porque a Unitau é “uma instituição municipal de ensino superior, sob a forma de autarquia educacional de regime especial e rege-se pelas disposições legais gerais e específicas, pelo seu Estatuto e pelo Regimento Geral”²⁰, o que lhe permite cumprir, de modo autônomo e independente, a sua verdadeira, relevante e indispensável finalidade enquanto universidade.

E, também, o ementário das disciplinas da graduação do Departamento de Serviço Social, deliberado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Consep), sob o nº 344/ 2003, tem o enfoque reflexivo da sua organização relacionado com as propostas das Diretrizes Curriculares da Abepss, principalmente no que diz respeito à organização do estágio e da supervisão de estágio em Serviço Social, como consta em tal documento.

Assim, aproximações com essa IES foram realizadas²¹. Mantivemos contato com a coordenação do curso e a coordenação de estágio para esclarecer a intencionalidade de nossa pesquisa, no sentido de evidenciar que nosso intuito não seria produzir conhecimentos, somente, mas o nosso interesse ético-político buscava compreender que tal realidade tem movimentos e que eles são construídos por sujeitos políticos.

Os sujeitos da pesquisa foram definidos a partir da densidade de suas vivências como supervisores de campos de estágios, e a partir da indicação da Coordenação de Estágio da Unitau. De acordo com a metodologia da História Oral, não foi necessário trabalhar com um grande número de sujeitos, em nossa pesquisa, mas apenas com aqueles compatíveis com o objetivo proposto, uma vez que consideramos que esses sujeitos expressam significativamente a vivência do grupo.

²⁰ Disponível em: <http://www.unitau.br/universidade>. Acesso em: 6 abr.2008, às 16h16min.

²¹ Segundo a Resolução nº. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas que envolvem seres humanos devem ser regidas por diretrizes e normas regulamentadoras, que garantam o consentimento livre e esclarecido dos indivíduos de forma ética. Portanto, esta dissertação de mestrado foi aprovada pelo protocolo nº 116/08, do Comitê de Ética da Unitau, para que pudéssemos coletar os depoimentos das Assistentes Sociais supervisoras de campos de estágios vinculadas ao Departamento de Serviço Social, da referida IES.

Assim, definimos quatro Assistentes Sociais; uma delas Coordenadora de Estágio da Unitau, e as três demais supervisoras de campos de estágios. O objetivo da pesquisa é conhecer como essa pessoa vive sua experiência, quais significados foram construídos e a forma como esses arquivos vivos são gravados em sua memória.

Com isso, as histórias foram coletadas por meio de depoimentos, pois,

busca-se obter o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações ou participação em determinadas instituições que se quer estudar, observando-se que o depoimento não tem o sentido de estabelecimento da verdade, mas, de conhecimento de uma versão devidamente qualificada. (...) Mostra ainda que por trás do tema da narrativa, há o não dito, o não perguntado e se desvendam vinhetas sobre o espaço público e que configuram o contexto. (LANG, 2000:124-125)

E como é exatamente o “não dito, o não perguntado” que almejamos tornar público, construímos algumas questões instigadoras para a coleta dos depoimentos. Afinal, tais eixos/ indicadores foram previamente formuladas para evidenciar as futuras categorias de análise, e permitir a compreensão dos conceitos de supervisão de estágio em Serviço Social, como suporte teórico para desenvolver significativamente as experiências dessas Assistentes Sociais. Considerando, inclusive, a relação teoria-prática do Serviço Social como característica mediadora para construir a atribuição privativa em supervisionar os campos de estágios.

Ou seja, buscamos no relato oral as questões apresentadas pelos próprios sujeitos entrevistados, para que tais narrativas nos esclarecessem a sistematização das indicações e tendências existentes na construção das atribuições das Assistentes Sociais envolvidas com a supervisão de estágio, já que, ao considerarmos o eixo central na história, na cultura e na identidade, dessa metodologia, teremos a aproximação com os sujeitos, através da fonte oral, possibilitando assim a evidência dos significados das experiências vividas.

Portanto, por meio do sujeito Assistente Social, buscamos o resgate de sua experiência na reconstrução da trajetória enquanto supervisor de campos de estágios, para conseguirmos, articulados esses dados com as categorias teóricas pesquisadas, visualizar com maior precisão o caráter mediador das atribuições do Assistente Social como supervisor de campo de estágios em Serviço Social.

Embora “o vivido seja irrecuperável em sua total vivacidade” (QUEIROZ, 1991:89), buscamos manter a maior fidelidade possível com as narrativas das profissionais, já que compreendemos que os significados atribuídos às experiências pelos sujeitos não remetem à veracidade cronológica dos fatos, mas como eles constroem tais experiências em determinada realidade, em um certo período de tempo.

Ainda trabalhamos nossa matriz de análise de acordo com os mais importantes tópicos apresentados nas narrativas dos sujeitos entrevistados e que estavam relacionados com as questões instigadoras dos caminhos de aproximação com as Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios em Serviço Social e suas experiências, para que, conseqüentemente, a apresentação de tais profissionais pudesse ser contextualizada de acordo com seus devidos valores.

Sob esse escopo, a seguir apresentamos as questões instigadoras da dissertação de mestrado.

1.3.1 As Questões Instigadoras

As questões que instigaram a conversa com as Assistentes Sociais foram elaboradas previamente, com o intuito de fazer com que essas profissionais falassem sobre o contexto da supervisão de estágio, tema de nossa pesquisa.

Esclarecemos ainda que nossas conversas foram subsidiadas pelo uso de um gravador digital e subdivididas em dois momentos: o primeiro, em conversa com a Coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social da Unita e, o segundo, com as Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios em Serviço Social ligados com a referida IES.

Ficando, assim, as questões instigadoras dos depoimentos das supervisoras de campos de estágios e da Coordenadora de Estágios em Serviço Social da Unita:

- relação teoria-prática como mediação para a construção da atribuição do Assistente Social supervisor de campo de estágio;

- **a condição de trabalhador assalariado do Assistente Social;**
- **o compromisso com o projeto ético político do Serviço Social;**
- **o apoio pedagógico, teórico e metodológico dos Assistentes Sociais supervisores de campos de estágios;**

A intenção, com tais eixos, foi desvendar a prática de supervisionar o campo de estágio e compreender que está em movimento no cotidiano profissional, durante o qual o próprio Assistente Social, além de desenvolver essa atribuição, também tem, sob sua responsabilidade, o exercício da prática do Serviço Social na instituição – espaço sócio-ocupacional.

Reconhecendo essa dinâmica, almejamos saber, sobre essa mesma condição que é influenciada pelos determinantes que ditam o mercado de trabalho, e no qual o próprio assistente social está inserido, criando-lhe um espaço de contradição visto que ele tem que lidar com suas responsabilidades sob os condicionantes da situação de assalariamento – que o faz pertencer à classe trabalhadora como qualquer outro profissional/ trabalhador – e ainda ter concreto em seu fazer profissional - tanto no de Serviço Social, na instituição, como na sua atribuição de supervisionar campo de estágio – o compromisso com o Projeto Ético-Político.

E é exatamente o enfoque desse projeto - alimentado pelo caráter mediador da relação entre a teoria e a prática - que faz com que o Assistente Social construa sua atribuição como supervisor de campo, de maneira que o processo ensino-aprendizagem do estágio venha a contribuir com a formação da identidade profissional comprometida com a justiça social. Afinal, esse é o exercício da práxis profissional.

Já na coleta do depoimento da Coordenadora de Estágio, a intenção de conhecer os significados de sua experiência por meio dessas questões instigadoras apresentadas teve um adendo relevante para a compreensão do caráter mediador da atribuição de supervisionar campos de estágios: o apoio pedagógico realizado

por tal profissional em relação às supervisoras de campos de estágios. Afinal, essa relação entre profissionais é um elemento determinante das atribuições do supervisor de campo, por evidenciar, inclusive, que as contradições dessa parceria têm fundamentação histórica, política e econômica.

Para que, assim, no Capítulo III, possamos conhecer as narrativas das experiências das Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios em Serviço Social, antes, faz-se relevante discutir o caráter mediador da atribuição privativa de supervisionar campos de estágios, como contexto reflexivo que dá o suporte para tais narrativas.

CAPÍTULO II - O CARÁTER MEDIADOR DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é de transformá-lo.

Marx

E essa transformação que Marx (2007:103) vem nos propor pode acontecer também no exercício cotidiano de supervisionar estagiários em Serviço Social. Atribuição essa que depende do compromisso de cada Assistente Social. Mas, enfatizamos que tal subjetividade é construída, em conjunto, pela categoria profissional do Serviço Social, isto é, no coletivo de profissionais que compreendem que esse exercício vai além da prerrogativa legal, indo ao encontro do fortalecimento do Projeto Ético-Político, e, conseqüentemente, da construção da identidade da nossa profissão.

A reflexão sobre o caráter mediador da atribuição de supervisionar estágio é intrínseca à história que a profissão vem construindo na conjuntura brasileira, pois toda a trajetória do Serviço Social, inclusive a constituição dessa atribuição do Assistente Social, é determinada por condições externas - como desenvolver a prática profissional segundo os determinantes do mundo do trabalho -, e as perspectivas da educação, em especial a do ensino superior, que influenciam diretamente a formação da categoria profissional- as quais direcionam a profissão, mas também permitem, em um movimento contraditório, que estratégias sejam construídas criticamente.

Essas estratégias permitem que nós, os Assistentes Sociais, nos revelemos por meio de nosso discurso²² e pela de nossa ação profissional, inclusive no processo de ensino-aprendizagem do estágio, afinal, todo ato profissional é um ato político

²² Ou seja, “na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Esta revelação de quem, em contraposição a o que alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exibir ou ocultar –, está implícita em tudo o que diz ou faz”. (ARENDRT, 1987:192)

entre sujeitos, e é também na relação entre supervisor de campo de estágio e acadêmico-estagiário que as experiências propositivas são construídas.

Reconhecendo a importância dos Assistentes Sociais no processo de construção e desenvolvimento das atribuições privativas, dentre elas a de supervisionar os campos de estágios, é importante refletirmos sobre as atribuições privativas da área do Serviço Social e o significado delas para a supervisão de estágio em serviço social para desvendarmos o objeto proposto nesta pesquisa.

Entendemos que essa supervisão de campos de estágios em Serviço Social é uma atividade já reconhecida como prerrogativa do profissional em legislações específicas da área do Serviço Social.

Dentre elas, a Lei nº. 8.662, de 1993²³, que regulamenta o Serviço Social. Em seu artigo 5º, a lei já indica, como atribuições privativas do Assistente Social, em especial, no inciso VI, o treinamento, a avaliação e a supervisão direta de estagiários de Serviço Social. E, ainda, no parágrafo único, do artigo 14, que “somente os estudantes de Serviço Social, **sob supervisão direta de Assistente Social** em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social”. (grifo nosso)

Com esse compromisso estabelecido legalmente, é possível compreender a supervisão de estágio como uma

prática educativa, o profissional conduz o estagiário para seus próprios recursos (realidade); essa tarefa é um dos aprendizados mais difíceis, uma vez que o supervisor está sempre em luta para se apropriar do seu lugar (realidade), do sentido das coisas. (PACCHIONI, 2000:42)

E temos clara essa conceituação nas narrativas das Assistentes Sociais Lucimara e Patrícia, as quais, ao refletirem sobre a atribuição de supervisionar os campos de estágios, reconhecem, inclusive, a proposição do processo de ensino-aprendizagem nesse momento da graduação:

²³ A lei que regulamenta a profissão de Serviço Social também estabelece, no artigo 14, que cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágios de seus alunos e designar os assistentes sociais responsáveis por sua supervisão.

É fundamental construir e atualizar conhecimentos, refletir sobre perspectivas teóricas, sobre o projeto ético-político que embasa nossas ações. Toda esta bagagem e a problematização contínua desta é importante para o aluno, para a construção de sua identidade profissional e para o aperfeiçoamento da supervisão de estágio.

O processo de supervisão propicia construir conhecimentos juntos, supervisores e estagiários. É um excelente movimento para que o profissional em conjunto com o aluno possa rever a metodologia de trabalho, construir novas alternativas, desenvolver novos projetos.

A supervisão é semanal, sendo desenvolvida com duração de no mínimo uma hora por semana. Organizo também as atividades da supervisão de acordo com o processo de desenvolvimento do estagiário. No início do estágio, quando o aluno vem para a Clínica, é realizado por um mês - dependendo dos resultados demonstrados pelo aluno - um período de observação dos atendimentos sociais, das atividades sócio-educativas, possibilitando a percepção da dinâmica do Serviço Social dentro do espaço institucional. Se necessário, o período de observação pode ser estendido até que o estagiário demonstre estar preparado para desenvolver as atribuições e atividades da profissão. Aos poucos os atendimentos, encaminhamentos vão sendo realizados pelo aluno.

Discutimos nas supervisões os critérios sociais que foram definidos para as avaliações sócio-econômicas, a qualidade dos encaminhamentos e quando possível realizamos visitas institucionais para conhecer a rede de recursos sociais.

Procuo dar respaldo ao aluno para que conheça o espaço onde ele está, relacionando-o ao contexto social mais amplo. (Patrícia)

Como também,

O que eu acho que mais contribui (...), por exemplo, (o estagiário) foi fazer estágio comigo, lá com criança e adolescente. A instituição atende criança e adolescente.

(Assim), fazer a reflexão que esse estagiário não necessariamente depois de formado vai trabalhar numa instituição com criança e adolescente. Porque ele pode ter ido trabalhar num trabalho (em) empresa, que é mais restrito, mas que existe, ou com idoso, ou pessoa com deficiência – as várias possibilidades da profissão – na área da saúde.

E eu acho que essa é a maior contribuição e isso precisa estar muito claro que o que ele aprende ali, ele pode estar aplicando independentemente da área.

Porque (...) independentemente de onde ele (profissional recém-formado) esteja, o Suas e a Política Nacional de Assistência Social²⁴, tem que estar tomando conhecimento. Então, assim, o que você identifica aqui, independentemente da sua área de atuação, você vai levar. (Lucimara)

Para que esse processo seja fiel a uma prática educativa, que também deve ser constituída para superar os limites e desafios postos no cotidiano profissional, o Assistente Social deve compreender que as atribuições da supervisão de estágio - muito além do que lhe cabe legalmente, ao desenvolver tal função - exigem o fortalecimento da relação entre a teoria e a prática do Serviço Social, que é o real sentido do estágio, o qual

tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao aluno uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social. (OLIVEIRA, 2004:65)

Então, para quê? Podemos perguntar. Para quê buscar a reflexão sobre o caráter mediador entre a teoria e a prática no exercício da supervisão de estágio, no cotidiano do Assistente Social, se ela já está sendo garantida pela graduação em

²⁴ De acordo com a Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004, foi instituída a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), cujas ações são: “prevenção, proteção, promoção e inserção, bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários”. E, ainda, ressalta-se que, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a regulação e a organização em todo o território nacional, são constituídas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Para mais informações, pesquisar em: www.mds.gov.br.

Serviço Social? Na tentativa de explanar sobre esse questionamento, partimos do entendimento de que o assistente social, muito além de apreender, durante a sua formação, a importância da teoria para que possa construir a sua atribuição como supervisor de estágio, é na concretude dessa prática que os profissionais efetivamente se vêem ou não preparados para uma supervisão de estágio crítica e propositiva.

Isso porque é com a experiência do estágio e com o acompanhamento direto do supervisor de campo de estágio, que se concretiza o espaço privilegiado para a construção da identidade profissional, ou seja,

a matriz de identidade profissional deve fornecer condições para contínuas mudanças, reformulações no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, esta é necessária e importante no processo de formação do aluno, especialmente no momento em que ele inicia o estágio prático supervisionado, onde, diante do desconhecido, do novo, ele apresenta insegurança profissional. (BURIOLLA, 1996:36)

Ainda,

cabe então ao supervisor, seu protótipo, acompanhar o aluno estagiário neste processo de amadurecimento de sua formação profissional. Supervisor e supervisionado vão conjuntamente desvelando os diversos conteúdos relacionados à sua prática e, aos poucos, por aproximações sucessivas, as diversas concepções vão se alterando. Este processo leva o aluno a uma maturação gradativa, a uma segurança profissional, a tal ponto que se espera, no final do curso, que ele tenha encontrado a sua própria identidade profissional. (BURIOLLA, 1996:36)

Portanto, ainda que sejam fortalecidos outros espaços fundamentais²⁵ para construir a identidade profissional²⁶, o estágio passa a ser o lócus onde se torna vi-

²⁵ Tais como: a própria graduação, em seus debates teóricos; seminários/palestras relacionados com a discussão do Serviço Social; movimentos da categoria, como participação nos eventos do conjunto Cfess/Cress, Abepss, entre outras participações, que contribuem com a capacitação continuada do Assistente Social, enriquecendo sua prática sob a luz do projeto ético-político e assim construindo a identidade do Serviço Social.

²⁶ Como afirma Martinelli (2001:131), "(...) a identidade profissional e a consciência social só se constroem no movimento, na complexa trama de relações e processos que compõem a totalidade". E, ainda, "no caso do Serviço Social, as circunstâncias favorecedoras da estruturação da consciência coletiva de seus agentes devem ser buscadas na ampliação do contingente profissional e na diversifi-

sível a prática do assistente social, com as possibilidades de ruptura e também a construção de novas estratégias de ação e de novas capacidades de elaborar atribuições privativas do assistente social.

Percebemos tal reflexão nas narrativas das Assistentes Sociais, quando afirmam que:

É todo um processo que vivemos e construímos desde quando somos alunos do curso de Serviço Social. Vamos assimilando e selecionando toda uma bagagem teórica. Desde o contato que a gente vai tendo continuamente com conhecimentos no processo de formação profissional até a troca de conhecimentos com o Departamento de Serviço Social enquanto supervisores de campo. Eu não atribuo somente, ao que eu, Patrícia, acho importante.

É um processo que a gente vivenciou, há uma bagagem teórica que foi adquirida. Processo que se estende desde meu tempo de graduação até à experiência profissional em constante desenvolvimento. Porque a gente amadurece esses conhecimentos e cria outros conhecimentos também, descobre outros dados e vislumbra novas propostas... Assim, não é um amadurecimento particular, individual. É um processo vivenciado em âmbito acadêmico, no decorrer do exercício profissional e no contato com outros assistentes sociais (ou profissionais de outras áreas) e estagiários. Existem discussões da categoria também em evidência que contribuem muito.

Contribuímos também com o conhecimento da experiência profissional. Não é algo individual, descolado, mas um, um processo acadêmico e social, no qual a população também é participante.

Pesar a qualidade das nossas ações, para que a gente realmente possa (ter o) processo de construção da identidade profissional, e a gente está contribuindo para a própria construção da categoria. (Patrícia)

Por isso, é que se faz legalmente relevante a presença direta de um Assistente Social como supervisor de campo de estágio, reconhecendo a fundamental importância dessa atribuição do profissional para construir a identidade, as dimensões e o projeto da profissão, junto com os estagiários de Serviço Social que logo estarão inseridos no mercado de trabalho.

E, ainda, como Maria Fernanda também narrou:

*Eu penso que na própria formação, quando você está dando supervisão, oferece a possibilidade do aluno se pensar no seu lugar, não é? 'Se você estivesse aqui sozinha, com esse usuário, quais seriam os seus encaminhamentos? **Para que você (o estagiário) vá criando uma segurança num ser profissional à sua própria maneira**'.*

Compreendendo isso, o Assistente Social supervisor de campo torna-se um multiplicador de sua consciência política junto aos acadêmicos de Serviço Social, os quais, sob uma mesma sintonia, vão construir vontades históricas determinadas por lutas hegemônicas cujos princípios e objetivos são partilhados.

Tal profissional, nesse instante, precisa estar habilitado para a relação de exterioridade que estará lançando no relacionamento entre ele - supervisor de estágio - e o estagiário. Isso porque cada qual, dentro dessa relação de forças, possui sua concepção de mundo, fundada na experiência própria de agir, pensar, sentir.

A atribuição do Assistente Social - como da tarefa de supervisionar estágio - deve ser planejada e repensada coletivamente, à luz dessa reflexão que aqui realizamos, pois é nesse movimento contraditório da realidade que o exercício de supervisionar será efetivo e eficaz²⁷.

²⁷ Embora não seja o foco da nossa reflexão avaliar se o exercício da supervisão de estágio em Serviço Social está sendo realizado de maneira eficaz e eficiente, é importante esclarecer o entendimento que temos desses critérios avaliativos para que possamos reafirmar a importância da construção das atribuições do Assistente Social como supervisor de estágio de forma que seja pensada e executada para garantir o alcance das metas e dos objetivos dessa atividade, como também para causar um impacto propositivo na vida profissional dos acadêmicos de Serviço Social. Dessa forma, segundo Baptista (2002:118) "a eficácia é analisada a partir do estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstos no planejamento do grau em que os mesmos foram alcançados. Incide sobre a proposta e, basicamente, sobre os objetivos por elas expressos, estabelecendo em que medida os objetivos propostos foram alcançados e quais as razões dos êxitos e dos fracassos".

É preciso construir caminhos que concretizem essa intenção política!

Esse é o desafio a ser vencido pelos profissionais de Serviço Social, afinal, a supervisão de estágio tem que contribuir propositivamente com a formação profissional, pois essa batalha é travada diariamente, por muitos Assistentes Sociais, em seu cotidiano profissional.

Compromisso que Mabel também se colocou para refletir pela sua narrativa, quando diz:

*não estamos atados. Não temos respostas? Temos respostas, muitas respostas. **Agora, como é que a gente constrói isso aqui? É aqui, não é... a revolução, ela não se dá por idéias, ela se dá pela experiência! Ela tem que ter materialidade, senão... e isso está lá no Manifesto Comunista, não sou eu que estou falando, Marx fala assim: 'a transformação não se dá por palavras, ela se dá por atos', por um exercício efetivo, agora.***

Tal reflexão sobre essas atribuições, no cenário atual da educação superior brasileira²⁸, traduz a necessidade de reafirmarmos os compromissos ético-políticos de responsabilidade para com a categoria profissional, de maneira geral, e que, articulando com o exercício do estágio em Serviço Social, possamos responder superando uma prática que pode vir a pairar somente no campo da abstração.

Para tanto,

Já "a avaliação da efetividade diz respeito, mais propriamente, ao estudo do impacto do planejado sobre a situação, à adequação dos objetivos definidos para o atendimento da problemática objeto da intervenção, ou melhor, ao estudo dos efeitos da ação sobre a questão do objeto do planejamento". (Id., *ibid.*, p. 119-120)

²⁸ Cenário esse que podemos elucidar a partir das propostas da nova Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB), decorrente do documento Ensino Superior na América Latina e no Caribe. Um documento Estratégico. Uma das mais amplas e profundas reformas que o Brasil já enfrentou nos últimos tempos, a relacionada com o ensino superior, através da LDB, trouxe, como afirma Iamamoto (2004b:35-36), "uma veloz e radical alteração da educação no país e, em especial, da universidade brasileira, (...) tendo em vista permitir ancorar as políticas governamentais voltadas ao reordenamento do sistema de educação nacional".

os desafios presentes no campo de atuação exigem do(a) profissional o domínio de informações, para identificação dos instrumentos a serem acionados e requer habilidades técnico-operacionais, que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais. O conhecimento da realidade possibilita o seu deciframento para 'iluminar' a condução do trabalho a ser realizado. (IAMAMOTO, 2002:12)

E,

avançar na legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social (Id., *ibid.*, p. 15)

Assim, e a partir desse compromisso assumido pela categoria do Serviço Social, toda atividade desenvolvida pelo Assistente Social, no cotidiano da prática profissional, deve estar norteada por uma teoria e uma metodologia que se fundamenta ética e politicamente e também ser operacionalizada com o uso de instrumentos técnico-operativos, como é o caso do exercício da supervisão de estágio.

Na busca por constituir elementos sob essa perspectiva, foram legalizadas algumas ações, reconhecidas como atribuições privativas do Assistente Social, de acordo com a referida Lei, ou seja,

a Lei, como instrumento, pôde articular princípios ético-políticos, e procedimentos técnico-operacionais. O texto legal expressa, pois, um conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais, embora saibamos que a predefinição das atribuições privativas e competências, como uma exigência jurídica/ legal, não as garante na prática, posto estarem, também, condicionadas à lógica do mercado capitalista. (Id., *ibid.*, p. 11)

Como uma dessas atribuições - enquanto prerrogativa, privilégio, direito e possibilidade de poder realizar algo - enfatizamos a supervisão de estágio em Serviço Social, atividade exclusiva do profissional que demandará dele a clareza do objetivo desse exercício, como também a organização e desenvolvimento de um planejamento a ser incluído com o envolvimento do estagiário acadêmico que acompanha tal atividade.

Conforme Buriolla (1996) já nos apresenta em suas reflexões, o profissional Assistente Social supervisor de campos de estágios no espaço do cotidiano profissional terá de desempenhar alguns papéis²⁹ desenvolvidos de acordo com o interesse de fortalecer tal atribuição sob os seguintes olhares: expressão do saber, educativa e política.

Sobre a supervisão enquanto expressão do saber, entendemos que se constitui enquanto prática social, tendo em vista que

toda prática social é teoria em movimento, é articulação de saberes, é construção coletiva em busca de objetivos socialmente determinados e historicamente estabelecidos. (MARTINELLI, 2001:147)

Neste momento, faremos um adendo sobre a contribuição dos autores, de forma a direcioná-la para a nossa realidade de estudo. Para compreender a supervisão de estágio como uma expressão do saber, remetemos ao que Buriolla (1996:166) já afirma, sobre o papel de educador do supervisor de estágio, que esse deve “propiciar oportunidades de aprendizagem e, pela prática de Supervisão, refletir conjuntamente sobre elas, de retenção de experiências”.

E essa possibilidade de reflexão em conjunto entre supervisor de campo e estagiário é evidenciada na narrativa de Maria Fernanda, quando ela traz que a experiência do estágio sob a orientação de um Assistente Social permite reflexões críticas, de forma, a tornar viável a percepção da função política do profissional de Serviço Social na relação com outros profissionais, como também na relação com os usuários dos bens e serviços da instituição.

Maria Fernanda: a gente fica muito preocupada com os campos de saber. Até onde vai o meu conhecimento? E principalmente em relação ao psicólogo: ‘ah, isso é terapia’, ‘aquilo é do psicólogo, isso é meu!’

Você é parte desse conjunto de questões que estão presentes na vida daquele usuário que recorre à Psicologia, não é? Então, trabalhar com uma mãe, que está levando o filho por dificuldades na escola, é muito importante saber quais são as

²⁹ Buriolla (1996) apresenta que o supervisor de estágio deve ter os papéis de educador, transmissor de conhecimentos e experiências, facilitador e autoridade.

angústias que ela traz, já que eu estou falando com ela; o que ela espera desse acompanhamento, para que as expectativas dela se aproximem das expectativas que estão sendo desenvolvidas com a criança.

Então, poder trabalhar esses aspectos com os alunos, para que eles não fiquem temerosos de achar que vão fazer terapia, que eu sei que isso é uma preocupação no Serviço Social muito grande, e eu acho que com as devidas razões. Mas poder ouvir o usuário por inteiro e remetê-lo às suas referências, eu acho que é fundamental!

E, mais uma vez, a reflexão teórica é parte desse processo, por que a capacidade que a gente tem de escuta, a gente desenvolve isso ao longo do curso. Essa é uma profissão interventiva, que tem uma característica muito forte, que muitas vezes não é trabalhada em outras formações, que é essa disponibilidade para escutar o outro que está trazendo suas demandas.

E, por assim ser, a supervisão, enquanto expressão do saber, exige que o profissional Assistente Social desenvolva seu papel de educador na relação com o estagiário, afinal, a construção dos conhecimentos dessa relação – supervisor de campo e acadêmico – deve propiciar a troca de experiências, as quais estarão relacionadas com a vivência de cada sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem do estágio.

Ou seja,

toda prática social é verdadeiramente uma **prática educativa**; é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, de seu viver histórico. É, portanto, prática do encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada. (MARTINELLI, 2001:147, grifo nosso)

Tal compreensão permite, dessa forma, que o supervisor de campos de estágios seja o transmissor de conhecimentos e experiências, pois, embora esse profissional esteja munido de competências relacionadas com o saber teórico e prático da realidade na qual intervém, o acadêmico-estagiário também possui um arsenal de conhecimentos e ambos podem refletir em conjunto. (BURIOLLA, 1996:170)

Embora essa relação coloque os dois sujeitos da supervisão de estágio – assistente social e acadêmico-estagiário – numa mesma ação reflexiva, o profissional é o responsável pela direção desse momento, ou, como já afirma Buriolla (1996:174), é dele o papel de autoridade, pois

dá-se em um processo contínuo de acumular conhecimento, junto com o saber competente, o que lhe confere seu poder correspondente, poder que é partilhado junto com o aluno estagiário, atendendo às suas necessidades demandatárias.

E, para isso, a supervisão toma seu caráter político, queremos dizer, o assistente social, mesmo sendo o profissional responsável – a autoridade – ele deve ser o facilitador do processo de ensino-aprendizagem, o acadêmico-estagiário está envolvido, tornando evidente a direção a ser seguida pela supervisão de estágio em Serviço Social. (BURIOLLA, 1996:171-172)

Ou seja,

não há prática social que não seja política, pois essa é a sua natureza constitutiva, a sua razão de ser. É, por excelência, a possibilidade de operar com projetos políticos que tenham por horizonte a consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania. (MARTINELLI, 2001:147)

Para alcançar essa dinâmica com êxito, o Assistente Social Supervisor de Campos de Estágios deve estar especializado³⁰, a partir de sua formação teórica, técnica e ético-política, pelo contínuo processo de qualificação. Isso, pois, permitiria que tal profissional consiga vislumbrar aquilo que delimita o caráter da atividade do assistente social enquanto privativa, que é: a qualificação da matéria, da área e da unidade do Serviço Social.

Ou seja, segundo Iamamoto (2002:18),

³⁰ “Em outros termos, a prerrogativa de auto-qualificação da profissão é dos seus agentes especializados e de seus organismos representativos que, em determinados contextos societários, confirmam a necessidade ou utilidade social dessa especialização do trabalho.” (IAMAMOTO, 2002)

no sentido etimológico (...) a matéria diz respeito ‘a substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente’. A área refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social e a unidade do Serviço Social não se reduz a uma visão administrativa enquanto órgão de uma entidade, definido em seu organograma, tal como se identifica no senso comum. Pode ser ainda compreendida com ‘a ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim’ ou ‘agrupamentos de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependências’. Em síntese, a unidade de Serviço Social pode ser interpretada como o conjunto de profissionais de uma unidade de trabalho.

Portanto, como a supervisão de estágio é uma atribuição privativa do Assistente Social, partimos do pressuposto de que, para esse exercício, é necessária a compreensão do que viria a ser a matéria, a área e a unidade do Serviço Social.

Queremos dizer, por ser essa atividade exclusiva do profissional, ela também o é para todos os da categoria de Serviço Social os quais, assim que graduados, estariam preparados para desenvolver essa supervisão³¹, compondo uma provável unidade de Assistentes Sociais Supervisores de Campos de Estágios, cujos compromissos ético-políticos estariam pautados, além da reflexão que Buriolla trouxe como contribuição, no Projeto Ético-Político³² do Serviço Social, permitindo o fortalecimento da identidade profissional relacionada com a transformação e defesa da justiça social.

Para tanto, a área de atuação do Assistente Social iria além do espaço sócio-institucional em que está diretamente inserido, mas, também, de forma abrangente a

³¹ Com relação a essa reflexão, Patrícia faz um adendo, ao dizer que, embora de fato a graduação em Serviço Social prepare o estudante para essa atribuição de supervisionar os campos de estágios ainda assim seria relevante trazer a necessidade de reafirmar que tal atribuição privativa poderia ser uma discussão melhor aprofundada, ainda no processo de formação, ao dizer: “eu acho assim, a faculdade realmente (dá) um respaldo, nós temos no curso, **a gente sai com uma bagagem em conhecimentos que a gente tem, minimamente, condições de supervisionar**. Só assim, eu acho que seriam importantes talvez alguns momentos de aprofundamento, durante a graduação. Então, eu acho que seria importante para o profissional, principalmente no último ano que a gente já está saindo do curso de Serviço Social. Lógico que isso é um processo, não é só um aprendizado do último ano, mas que **a gente pudesse ter um aprofundamento para que os profissionais saíssem com mais clareza da responsabilidade da supervisão, momentos em que a gente pudesse discutir talvez experiências de supervisores**, não como fórmulas, mas uma forma da gente poder, ainda aluno, conhecer experiências de supervisores! (Pois), infelizmente, a gente vê muitos alunos que vão para campos de estágio e ficam em funções administrativas”. (Patrícia)

³² Sob o ponto de vista de sua materialidade, o Projeto Ético-Político está contido no Código de Ética, onde estão postos os valores que o fundamentam, e, por extensão, fundamentam também a ação profissional. Outras expressões do projeto, no caso brasileiro, constam da legislação que regulamenta a profissão e nos currículos de cursos de formação graduada e pós-graduada em Serviço Social. (MARTINELLI, 2004)

perceber os elementos da política de referência do programa e/ou projeto de atuação, que são influenciados pelo contexto sócio, econômico e político do momento histórico de uma determinada conjuntura que sofrerá intervenção.

E, ainda, esse escopo permitiria a compreensão e a definição da matéria da prática do assistente social e a melhor estratégia de enfrentamento. Hoje, compreendemos que a questão social³³ é essa matéria-prima, mas defini-la em sua particularidade e singularidade, de acordo com o contexto de atuação, é responsabilidade do assistente social.

Esse entendimento permite que o Assistente Social desenvolva a sua atribuição de supervisor de campo de estágio, de forma que, enquanto prática política e educadora contribua realmente com a construção de identidades profissionais comprometidas com a defesa da justiça social.

2.1 A Mediação³⁴ entre a Teoria e a Prática do Serviço Social

“Mediações são instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real” (MARTINELLI, 1993:136), e, tendo em vista que o exercício profissional tem em sua dinâmica uma perspectiva direcionada hegemonicamente para o enfrentamento das diversas expressões da questão social, a categoria da mediação apresenta-se como o movimento entre a **singularidade e a totalidade, de forma a evidenciar a particularidade**³⁵ do Serviço Social, no cotidiano da prática do Assistente Social.

Isto é,

³³ Segundo Yamamoto (2001b:16-17), “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim, como de seus frutos. (...) Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais de todos os indivíduos sociais.” Para mais informações, ver a *Revista Temporalis*, da Abepss, ano II, nº. 3, 2001.

³⁴ Enquanto uma das categorias da teoria social (totalidade, historicidade, contradição, negação) de Marx, a mediação é filosófica, porque permite a intervenção como instância de passagem da área de conhecimento para a área de atuação/intervenção.

³⁵ Para maior detalhamento, ver Pontes (2002).

a mediação é, portanto, uma forma de objetivar a prática pela qual o próprio profissional se objetiva enquanto ser social. É, ao mesmo tempo, uma categoria reflexiva e ontológica, pois sua construção se consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas, apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilitando fundamentalmente pela intervenção da consciência. (MARTINELLI, 1993:137)

Para tanto, o Assistente Social, em seu fazer profissional, é iluminado pelas dimensões³⁶ ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, para responder à sua demanda pela percepção do singular dentro da totalidade, desenvolvendo uma prática que se movimenta pelo reconhecimento dos limites das normas institucionais e, ainda, contempla a compreensão da problemática apresentada de acordo com as defesas do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Fortalecendo a relação teoria-prática, o Assistente Social tem uma gama de conhecimentos e instrumentos³⁷ para responder ao seu objeto profissional contextualizado, repensando e reconstruindo os conceitos que o definem para tornar viável um objetivo profissional que considere todos os fatores envolvidos na busca de uma sociedade justa.

E é a mediação entre teoria e prática que viabiliza esse movimento pelo Serviço Social, afinal, a própria “mediação como categoria intelectualiza permite, mediante um impulso do real, à razão construir categorias para auxiliar a compreensão e ação profissionais”. (PONTES, 2002:165)

Sob esse escopo e na busca do entendimento da importância do saber teórico para a construção da atribuição privativa do Assistente Social como Supervisor de Campo de Estágio, tal prática exige que esse profissional tenha de aguçar sua subjetividade com o intuito de reconhecer que o compromisso que estabeleceu nas relações sociais tem presente a questão do poder, e, por isso, a intencionalidade de

³⁶ Segundo BATTINI (2003: 3), a “dimensão teórico-metodológica é substanciada por uma teoria social que permite a leitura e de explicação do real que tem impressa; a dimensão ético-política que (...) impulsiona ações profissionais em defesa de valores éticos universais e modos próprios de reconstruí-los e operá-los em espaços diversos de relações sociais; já a dimensão técnico operativa, diz respeito a exigência que se coloca de construção de estratégias de intervenção como um dos fundamentos do processo de trabalho do assistente social”.

³⁷ Embora não tenha sido o propósito dessa reflexão discutir a instrumentalidade do Serviço Social, é importante esclarecer que essa relação visa sair das circunstâncias e ir para os significados, de acordo com os objetivos da sua ação – o trabalho se incorpora ao meio. Não há trabalho humano sem mediação, portanto, a instrumentalidade é movida por razão, vontade e liberdade, para que o objetivo do instrumento não seja menor que o projeto profissional e, assim, estabeleça a relação dialética entre quantidade e qualidade, de forma que um complete o outro. Para mais informações, ver Guerra (2002).

toda e qualquer prática deve ser percebida sob uma direção ética e política, tornando-a profissional.

Já que,

a sociedade humana é atravessada e impregnada por um coeficiente de poder; ou seja, os sujeitos individuais não se justapõem, uns ao lado dos outros, em condições de simétrica igualdade, mas se colocam hierarquicamente, uns sobre os outros, uns dominando os outros. Este coeficiente que marca as nossas relações sociais como relações políticas e que caracteriza nossa prática social envolve os indivíduos na esfera do poder. (SEVERINO, 2001:48-49)

Ou seja, em todo o processo do fazer profissional, precisa ser renovado o compromisso ético e político, que se estenderá a toda a atribuição profissional desenvolvida na supervisão de estágio. Isso tudo compõe o amadurecimento do saber, portanto, “tanto quanto o agir, também o saber não pode se dar na fragmentação: **precisa acontecer sob a perspectiva da totalidade.**” (SEVERINO, 2001:54, grifo nosso)

Sob essa perspectiva da totalidade, a supervisão de campo de estágio é mediada pelos saberes e fazeres do Serviço Social, isto é, saberes que foram construídos no decorrer da formação acadêmica do profissional, como também aqueles conhecimentos adquiridos no cotidiano da prática do Assistente Social.

E essa compreensão faz com que a supervisão de estágio seja fundamentada além de sua legalidade, pois vai sendo desvendada com as aproximações que o profissional ao movimento da teoria em iluminar essa atribuição privativa, para que até o exercício dessa ação esteja livre do imediatismo e perceba meios de superar os limites e desafios³⁸ postos, de forma a fortalecer a direção “social, política e técnica de produção de conhecimentos, tendo em vista um saber e uma prática mais conseqüentes”. (BAPTISTA, 2001:116)

³⁸ Como mesmo afirma Maria Fernanda sobre alguns limites e desafios que precisam ser superados: “o que eu acho que muitas vezes acontece na relação do aluno com o estágio, é que ele está mais identificado com o usuário, e **os assistentes sociais também com a própria condição da classe trabalhadora que nós somos. Muitas vezes, a gente vive história não diferente daquela que a gente está ouvindo.** Não é às vezes, isso acontece muito lá. É um supervisor para um grupo grande de vários projetos, então, o aluno recebe a supervisão uma vez por semana, mas, se o assistente social não está ali com ele, uma vez por semana só é pouquíssimo, é pouquíssimo! Eu acho que é um momento de muita insegurança!”

O Serviço Social vai delineando a direção das suas ações, permitindo a construção da sua prática de supervisionar o campo de estágio, já que reconhecida a importância do movimento da teoria sobre a prática, para esse mesmo exercício³⁹, tem-se a certeza de que novos conhecimentos são elaborados para fortalecer a teleologia⁴⁰ dessa supervisão. Teleologia essa que contribuirá para o processo de ensino-aprendizagem do Serviço Social e constituição da sua identidade profissional.

Afirmamos isso porque todo conhecimento, inclusive o adquirido na prática de estágio, é interiorizado pelos sujeitos – supervisor acadêmico, supervisor de campos de estágios e acadêmico-estagiário -, envolvidos nesse processo, afinal, como afirma Severino (2001:49, 50),

o conhecimento individual se dá sobre um fundo de uma experiência radicalmente histórica e coletiva que lhe é anterior e que lhe serve de matriz placentária. Esse contexto, como que um tecido que vai se complexificando pela contínua articulação de novas experiências, já tornadas possíveis pelas experiências passadas e acumuladas, é a cultura, uma das mediações concretas da existência dos homens. Um elemento específico interfere no social humano, o poder tornando política a sociedade.

Portanto, a partir desse entendimento, o Assistente Social que tiver uma experiência de estágio significativa, durante o seu processo de formação profissional em Serviço Social, terá melhor definido o seu compromisso político, enquanto educador, no decorrer da supervisão de campos de estágios, contribuindo para a construção qualitativa do caráter mediador dessa atribuição.

E, ainda, na medida em que essa experiência vai ocorrendo no cotidiano da vida profissional, o Assistente Social tem a seu favor o intuito de não somente contribuir com a reconstrução das relações na sociedade, mas também colocar em

³⁹ Essa idéia já foi defendida por Rosa Maria Ferreiro Pinto (1997:55), quando afirma que “(...) estágio e supervisão formam um conjunto unificado cujo objetivo é o ensino teórico-prático do Serviço Social para a aprendizagem profissional (...)”.

⁴⁰ No capítulo V de *O Capital*, Marx explica tal conceito ao dizer que o trabalhador “(...) figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho”. Disponível em: www.vermelho.org.br. Acesso em: 21 de agosto de 2007, às 11h 45min.

constante questionamento a construção da sua própria prática profissional, tanto a intervenção na sociedade como a de supervisionar os estágios, portanto,

nesse processo de construção, as ações individuais dos profissionais podem assumir, ao mesmo tempo, as dimensões de síntese – resultante do processo coletivo de elaboração de conhecimentos e práticas desenvolvidos pela categoria – e de criação de novas propostas e de novos conhecimentos. Nesse processo, a experiência é submetida a uma seletividade que determina o que deve ser retido e o que deve ser ‘esquecido’, o que pode ser objetivado, conservado e acumulado, constituindo o acervo de conhecimentos a ser transmitido na formação profissional. Esse acervo inclui o conhecimento da situação e de seus limites, o que permite sua ‘localização’ na sociedade e o ‘manejo’ dos conhecimentos de forma apropriada. (BAPTISTA, 2001:117)

Queremos dizer que todo conhecimento adquirido e construído passa a compor um acervo para o profissional, de forma que, em diversos momentos da sua vida profissional, ele próprio possa retomar esses conhecimentos e criticamente analisá-los sob uma nova perspectiva, com um olhar mais amadurecido pelas novas experiências e por novos saberes e fazeres apreendidos em seu cotidiano.

Nessa ótica, entende-se que não é apenas a informação teórica que forma o profissional, a formação atualiza, em seus objetos, a história e o contexto, a experiência e a vivência, de indivíduos e grupos. Logo, integra uma modalização da prática, mediatizada pelo trabalho. É o trabalho, assim circunscrito como fazer profissional, que potencializa um conhecimento novo acerca de objetos do real, do concreto, filtrando-o num movimento que o articula ao viver cotidiano. (NICOLAU, 2004:83-84)

É nesse exercício profissional que ao mediar os saberes teóricos na prática, permite que seja criado o lugar privilegiado do Serviço Social. Principalmente, quando consideramos que a

prática da supervisão é o lugar onde o supervisor realiza e reflete sua ação, vivenciando um certo modo de fazer e pensar o processo de trabalho com base em uma dada perspectiva, viando um dado projeto”. (PACCHIONI, 2000:60)

Afinal, Buriolla (1999:84) já afirma, com a sua contribuição reflexiva, que “a matéria-prima da supervisão em Serviço Social ao nível da formação profissional (...) é o agir profissional do assistente social e do aluno em formação.” Assim, tudo o que é apreendido previamente na formação profissional tem a sua concretude na prática profissional, que, por estar inserida num espaço institucional, sofre influências dos diversos determinantes históricos que compõem a sociedade em que vivemos, mas que, ainda assim, permite novas direções e novos conhecimentos.

2.2 O Cotidiano Profissional enquanto Espaço Privilegiado da Práxis da Supervisão de Estágio em Serviço Social

É na e pela prática que as coisas humanas efetivamente acontecem; que a história se faz.

Severino

Lembrando que é no processo de ensino-aprendizagem do estágio em Serviço Social, que “supervisor e supervisionado, vivenciam uma **práxis** na qual ambos refletem sobre a sua ação” (BURIOLLA, 1999:83, grifo nosso), torna-se relevante, nesse momento, nos apropriarmos desse espaço privilegiado porque, afinal, é nessa prática que a história da supervisão de campo de estágio em Serviço Social é construída.

E, para essa apropriação da prática profissional, Netto (1989:148-149) nos alerta sobre a necessidade de compreendermos a condição do Assistente Social enquanto trabalhador assalariado.

Condição essa que, mesmo definindo a inserção de tal profissional na divisão sócio-técnica do trabalho, não consegue fazer com que o Serviço Social perca a sua autonomia, pela perspectiva do seu arcabouço teórico-metodológico particular. E esse incessante movimento só é viável com a legitimação do exercício profissional pelas mediações entre o saber orientado pela baliza teórica e a análise reflexiva inerente à própria prática da profissão.

Ou seja, o entendimento do Serviço Social como “especialização do trabalho coletivo permite compreender que a atividade profissional se realiza no universo do assalariamento, por meio de um processo social e técnico de trabalho que objetiva

um produto concreto” (ABESS, 1996:162), mas que tem autonomia para conduzir o direcionamento da sua intervenção profissional na própria prática da supervisão de estágio.

É exatamente com essa inserção do Serviço Social no mercado de trabalho que podemos identificar a institucionalização da profissão⁴¹ como forma de enfrentamento da questão social, enquanto objeto da intervenção profissional.

E, como consequência, o profissional passa a defrontar-se mais diretamente com os problemas sociais também fruto dos determinantes do capitalismo, que aparecem para o Serviço Social como sua demanda profissional, desafiando tal profissão a viabilizar estratégias de enfrentamento, nesse mesmo espaço contraditório que também reproduz as condições de desigualdades, afinal, é na batalha em defesa dos direitos sociais e da emancipação social que o trabalho do Assistente Social baseia-se. (ABESS, 1996:164)

Com a profissão institucionalizada, o Serviço Social passa a assumir a característica de relação de venda da força de trabalho especializado do Assistente Social para as distintas entidades empregadoras, independentemente de sua natureza ser privada, pública ou filantrópica, fazendo com que esse mesmo trabalhador assalariado sofra mais diretamente com as condições das relações de trabalho e de poder.

Ora, ao vender sua força de trabalho em troca do salário, o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. (IAMAMOTO, 2001a:97)

Com isso, qualquer que seja o espaço em que o Assistente Social esteja inserido, ele terá um dos seus mais instigantes desafios, que é a aproximação sucessiva com a realidade distinta que lhe é apresentada no desenvolvimento do exercício profissional, através de particularidades e circunstâncias que ditam os limites e os desafios a serem ultrapassados, e, assim que for apropriado, tal movimento permitirá o

⁴¹ Para mais esclarecimentos sobre a institucionalização da profissão, sugerimos a leitura de autores como Faleiros e Raichelis.

fortalecimento da prática profissional na direção ético-política defendida pela profissão.

Queremos dizer que o Serviço Social, por não possuir um único processo de trabalho, mas diversos e distintos – conforme o espaço no qual o profissional está inserido – a mediação entre os saberes e os conhecimentos construídos no cotidiano profissional permitirá a definição, em sua totalidade, de qual função será desenvolvida pela profissão, afinal,

o processo de trabalho é configurado por todo fazer profissional que abrange metodologias, utilização do arsenal técnico da profissão, estabelecimentos de diretrizes de ação, de comunicação e de prestação de serviços aos usuários. No processo de trabalho seriam operadas as condições de geração dos produtos do trabalho profissional, portanto seriam gestadas as garantias de acesso aos serviços profissionais, na forma de serviços entendidos como bens corpóreos e também como bens incorpóreos. (GENTILLI, 1998:25)

E, para isso, a autonomia do profissional de Serviço Social fundamenta-se pelo

ponto de vista do resultado concreto do seu trabalho, o Assistente Social produz efeitos nas condições de vida materiais e culturais - comportamentos, valores, representações – da população usuária por meio dos serviços prestados pelos organismos empregadores. (...) Ao constituir-se como assistente social, o profissional é um sujeito social cuja condição é atravessada por componentes objetivos originados da sua situação de classe, pela sua subjetividade e, conseqüentemente, por todas as mudanças e processos que afetam o mundo do trabalho, no qual ele está incluído. (ABESS, 1996:163)

Assim, o desenvolvimento específico da prática do assistente social acontece dentro dos distintos processos de trabalho, porque é a partir dos conhecimentos construídos e adquiridos no movimento que esse próprio profissional faz, na sua ação, é que ele também vai constituir a sua atividade de supervisionar o campo de estágio.

Considerando que é exatamente no cotidiano profissional do Assistente Social que se abre o espaço para transformações, ou, nesse movimento de contradições do profissional é que ele terá sua autonomia para criar estratégias que venham a garantir as propostas políticas que norteiam os serviços voltados à emancipação

social. Portanto, é sob essa dinâmica que se desenvolve a prática profissional e a supervisão de campo de estágio.

E essa presente reflexão fica muito evidente na narrativa da Lucimara, quando ela afirma que, embora seja um profissional assalariado, o conhecimento garante autonomia a esse Assistente Social para questionar os limites da instituição e propor novas estratégias de ação, e essa dinâmica, a ser elucidada e pensada em conjunto com o estudante-estagiário, é que torna relevante o caráter mediador da atribuição privativa em supervisionar estágios.

Eu estou ali numa condição de assalariada, eu vendo a minha força de trabalho para esse mundo capitalista. Então, é importante fazer essa reflexão com o estagiário. (Lucimara)

E Lucimara ainda narra:

*“Por exemplo, desligamento de adolescente. Ali entra o meu papel assim, de... **nisso eu peito quem for preciso para sustentar aquilo, o meu parecer técnico.***

E, eu falo: ‘ó, estagiário, isso é sua obrigação fazer!’

*E o meu projeto ético-político diz (que) eu não posso permitir que seja negligenciado um direito desse adolescente. Mas tem situações que são institucionais, e eu ali represento um funcionário assalariado que respeita a hierarquia, e que **esse jogo de cintura é necessário no mundo do trabalho.***

(...) Como que eu vou fazer isso? Como que eu vou chegar na minha chefe, na minha diretora e falar que o projeto não funciona, que tem um monte de coisa errada? Não é assim. Então, (qual) instrumental técnico que eu tenho para levar essas minhas reivindicações para a alta direção?

Então, o relatório! E, na oportunidade, a gente (supervisor de campo e estudante-estagiário) já discutiu os vários tipos de relatório. ‘A gente vai fazer relatório

para a diretora dizendo que eu sou contrária ao desligamento'. E isso era respeitado. Eu acho que ela (a estagiária) sentia essa satisfação!

Houve todo um alvoroço: 'não pode, porque não pode'. 'Não! Existe essa situação e esse é o meu parecer!'. E o parecer do assistente social ali é respeitado. Então, como ela (a estagiária) estava envolvida nessa discussão foi muito legal. Eu acho que ela conseguiu perceber os limites realmente!

Para isso, afirmamos que, na particularidade do Serviço Social, destaca-se também esse compromisso de pensar numa prática profissional efetiva, que tem, sim, autonomia para superar os desafios apresentados no cotidiano profissional e, ainda, permite perceber tal movimento no processo de ensino-aprendizagem que acontece durante o estágio.

Isso porque

o serviço social atua numa correlação particular de forças sob a forma institucionalizada, na mediação fragilização-exclusão/ fortalecimento/ inserção social, vinculada ao processo global de re-produzir e re-presentar-se dos sujeitos em suas trajetórias. (FALEIROS, 2005:49)

Portanto, é nesse entendimento que lamamoto (2001a:59) afirma que a prática do Serviço Social é compreendida como sendo “**práxis social**”, ou seja, ao pensarmos na prática profissional é preciso considerar o movimento contraditório da sociedade, e ainda, sob competente análise profissional saber identificar, compreender e intervir nos processos de trabalho dessa profissão.

Ou ainda, como afirma Kosik (2002:222),

a práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade.

Exatamente essa intervenção profissional é que qualifica a prática do Assistente Social, no seu cotidiano de trabalho, pois são reveladas as demandas imediatas da profissão, que, por sua vez, instrumentaliza-se e cria estratégias para enfrentar os problemas sociais que lhes são apresentados, superando inclusive os desafios e limites impostos por certas condições da instituição sócio-ocupacional para a efetivação dessas garantias.

Ou seja,

se, por um lado, a instituição tem o monopólio do objeto e dos recursos institucionais, se é ela que define o significado objetivo do papel do profissional e a expectativa que existe com relação a ele, por outro lado, é o modo particular, subjetivo, como o profissional elabora a sua situação na instituição, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias, que vai dar o sentido do trabalho. **O profissional se faz, fazendo.** Tem o significado de um ponto de referência para um processo constitutivo da ação na instituição, que se realiza na relação intersubjetiva entre profissional/instituição/usuário. (BAPTISTA, 2001:113, *grifo nosso*)

Ainda na tentativa de compor com uma posição crítica do Assistente Social, nesse cotidiano profissional, apreendemos, no decorrer dos debates da disciplina de Prática Profissional no Cotidiano I⁴², que a prática do Serviço Social movimenta-se também de acordo com as seguintes dimensões:

- Senso comum: é desenvolver ações que já ocorrem sob a certeza de que futuras descobertas ocasionais vão conformar a continuidade da prática, permitindo o agir conforme costume.
- Reiteração: o projeto está pronto e o profissional o desenvolve da melhor forma possível, permanecendo no limite do projeto. Sem intenção de ruptura nas práticas no nível do instituído.
- Funcional: prática sem proposta que supera os limites da instituição, não avançando em direção às propostas mais amplas, pois não considera os outros sujeitos políticos, já que sua proposta é operacional e não política.

⁴² Tais debates ocorreram durante o primeiro semestre de 2007, no decorrer da participação da pesquisadora na disciplina de Prática Profissional no Cotidiano I, orientada pela Professora Doutora Myrian Veras Baptista.

- Estratégica: procurar romper com o que está acostumado; com novas propostas no objetivo e também no processo de alcance ao pretendido. No cotidiano, trabalhamos com processualidade, com a dialética, para conhecer criticamente e assim re-criar.

Dessa forma, toda prática profissional tem, em algum momento, no seu cotidiano, tais dimensões, sendo que a diferença vai ser onde as forças do Assistente Social vão ser mais centrais, ou seja, as aproximações sucessivas vão permitir um olhar crítico sobre a sua realidade profissional e dessa dinâmica repensar o seu exercício. Pois é esse movimento que constitui também a supervisão de campos de estágios.

E foi essa a intencionalidade crítica que percebemos no conteúdo apresentado na narrativa de Patrícia, pois é reconhecendo que a atribuição de supervisionar os campos de estágios também é movimentada pelo conceito da práxis é que a construção e o direcionamento de tal atribuição estarão indo ao encontro de uma formação propositiva na relação com o estudante-estagiário, como também do fortalecimento da construção da identidade profissional.

A teoria está imbricada à construção da práxis. O aluno está em processo de formação profissional, busca construir uma identidade profissional e a articulação entre teoria e prática é imprescindível para o aperfeiçoamento das ações e produção de novos conhecimentos.

Precisamos rever nossas posturas profissionais. Muitos profissionais equivocadamente constroem ações que não estão compatíveis às demandas trazidas pela população. Vários dados são trazidos pela população, fazem com que a gente repense. Repense a nossa práxis, quais novas alternativas podem estar sendo construídas.

*Muitas vezes o aluno vem com a perspectiva de “colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos na faculdade”. “Como que se faz”? Então vêm numa ansiedade, em busca assim, de receitas, de fórmulas. Não existe uma fórmula, uma receita pronta. **É todo um processo de aprendizado, de contato com a realidade, mediatizado por suportes teóricos e constantes reflexões engendradas nas supervisões acadêmicas e de campo. Através do embasamento teórico, dessa***

discussão na supervisão, para que se possa construir toda essa articulação entre o que você traz de bagagem teórica e a prática.

O contato com o cotidiano da população e as experiências trazidas pelos usuários alimentam o exercício profissional, assim como a formação dos estagiários.

*Discutimos muito sobre o “porquê” das ações, dos encaminhamentos; é essencial avaliar a intencionalidade do exercício profissional, o aspecto político da práxis. Até que ponto reforçamos o conservadorismo com as nossas ações? E até que ponto desenvolvemos ações em que o usuário é respeitado como sujeito histórico e participante de seu tempo e sua história? **Buscamos discutir no processo de estágio a intencionalidade das ações.** (Patrícia)*

Assim, para que tal relação entre o profissional, a instituição e o usuário seja enriquecida no cotidiano da prática profissional, de forma a permitir o fortalecimento político dos sujeitos envolvidos para a construção de canais políticos e educativos, o Assistente Social tem como norte, a favor do seu exercício profissional, um embasamento teórico que, ao iluminar suas ações, vai confirmar-se com o anseio pela transformação da sociedade.

E, ainda, será exatamente essa realidade, mediada entre a teoria e a prática, um dos alimentos da supervisão de campo de estágio em Serviço Social, permitindo que, de fato, o espaço de ensino-aprendizagem do estágio seja significativo para a vida profissional de todos os sujeitos envolvidos.

Dessa forma, afirmamos o quão necessário é ser leve com consistência ou, ainda, sensibilizar o olhar, principalmente, aquele que vicia e prende toda a nossa prática profissional à mera rotina que nos distancia do compromisso com as transformações. Para isso, no cerne da nossa discussão, na centralidade da relação entre o Assistente Social supervisor de estágio e o acadêmico-estagiário de Serviço Social é que poderemos criar mediações, superando os limites e construindo a relação entre a teoria e a prática, sob um olhar ético-político dessa atribuição profissional.

Assim, a mediação entre a teoria e a prática permite a completude da ação da supervisão de estágio, no decorrer das experiências construídas, tornando-as politicamente válidas. Afinal, os Assistentes Sociais têm a seu favor a criatividade como

suporte para constituir as atribuições de supervisor de campo de estágio em Serviço Social, fortalecidas sob os princípios éticos e políticos da profissão, em defesa, sim, da transformação da sociedade, já que, parafraseando Marx, *nós, Assistentes Sociais, buscamos transformá-la*, e quem sabe o início desse compromisso não seja de fato instigado também no processo do estágio? É o que pretendemos desvelar, no decorrer desta pesquisa.

CAPÍTULO III - AS NARRATIVAS DAS SUPERVISORAS DE CAMPOS DE ESTÁGIOS⁴³

Benjamin (1994:203) já nos alerta, ao dizer que

cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. (...) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas, o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação.

Com isso, nossa intenção foi travar, durante a construção dos referenciais teóricos sobre o objeto de estudo, a interlocução entre autores e sujeitos políticos, para que todas as experiências em supervisão de estágio apresentadas de fato estivessem a serviço da ética da arte narrativa, evidenciando as reflexões nos depoimentos apresentados, evitando explicações interpretativas que pudessem distingui-la da sua verdadeira essência.

Deixamos livre para o leitor o uso dessas narrativas e reflexões teóricas que traçamos nos capítulos anteriores, estimulando assim novas construções de significados para todos que dessa pesquisa se apropriarem.

Isso porque, na primeira parte da presente dissertação, esclarecemos a importância das Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios em Serviço Social para a nossa pesquisa, afinal, são delas as narrativas das experiências concretas que constituíram o caráter mediador dessa atribuição privativa.

Mediação essa, conforme tratamos no segundo capítulo, que se movimenta entre os limites dos condicionantes da realidade do trabalho do Assistente Social enquanto pertencente à classe assalariada, mas que tem um conhecimento e saber

⁴³ Partimos do seguinte entendimento: “o campo de estágio, como local de trabalho, é um espaço de aprendizagem social, profissional e cultural, no qual o estagiário se insere em situações reais de vida e trabalho, dimensionando novas condições de aprendizado distintas das existentes no ensino. O estágio é realizado em diversos campos, de acordo com os programas desenvolvidos pelo assistente social.” (PACCHIONI, 2000:31-32)

profissional que é enriquecido também por essa prática e pelas dimensões das teorias metodológicas, ética, e política que proporcionam uma nova perspectiva de intervenção, em prol da defesa por justiça social.

E é reconhecendo exatamente tal dinâmica que temos fortalecida a construção da atribuição de Supervisionar Campos de Estágios, indo além das legislações, e apropriando-se delas sob a perspectiva da realidade, que alimenta e instrumentaliza tal exercício.

Assim, para nos apropriarmos da realidade aproximada, apresentaremos as experiências das Assistentes Sociais Supervisoras de Campos de Estágios em Serviço Social.

3.1 “O Caminho da Teoria e da Prática é a Mediação”

Para entender a importância do saber teórico no desenvolvimento da atribuição privativa de supervisionar os campos de estágios pelo Assistente Social, é necessário que tal atividade constitua um exercício do Serviço Social maior e que, por estar institucionalizado, faça com que esse mesmo profissional tenha de aguçar sua subjetividade profissional para reconhecer que o espaço em que se encontra e onde as relações sociais acontecem envolve o poder e, por isso, a intencionalidade de toda e qualquer prática profissional tem de ser percebida sob uma direção ética, política, teórica e metodológica.

Isso para que, a partir desse movimento, o fazer profissional e o saber teórico possibilitem a construção de novos conhecimentos, que componham novas ações, fortalecendo a garantia dos direitos sociais e não de continuidade de uma ideologia de submissão, na relação direta com os usuários dos bens e serviços oferecidos. Embora, no momento, não seja nossa idéia discuti-la, essa ideologia está presente no cotidiano profissional e influencia diretamente a perspectiva da supervisão de estágio desenvolvida em toda a dinâmica do Serviço Social.

Baptista (2001:119) nos traz a reflexão sobre a relação entre a teoria e a prática, que compõe a dinâmica da construção do caráter mediador da atribuição do supervisor de campos de estágios, ao afirmar que:

em síntese, a construção do saber do profissional, tendo como horizonte a intervenção, realiza um tríplice movimento: de crítica, de construção de um conhecimento “novo” e de nova síntese no plano do conhecimento e da ação, em um movimento que vai do particular para o universal e retorna ao particular em outro patamar, desenhando um movimento em espiral de relação ação/conhecimento, de pontos de situação/pontos de lançamento.

Assim é que, na narrativa da Assistente Social Patrícia, percebemos exatamente esse movimento, pela sua experiência no desenvolvimento de tal atribuição, quando ela revela:

Eu acho que contribui muito porque a gente, ao discutir sobre temas, sobre legislações, ao atualizar também conhecimentos, refletir sobre perspectivas teóricas, sobre o Projeto Ético-Político que nós temos em nossas ações. Eu acho que tudo isso é importante para o aluno, para a construção da identidade profissional, além disso, é importante para o aluno e para o profissional.

Porque à medida que a gente tem esse espaço de discussão que seria a supervisão, (...) a gente possa juntos construir conhecimentos. Até, às vezes, a gente poder também rever nossa metodologia de trabalho, construir novas alternativas que nós possamos desenvolver de projetos na Clínica. Até, assim, como a gente avalia quais resultados nós estamos obtendo com nosso trabalho. Qual é a visão do usuário em relação ao Serviço Social? Para a gente, isso é muito importante, não é? Então, assim: como o usuário visualiza o nosso trabalho? E como que a gente dá intencionalidade para as nossas ações?

Então, isso tem sido gratificante, porque grande parte da população retorna para orientações, vendo o Serviço Social como um local em que ele pode saber sobre direitos. (E) o que a gente verifica, é que, muitas vezes, a tendência de muitos profissionais é mecanizar aquelas ações.

Então, você simplesmente faz entrevista e registra os dados, mas, de que forma a gente pode estar se sistematizando? A gente tem procurado fazer esse trabalho com os estagiários, reavaliar até essas palestras socioeducativas, e, a gente tem tido resultados muito, muito significativos, nesse sentido.

(Quando) a gente pára para analisar a realidade, repensar qual é o embasamento teórico, qual é a intencionalidade vinculada a isso. (...) Então, assim, o Código de Ética, a legislação da profissão, e outras legislações pertinentes, tudo isso realmente é nosso aporte, o que constrói a nossa bagagem.

E, como eu falei, não há uma receita: ‘como que eu vou estar pondo em prática’?

*E a gente sempre ouve muito as pessoas falarem que os conhecimentos (são) importantes a gente construir. **Na verdade, é um processo que é construído. Não existe uma fórmula de como a gente vai supervisionar e nem é o fato da gente querer, (mas) discutir o como supervisionar, o como fazer, porque realmente a gente tem todo um suporte teórico que nos prepara para que a gente, na supervisão com o aluno, a gente vá construindo caminhos.***

Mas, que a gente procure, também, trazer à tona discussões voltadas à profissão, voltadas à realidade social, que surgem na categoria, (...) leituras que façam com que a gente possa repensar o nosso trabalho e entender também a realidade mais ampla, porque a gente não pode estar fechada no nosso espaço. Na verdade, a gente tem aqui o contato com a população, e, essa, logicamente, (está) ligada a uma realidade mais ampla.

E todo esse conhecimento vai fazer com que a gente cresça, cresça em qualidade de atendimento, enquanto profissional, e que a gente também tenha qualidade como supervisor. (Pois) (...) temos como referência o nosso cotidiano, (...), (devemos) estar repensando e discutindo coisas que poderiam dar uma nova dimensão para a nossa práxis.

Todo aquele embasamento teórico com que a gente vai se atualizando, vai cada vez mais ampliando, o aprendizado contínuo. Então, a gente sai do momento em que a gente está na condição de estagiário para a condição de profissional com a responsabilidade de supervisionar, e de estar dando uma dimensão de aprendizado, de discussão, de reflexão, para alguém que está na condição que nós estávamos anteriormente.

Então, é uma experiência rica, em que a gente cresce realmente. Eu me senti assim, crescer muito, na medida em que eu procurei me fortalecer de conhecimentos. E até o meu próprio crescimento enquanto profissional dentro do espaço institu-

cional, na medida em que a gente se fortalece até na própria postura profissional que nós assumimos dentro da instituição.

Então, ao assumir o processo de supervisão, todo esse processo de troca, de aprendizado e de responsabilidade que é ser supervisor, nos faz ter o compromisso, com o estagiário.

Nessa contribuição de Patrícia, percebemos a real importância de todo o processo do fazer profissional – que inclui a supervisão de estágio – em ser renovado pelo compromisso ético, político, como também iluminado pela construção teórica e metodológica, para que essa relação venha a compor o amadurecimento do saber, e para que essas ações profissionais não fiquem aprisionadas ao imediatismo, mas que desse imediato surjam meios de superar os limites e desafios e fortalecer a direção “social, política e técnica de produção de conhecimentos” do estágio em Serviço Social. (BAPTISTA, 2001:116)

Direção essa do estágio que, necessariamente, precisa ser acompanhada pela Assistente Social Supervisora de Campo, o que reforça o debate sobre o caráter mediador de tal atribuição, que institui a relação da teoria com essa prática como o principal movimento que a fortalece.

E essa compreensão é apresentada, também, na narrativa feita por Maria Fernanda, ao ser questionada sobre a importância da teoria para a prática de supervisionar os campos de estágios:

Maria Fernanda: *Se você não tiver claro (os) recursos teóricos (que) você tem para ler uma realidade, a sua intervenção fica um mero assistencialismo, um mero fazer sem um fio da meada. Então, isso me parece que, essa dimensão teórica, ela é fundamental para você ler a realidade, e, ao longo da supervisão, ir desenvolvendo essa idéia da mediação! Como é que você utiliza os dados do cotidiano, tanto os das entrevistas quanto os dados coletados, de onde vem a sua demanda, onde ela se expressa com mais vulnerabilidade.*

São mediações que são significativas ao longo do estágio para que os alunos possam estabelecer essa relação teoria e prática. Essa é minha preo-

cupação grande, sabe? Do aluno não sair repetindo: "ah, mas teoria não tem nada a ver com a prática". Isso eu fico muito preocupada.

*E digo que isso é incorreto, que uma avaliação dessa é incorreta. Alguma coisa não está se dando bem nesse processo de estágio, quando você reafirma que 'ah, teoria e prática não tem uma relação'. **Ela tem uma relação que é mediática. Passa pelos processos do cotidiano dos atendimentos, e, sobretudo, das reflexões que se fazem a partir de uma perspectiva teórica.***

Nesse sentido, eu acho que os supervisores de campo, às vezes, distanciam-se muito das suas próprias reflexões teóricas e acabam não fazendo essas mediações para o aluno.

O que é muito legal em relação à supervisão quando você tem essa preocupação (com) esse movimento teórico-prático, sempre tem TCC. O resultado sempre é uma reflexão mais ampliada sob um determinado aspecto que ele conseguiu observar nos atendimentos.

Mirela: *tem realmente uma sistematização daquilo que você tem ali construído, não é?*

Maria Fernanda: *exatamente, porque eu acho que essa é a proposta da supervisão! Que você possibilite esse trânsito entre as referências teóricas e o que você está olhando da realidade. (...) Formar profissionais que tenham essa inquietude de pensar e sistematizar o cotidiano, porque senão você não tem a experiência sistematizada, porque a experiência não é só o contato empírico com determinada realidade, é alguma coisa que você olha, numa primeira vez, você tem um panorama, você olha certos aspectos. Agora, esses aspectos têm que estar sendo organizados!*

Os alunos usam cadernos de campo. Eu acho o caderno de campo uma forma muito interessante de você fazer anotações pessoais, reflexões teóricas, atendimentos que você teve dificuldade de fazer, questões que apareceram durante o atendimento. (Enfim), é um instrumento para você começar a sistematizar os dados. E, quanto aos atendimentos que ocorrem durante o estágio, eu sempre peço que os

alunos façam um quadro desses atendimentos; de onde vêm os usuários, que demandas maiores, que reflexões eu posso produzir desse conjunto de dados.

Porque (isso) não é só a experiência do contato, mas é todo um conjunto de coisas que acontecem dentro da instituição, da relação de forças da instituição, os atores. Enfim, tem uma conjuntura ali que não se compõe só dos usuários, compõe-se também dos elementos que estão presentes na instituição, dos interesses do Serviço Social, que nem sempre são os da instituição.

E a forma de mostrar o teu conhecimento é (pelo) o dado organizado, é o dado sistematizado com uma reflexão acerca do que é aquilo, que realidade é essa que está se colocando, que está se apresentando, e, ela, além de tudo, se modifica. (...) Se você não tem os dados desse cotidiano, como que você vai apontar para onde deve seguir um programa? Para onde um projeto tem que ser repensado, se não tem elementos do seu trabalho, do seu cotidiano?

Você está atendendo, você está mostrando o beabá desde a hora que o usuário chega, depois que ele vai embora, que reflexões a gente faz, o que a gente anota depois, estando junto (supervisor e estagiário). Quer dizer, essas coisas básicas de um cotidiano de Serviço Social que você está podendo intervir e orientar. Eu acho que isso desenvolve os alunos a encaminharem, a descobrirem organizações que possam complementar o atendimento. Eu acho mais estimulante!

Estimulante é, como Maria Fernanda coloca, de fato, o estágio e a certeza de que a própria supervisão reforça a relação da teoria e a prática desenvolvida e, para ser tal perspectiva, o Assistente Social deve ter clareza sobre o caráter mediador de sua atribuição. Clareza essa que é constitutiva da profissão, e que é construída por esse profissional, pelo seu lugar no processo da experiência, pois, como já afirmou Patrícia, e como expõe, a seguir, Maria Fernanda:

Então eu acho que para enfrentar essa divisão (teoria e prática), isso tudo que eu estou te falando, eu fui formulando exatamente para resolver essa questão. Então, é desse lugar que nós estamos falando para ler a realidade!

*Eu acho que esclarecer isso para o aluno, para que ele veja que essa perspectiva teórica faz com que ele se depare com o sujeito que é uma expressão de um contexto, de uma determinada conjuntura. **Eu acho que são essas duas dimensões que não pode se perder em termos de relação de supervisão (entre) aluno e supervisor de campo!***

Porém, essa mesma profissional questiona se realmente os Assistentes Sociais Supervisores de Campos de Estágios estão se preocupando com esse movimento, exatamente por existir a reiteração de um exercício marcado também pelos determinantes da condição de trabalhador assalariado, que, como veremos a seguir, pode corromper as dimensões ética, política, teórica e metodológica do exercício profissional e de supervisionar os estágios. Maria Fernanda diz:

Eu não sei, Mirela, se os supervisores de campo estão, de fato, preparados para fazer essa dimensão. Talvez, quem saia da Universidade está com isso mais fresco, mas, quem já está há dez, vinte ou trinta anos de uma prática reiterativa, de uma reprodução, talvez não tenha mais distanciamento teórico para fazer isso.

*Então, eu acho que isso é fundamental para quem está entrando numa vida profissional. Eu acho que é um pouco essa junção mesmo, dessa perspectiva teórico-metodológica, ela é fundamental para que você possa desenvolver uma ação, uma reflexão e uma ação. **Enfim, uma práxis!***

Portanto, mostra-se quão relevante é essa busca constante de renovação, de aproximar-se com maior crítica das intervenções que realiza através de atividades que desenvolve, pois é nessa dinâmica que ocorrerá também a supervisão de estágio, como cita Lucimara:

Eu procurei fazer essa reflexão com a estagiária, (...) ela precisa identificar na tua ação: 'então como que você acha que o seu supervisor está atendendo?' Então, eu acho que esse retorno é bom: o estagiário vai com o conteúdo que ele está aprendendo na Universidade fazer essa relação com a atuação do profissional, e, a-

*cho que até para a gente se rever mesmo, dentro dos limites e possibilidades da nossa atuação. 'Qual é a reflexão disso que você está aprendendo lá (na universidade)?' **Porque no começo dá a impressão que não tem nada a ver mesmo, e, eu acho que à medida que você vai amadurecendo COM o estágio, (ele) oportuniza isso.***

Dessa fala, também evidenciamos o quão indispensável é o aporte que a graduação em Serviço Social também fornece para o estudante que, ao inserir-se nos campos de estágios, também construirá novos conhecimentos, pois, como questiona Mabel na sua relação com esses estudantes, na academia:

'Como é que acontece a entrevista, por exemplo, no seu campo de estágio?' Para que ele (estudantes): 'ah, tá! Eu aprendi isso. Mas, nossa! Lá (no campo de estágio) faz muito diferente'. 'Ah, e como é? Por que tem essa diferença? Por que não é tudo igualzinho?'

A gente tem essa preocupação também, porque ainda é muito presente: 'ah, eu aprendo umas coisas na faculdade chega lá no campo de estágio eu não vejo'. 'Mas não vê, por quê?' 'Será que a teoria é uma chapa que a gente chega e aplica?' 'Será que teoria é aplicação?' 'Então, como é que é isso? Não é construção?' 'Se é construção, como constrói?'

Questionamentos esses que estimulam o olhar crítico sob o crivo da ética, da política, da teoria e da metodologia, que vão constituir a dimensão do estágio em Serviço Social, fortalecendo o reforço da mediação inerente à atribuição de supervisionar os campos de estágios pelos Assistentes Sociais.

Sob essa análise, o trabalho de Serviço Social vai delineando o direcionamento das suas ações, permitindo a construção da sua atribuição como supervisor de campo, já que, reconhecido o olhar da teoria sobre a prática, e a certeza de que novos conhecimentos vão sendo elaborados para fortalecer a teleologia das ações profissionais, o Assistente Social saberá se comprometer com a prática de supervisionar campos de estágio.

3.2 “Eu ali represento um funcionário assalariado”

Na certeza de que é no movimento da sociedade que o trabalho tem sua configuração modificada, mesmo que interagido e entendido numa perspectiva coletiva, enfrentamos, na atualidade, muitos determinantes que fragilizam a tal estrutura ontológica do trabalho⁴⁴, e que passam a definir as distintas direções a serem seguidas pela categoria do Serviço Social, como sendo uma especialização do trabalho coletivo e, com isso, influenciada por todos esses elementos.

O entendimento do Serviço Social como “especialização do trabalho coletivo permite compreender que a atividade profissional se realiza no universo do assalariamento, por meio de um processo social e técnico de trabalho” (Abess, 1996:162). Com isso, é num contexto de totalidade que se insere a profissão de Serviço Social, no mercado de trabalho, o mediador de todo trabalho profissional, e que ainda nesse contexto também vem a desenvolver a atribuição de supervisionar os campos de estágios.

No entanto, é exatamente nessa inserção no mercado de trabalho que o profissional passa a defrontar-se mais diretamente com os problemas sociais também fruto dos determinantes do capitalismo, que aparecem para o Serviço Social como sua demanda profissional, desafiando os Assistentes Sociais a viabilizarem estratégias de enfrentamento nesse mesmo espaço contraditório, o qual também reproduz as condições de desigualdades, afinal, é na defesa dos direitos sociais e da emancipação social que o trabalho do Assistente Social e também sua atribuição de estágio são baseados.

E percebemos essa dinâmica pela narrativa de Lucimara:

Diante de todas as funções que a gente exerce ali, é uma coisa de louco, é muita coisa, muita coisa, é um número muito elevado de usuários por profissional. Então, às vezes, eu falo: ‘meu Deus, o que eu faço primeiro?’

E (nisso de) ‘o que eu faço primeiro’, eu sempre tive convicção, mesmo nas minhas dificuldades de definir o que era prioridade, eu tinha certeza, disso eu tinha certeza (que) dar supervisão era minha prioridade. Faça sol ou faça chuva: ‘ah, o adolescente’. ‘Não!’. ‘Vai ter reunião’. ‘Não! Eu tenho supervisão’.

⁴⁴ Para mais esclarecimentos ver Marx (2008).

E, eu acho que isso é fundamental!

Essa narrativa ilustra a autonomia do profissional de Serviço Social em determinar suas prioridades, a perspectiva da sua ação profissional. E, ainda, como apresenta, pela sua experiência, a Assistente Social Patrícia:

Eu falo que a gente tem (de) estar a todo momento também reavaliando o nosso espaço institucional, o que a instituição nos exige, como a gente avalia esse espaço institucional, até que ponto a gente pode construir o nosso trabalho com uma perspectiva ético-política, voltada realmente aos interesses da população, à cidadania, à participação.

Na Clínica de Fisioterapia, na avaliação social são encaminhamentos, são várias famílias em atendimento. Em média passam por aqui por ano para fazer a primeira entrevista, isso sem contar os outros retornos que a família tem, em média 400 famílias novas a cada ano. (Já) a Clínica atende muito mais do que isso, todo ano.

A gente recebe um fluxo muito grande, então, eu tenho que articular com o meu espaço de trabalho e com as minhas demandas de trabalho também (a supervisão).

*Então, a gente procura estar articulando, toda essa exigência da instituição e também criar um trabalho com qualidade, mesmo diante dessa exigência e dessa grande demanda. **A gente vê que a Clínica é grande, só tem uma assistente social.** Na Fisioterapia a gente tem (de) estar atento a isso, porque se a gente não se organizar, não souber fazer uma leitura das exigências da instituição muitas vezes a instituição quer resultados quantitativos!*

É um grande desafio. Então, o que a gente procura é mostrar a importância do nosso trabalho, principalmente no aspecto qualitativo, a importância de que a gente mostre resultados e a gente possa argumentar, através desses resultados, da importância desse trabalho para a qualidade de vida da população que é atendida aqui.

Não adianta eu ter um atendimento de vinte minutos com uma família para orientações e fazer uma coisa que nem seria suficiente – um tempo suficiente – e atender grande número de pessoas se não tiver qualidade. Então, tem que saber medir o que a instituição exige.

Até a própria qualidade que eu tenho de trabalho para eu poder ser e ter uma boa supervisão com os estagiários. Então quais também são as minhas exigências como supervisora para que os alunos tenham qualidade de trabalho.

A gente fala de 'n' coisas, não só de espaço físico, mas, também que a gente possa ter recursos para o trabalho, um espaço para supervisão, tudo isso eu acho que é muito importante.

Assim, a gente sempre quer criar coisas novas, quer fazer mais e a partir do que a gente constata, criar outras atividades, outras estratégias de ação, outras alternativas, (mesmo que) às vezes a gente se encontra limitado, até porque a gente tem poucos recursos humanos.

O fato também da supervisão contribuiu muito, a participação dos estagiários até pela possibilidade de atender com qualidade, porque quando é um profissional, fica difícil você atender num tempo menor.

E você tem a dificuldade, às vezes, de poder estar fazendo acompanhamento social de todas as famílias que têm necessidade desse atendimento, então, nesse sentido, os estagiários, eles contribuem muito também, não só nesse sentido, em muitos outros. Mas, eu acho esse contato, essas orientações propiciadas pelo atendimento deles têm contribuído muito para a qualidade do atendimento na Clínica.

E isso eu acho importante, a gente tem muitas ações ainda a serem desenvolvidas, (mas, na) nossa própria dinâmica de trabalho nós construímos muita coisa, no Serviço Social. Então, para a gente dar continuidade ao que é feito, ao que a gente gostaria também de construir, realmente é um processo contínuo de poder se organizar, de poder analisar, sistematizar, e ver o que realmente é importante para o trabalho, o que não é importante mais.

Então, assim, é um desafio, (...) (mas, temos) a construção da identidade do Serviço Social, na Clínica de Fisioterapia, nesse espaço institucional, então, é um trabalho gradativo (de) construir a identidade profissional, e ainda são espaços que nós ainda queremos ampliar essa identidade para a Universidade.

E essa reflexão da Assistente Social Patrícia, de fato, é coerente com a condição de trabalho de muitos profissionais, os quais, no exercício dentro da Instituição sócio-ocupacional, passam a lidar com cobranças institucionais que exigem, equivo-

cadamente, dados quantitativos sem questionar a qualidade do que está sendo oferecido, lembrando que, ainda dentro dessa dinâmica, o profissional tem de construir a sua atribuição em supervisionar o campo de estágio, um desafio a mais para o Assistente Social.

Desafios esses que devem e podem ser superados gradativamente, como afirmou Patrícia, com a autonomia que o profissional deve constituir e fortalecer no seu cotidiano de trabalho. Autonomia de saber direcionar o exercício profissional dentro da instituição e trazer elementos de suporte para o desenvolvimento da supervisão de estágio em Serviço Social, a partir dessa síntese reflexiva.

Ou seja, como Iamamoto (2001:97) fundamenta, ao afirmar que:

ao vender sua força de trabalho em troca do salário, o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações.

E é ainda a partir dessa mesma reflexão que Mabel trouxe novos questionamentos pertinentes à prática do supervisor de campos de estágios, ao dizer:

Eu acho que, apesar de no discurso do Serviço Social a gente colocar que a realidade é o nosso lócus de trabalho, a gente ainda pensa de uma forma muito idealista. Como se estivesse numa busca de uma perfeição que não vai existir.

Então, ‘qual é a nossa condição de trabalho?’ ‘É essa!’ É em cima dela que eu tenho que trabalhar!

Não adianta eu pensar: ‘se eu fosse mensalista, se eu trabalhasse em tal outro lugar’, (pois), eu vou chegar em tal outro lugar e eu vou ter uma série de problemas naquele outro lugar também, porque, eu acho que é quase que constitutivo da nossa realidade ter problema.

Não é uma realidade fácil, mas, não é aquela coisa pessimista de achar que nada dá certo, que a nossa profissão não tem valor, que o que a gente faz não tem sentido. Isso não é verdade!

Exatamente, (por exemplo), em 1999, aquela revista 'Você S.A.' - que é uma revista que representa o mundo capitalista - fez uma reportagem de capa dizendo sobre as profissões que atravessarão o século XXI. E uma das profissões era o Serviço Social.

E, eu falei: 'gente!' 'Ah! Também a pobreza não vai acabar'. Eu falei: 'a vinculação não é tão imediata assim. É claro que majoritariamente trabalhamos com as pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade, mas não é só isso, fazemos gestão de políticas, na docência, em pesquisa, assessoria, consultoria. Quantas coisas a gente faz!

Não tira o mérito da profissão, trabalhar com as famílias vulneráveis. Não tira o mérito da profissão, trabalhar em bairros periféricos. Ao contrário, eu acho que nós ainda somos um dos poucos profissionais que conseguem fazer essa aproximação com essa população, e consegue entender o modo como ela vive, reconhece as estratégias de sobrevivência. Poxa! O nosso trabalho é tão, tão amplo e muito complexo, (pois) ele não se resume ao recurso.

E é dentro dessa complexa rede de determinantes que compõem o cotidiano profissional que Mabel contemplou, em sua fala, o formar, o desenvolvimento específico da atribuição do Assistente Social em supervisionar os campos de estágios, dentro dos distintos processos de trabalho.

E é exatamente essa intervenção profissional que qualifica a prática do Assistente Social, no seu cotidiano de trabalho, pois são reveladas as demandas imediatas para a profissão, que, por sua vez, se instrumentaliza e cria estratégias para o enfrentamento dos problemas sociais que lhes são apresentados, superando inclusive os desafios e limites postos por certas condições da instituição sócio-ocupacional para a efetivação dessas garantias aos usuários!

Enfatizando que não somente essa garantia de direitos envolve exclusivamente os usuários de bens e serviços, mas também permite construir a autonomia

para o profissional alcançar suas propostas, em ainda ter subsídios concretos para mediar a sua atribuição privativa como supervisor de estágio.

3.3 “O Código de Ética é a minha Formação Profissional”

Entendemos que o Projeto Ético-Político contemporâneo brasileiro configurou-se sob o reconhecimento da liberdade como valor central, evidenciando um compromisso profissional com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Isto é, vincula-se com o projeto da sociedade sob a ótica de uma nova ordem social, sem dominação nem exploração de classes, etnias e gênero, e tem, na lei que regulamenta a profissão de serviço social, as atribuições que dão exclusividade e garantia de atuação para o Assistente Social intervir sobre a realidade sob tais valores.

Com isso, o Serviço Social, em sua dimensão política,

se posicionou em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania foram postas explicitamente como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (NETTO, 1996:105)

Refletindo em um “projeto democrático, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. (Id.,ibid.:105)

Na perspectiva estritamente profissional, Netto (Ibid., p. 105) ainda afirma que:

o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aprimoramento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante postura investigativa.

Exatamente sobre a preocupação de se ter uma formação permanente para estimular uma postura investigativa que dará o suporte para o caráter mediador da atribuição privativa do Assistente Social, é que Lucimara reflete sobre o Projeto Ético Político em sua experiência:

O que é o meu projeto ético-político. Eu fui estudar a respeito, porque a gente ouve, ouve, e, eu falei: ‘isso não ficou claro para mim lá na faculdade!’ E daí, quando a gente parava para fazer uma discussão, mesmo entre profissionais, era tudo muito vazio. Eu falei: ‘eu não quero isso para mim, eu não me formei à toa; por que eu estou aqui, e qual é o meu papel enquanto assistente social?’

*E, assim, eu acho que elas (as estagiárias) comparavam muito ali por ter outros profissionais, na sala. Comparavam de ver a questão da linha, da corrente! (...) **Daí trazer para a questão da ética (como) um esforço realmente que a gente faz nesse momento (para) as coisas não virarem fofoca!***

***Porque isso realmente fortalece, e eu tenho (de) dar exemplo. (Afinal), ‘eu sou educadora até ele concluir a faculdade!’** Então, eu fui estudar! Eu falava para ela (a estagiária) (quando) tinha algumas palavras novas, eu falava: ‘o que é isso?’*

Assim, eu acho que a gente tem que ter humildade de reconhecer o que a gente não conheceu ainda e reconhecer (também) que esse estagiário que está lá na vida acadêmica, (está) tudo muito fresquinho, que ele pode também contribuir com a minha prática.

Nessa narrativa, Lucimara traz um adendo muito relevante, ao apresentar que a ética profissional e o Código de Ética do Assistente Social passam a ser discutidos articuladamente conforme a concepção do mundo e do tempo de cada um, isto é, “a compreensão crítica de si mesmo ocorre através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real” (COUTINHO *apud* PAIVA, 2001:106)

Assim é que,

ao articular a ética como um espaço no interior da luta pela hegemonia, Gramsci nos coloca diante de uma premissa: a de considerarmos a ética, a moral e os valores como um fenômeno concreto e histórico que é, desta forma, objetivado e subjetivado no cotidiano social, ou seja, a discussão da ética e as preocupações com os valores e com a moral correspondem a processos sócio-históricos concretos, e a contemporaneidade nessa questão é um elemento elucidador dessa proposição. (PAIVA, 2001, p. 106)

Como mesmo afirmou Maria Fernanda:

Então, essa questão do Projeto Ético-Político, eu tenho uma referência dele que é uma referência histórica, desde a minha graduação, desde a época que não existia um sindicato ainda em São Paulo, eu participei da Associação Paulista dos Servidores Públicos (Apass) e acompanhei muitos momentos históricos da profissão, que eu acho que indiretamente esse Código estava sendo construído.

Então, quando eu penso no Código de Ética Profissional e quando eu penso na proposta do Projeto Ético-Político, é como se eu não conseguisse separar muito, eu não consigo pensá-lo como um documento, não consigo pensá-lo como uma coisa externa. Eu acho que ele é parte da minha formação. Eu entrei na faculdade em 79 e saí em 82. No meio da Universidade, eu peguei uma mudança de currículo significativa, e, depois desse momento, dos anos 82 até os anos 90, a gente pôde participar de muitos movimentos sociais, ver essas expressões. Então, o Código de Ética é a minha formação profissional!

Eu acho que tem questões que são princípios para essa profissão, (ao) começar pela própria escuta, que é uma escuta ética, não moral. Eu não vou fazer uma avaliação moral, absolutamente, de quem está chegando, aliás, eu preciso cuidar disso. Precisa ter muito cuidado nessa escuta, nesse trabalho - mesmo que seja coletivo - com essa questão dos princípios éticos!

(Preciso) de uma conduta que transpareça isso, que fique de alguma forma presente no momento, das entrevistas, do trabalho com grupos e para os alunos, especialmente para os alunos, que não têm a mesma formação que a gente teve, é

um outro momento histórico, que não viram isso se construir por dentro da profissão. Eu acho que tem uma questão mais distanciada com o Código de Ética.

*Então, eu acho que pensar o Projeto Ético-Político é pensar, do meu ponto de vista, dessa maneira, quer dizer, essa preocupação teórica, essa preocupação com as mediações, com a reflexão do cotidiano de trabalho, com a sistematização dos dados, com pesquisas, **tudo isso eu entendo como um processo que media o Código, que media um Projeto Ético-Político.***

Com essa reflexão de Maria Fernanda, compreendemos que a ética e a política incidem no cotidiano profissional, desde a graduação em Serviço Social, estabelecendo seus rumos na atuação e nos espaços ocupacionais de atendimento de direitos, até os espaços de trabalhos ocupados pelos profissionais, exigindo desses Assistentes Sociais o enraizamento do projeto profissional, inclusive, para constituir a perspectiva do caráter mediador da atribuição privativa de supervisionar os campos de estágio, pois, como também afirma Mabel:

*Eu entendo que a supervisão acadêmica ou de campo é uma das atribuições que o profissional tem. A gente tem formação para isso independentemente de ter curso para isso. **Eu, particularmente, acho que eu não preciso ter um curso de supervisão para ser supervisor, (pois) eu entendo que a minha experiência profissional, ela me capacita, me gabarita a dar uma supervisão.***

*Ao mesmo tempo, contraditoriamente, entendo que a precarização do nosso trabalho é tal, que se a Universidade oferece um curso, eu entendo que o supervisor (se) sente mais seguro, se sente mais confiante naquele trabalho que ele está exercendo. Então, é uma posição ambígua. Mas, **a minha formação como assistente social me possibilita ser supervisor.***

*Isso é condição. **Tanto que se você pegar, tanto a lei de regulamentação quanto o Código de Ética, nenhum deles diz: ‘para que o assistente social seja supervisor, ele tem que fazer um curso, ele tem uma capacitação’.***

Assim, pela reflexão das Assistentes Sociais, pode-se compreender que o princípio ético e as perspectivas políticas são compreendidas pelo lugar social que ocupam, como também por seu projeto político, principalmente no que diz respeito à atribuição de supervisionar campos de estágios, mas que sempre teremos um projeto hegemônico de profissão como norte para as ações e intervenções profissionais. Norte esse não percebido como utópico, no sentido vazio e distante de transformações concretas, mas de uma perspectiva real, que se constitui em atos, no miúdo do cotidiano profissional, tal como a própria supervisão de campos de estágios em Serviço Social.

3.4 “A Universidade faz a parte dela e existe aí a minha co-responsabilidade”

Com a análise das narrativas, sob a referência das reflexões teóricas até então tratadas, pudemos apreender alguns conhecimentos acumulados pelo Serviço Social, que compõem a atribuição de supervisionar os campos de estágios, sob a perspectiva do seu caráter mediador, ficando, também, evidente, para as Assistentes Sociais que desenvolvem tal exercício, a importância do apoio pedagógico, teórico e metodológico do espaço da Academia, dos cursos de Serviço Social, para uma perspectiva crítica dessa atribuição.

Até mesmo pelo fato trazido e apresentado por Mabel, e ratificamos sua fala, quando diz que *“a precarização do nosso trabalho é tal, que se a Universidade oferece um curso, eu entendo que o supervisor (se) sente mais seguro, se sente mais confiante naquele trabalho que ele está exercendo!”*.

Portanto, fortalecer espaços, como os fóruns de supervisores, seminários/palestras para discutir o Serviço Social; movimentos da categoria, como participação nos eventos do conjunto Cfess/ Cress, Abepss; entre outras atitudes que contribuam com a capacitação continuada do Assistente Social, fortalecem sua prática enriquecedora sob a luz do projeto ético-político.

Também Mabel apresenta, em sua experiência em coordenar os campos de estágios, a importância de fortalecer a atribuição do supervisor de campo, pois reconhece essa necessidade trazida pelos colegas profissionais. Assim, diz:

Os dois primeiros anos de trabalho que eu tive aqui foi de tentar fortalecer o papel desse supervisor de campo. E eu entendo que hoje é continuar isso, mas, também tirar deles essa questão da fiscalização, talvez porque toda vez que eu vou à reunião, eu levo os informativos do Cress; eu sempre levo as legislações, por exemplo, teve aquela legislação do Cfess de 2006 sobre as condições do trabalho do assistente social, as condições físicas. Eu falo: 'gente, olha! É lei federal'.

Eu falo dos honorários, eu falo do salário, eu trago os informativos da Abepss: 'gente, olha! Vai ter Enpess'. 'A Abepss está fazendo esse curso', ou, 'a Abepss está trazendo essa discussão. É importante que vocês saibam disso!'

Porque, nessa tríade: aluno, supervisor de campo e supervisor acadêmico, fica parecendo que os dois papéis fundamentais são o do supervisor acadêmico e o do aluno, e o supervisor de campo fica muito como se ele fosse um papel acessório. E eu tenho trabalhado muito com os supervisores do quanto a presença deles é fundamental e (que) sem a presença deles não há estágio.

(Pois), ao contrário, o supervisor acadêmico pode não existir, porque têm algumas Universidades que nem tem o supervisor acadêmico ou coloca um supervisor na sala de aula e esse professor atende a todos os alunos, mas **sem a presença do supervisor de campo, o estágio inviabiliza**. Sem o supervisor de campo, o estágio fica inviabilizado.

Lidar com isso significa lidar com as fragilidades da profissão. (...) Eu tenho (de) lidar com as fragilidades da profissão e com as próprias fragilidades que aquele profissional tem no exercício da sua profissão. Então, o que significa possibilidades, e entendo também que o meu papel tem (de) ser de aproximar a Universidade – e aí como uma proposta – **aproximar a Universidade dos campos de estágio**.

Então, eu penso (também) em traduzir aqui dentro do nosso Departamento todos esses procedimentos que a gente tem sobre o Regimento de Estágio, o Projeto de Estágio, o Relatório Final de Estágio, numa política de estágio. (E) o que seria essa política de estágio? É entender o estágio como parte integrante do processo formativo e não como uma coisa que vai exigir uma estrutura à parte. Não. Ele faz parte desse corpo, por isso esse trabalho é difícil, é árduo!

Assim, por meio de experiências como a relatada, o desenvolvimento das atribuições passam a compor o que a própria Mabel já afirmou sobre a importância da parceria entre a Universidade e os supervisores de campos, e que reforça a reflexão de Lucimara:

A Universidade faz a parte dela; existe aí a minha co-responsabilidade, então, o tripé: o aluno, a Universidade e o campo de estágio. Eu acho que é imprescindível que a Universidade tenha essa proximidade com o supervisor de campo.

Tanto é que se eu estou numa situação muito gritante, que eu tratei ali com o estagiário, (e) vejo que eu não consigo avançar, eu acho que daí é o meu momento de pedir ajuda, (de) pedir socorro para a Universidade, porque isso é possível. Se eu tiver algum problema, por exemplo, estou com uma dificuldade em relação (ao estagiário), (e) não consigo resolver, o que extrapolar disso, o que passar disso eu recorro à Universidade.

*Só que isso só acontece se também tiver esse outro lado. A Universidade precisa saber, de verdade, quem que é esse supervisor! Isso faz toda a diferença, porque quando ele está dando a supervisão lá, (...) emergem ali questões de relacionamento, por exemplo. Aí, entra a minha responsabilidade do processo de formação. **Eu acho que o que faz diferença também, hoje eu entendo assim, eu me vejo num papel importante para a vida daquele estagiário**, que é, assim, dentro de todas as funções que eu desenvolvo ali na Fundhas, algumas coisas realmente a gente não dá conta de fazer porque é muita coisa. **Mas para mim sempre foi prioridade dar supervisão sistemática para o estagiário.***

Eu acho que o relatório é um dos meios, essa reunião que a Universidade faz também, e o contato com o supervisor acadêmico. Acho que são instrumentos que acabam fortalecendo realmente não somente o aprendizado para o aluno, mas também para a gente se fortalecer enquanto supervisor!

Tem (de) ter respaldo! A gente tem situações, que o estagiário ia ser desligado antes do previsto. E o contrato dele? E qual é o respaldo? Imagina eu sustentar que esse estagiário não tem condições de se formar? Como que é isso? Onde eu me baseio para falar isso? Antes que (o estagiário) chegue lá no quarto ano?

*Então, se eu identifico isso, **daí sim é o momento de pedir socorro para a Universidade!***

E como também Patrícia narra:

Tem momentos (que) tem convites de reuniões para poder estar discutindo coletivamente a situação do supervisor, a relação com o aluno, e eu procuro também interagir sempre com o Departamento, independentemente só do espaço das reuniões, eu acho importante estar sempre em contato com a Coordenação de Estágio, para poder tirar dúvidas, ter um suporte no sentido de se atualizar em materiais, que a gente poderia estar discutindo na supervisão.

Então eu acho isso importante, porque aí na supervisão eu procuro, além dos atendimentos, dos encaminhamentos que são feitos e das avaliações socioeconômicas, discutir também todo um respaldo também de legislações.

Dessa forma, é evidenciada claramente a importância desse apoio pedagógico, teórico e metodológico para a supervisão dos campos de estágios, e, inclusive, que tal parceria é composta pelo reconhecimento da atribuição dos Assistentes Sociais para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do estágio, sendo de sua responsabilidade o direcionamento dessa atividade educativa, mas que é necessária a relação com o outro, para subsidiar reflexões, troca de experiências, esclarecimentos de equívocos, dentro de um espaço aberto e rico de saberes e conhecimentos que podem constituir tal apoio da relação universidade e campos de estágios.

Para que, assim, possamos refletir criticamente sobre o que Maria Fernanda questiona em sua narrativa:

a relação do estágio, supervisor (de campo) e aluno tem (de) ser uma relação de confiança, senão quem vai ser a referência para ele do que está certo e do que está errado? E eu observo na fala dos alunos hoje em dia uma coisa de constatar tudo aquilo que o assistente social faz que ele julga incorreto, aquilo representa uma frustração imensa, imensa!

Referência essa que perpassa e pelo caráter mediador da atribuição privativa de supervisionar campos de estágios em Serviço Social, e pudemos ter clareza da relevância da relação teoria-prática, ético-política, condições de assalariamento, como também do apoio pedagógico da Unidade de Ensino para constituir o cotidiano desse exercício. São esses elementos que determinam e direcionam toda a prática social, inclusive dessa atividade educativa. E, conseqüentemente, compõem a construção dessa atribuição pelo coletivo de Assistentes Sociais, portanto, estar atento a eles – em sua relação com a totalidade –, faz termos a certeza de ter fortalecido a essencial presença desse profissional na vida acadêmica de quem está se formando, pois logo esse também será um supervisor de estágio em Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

O meu olhar é nítido como um girassol
 Tenho o costume de andar pelas estradas
 Olhando para a direita e para a esquerda
 E, de vez em quando, olhando para trás
 E o que vejo a cada momento
 É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
 E eu sei dar por isso muito bem
 Sei ter o pasmo essencial
 Que tem uma criança se ao nascer
 Reparasse que nascera deveras
 Sinto-me nascido a cada momento
 Para a eterna novidade do Mundo
Alberto Caeiro

O poeta Fernando Pessoa — nessa poesia sob o heterônimo de Alberto Caeiro — já nos fazia refletir sobre a necessidade de voltarmos nosso olhar para cada novidade do mundo; novidade essa que, mínima que fosse, seria valorizada e acalentada em nossas referências! Assistente Social e pesquisadora que somos, tomamos a liberdade de emprestar as belas palavras do poeta e afirmar também que o olhar sobre a atribuição de supervisionar os campos de estágios em Serviço Social trouxe-nos o *pasmo essencial*, e permitiu-nos *nascer a cada momento* em que foi sendo constituído o processo da presente pesquisa.

E, ainda, hoje, sob uma nova perspectiva — um pouco mais madura que há dois anos e meio — acreditamos na importância do supervisor de campos de estágios em Serviço Social para a vida acadêmica e profissional do futuro Assistente Social.

Pois é no momento do estágio que se aprende a ser profissional; profissional que defenda a justiça social, a garantia dos direitos sociais e a universalidade de seu acesso, compreendendo o que cada usuário traz com sua história de vida, atrás de cada vulnerabilidade que compõe seu dia-a-dia. Para que, cada vez mais, possamos estar próximos de uma sociedade direcionada pelos princípios da liberdade de escolha, autonomia e emancipação, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Acreditamos que as nossas considerações referem-se às *novidades para a supervisão de estágio em Serviço Social*, e ainda remetem à necessidade constante de re-pensar tal atribuição, tornando-a provisória até o momento em que novas idéias surgem e precisam ser colocadas em prática. Assim, concluímos que as considerações não são finais, mas provisórias.

Por isso, apresentamos...

... Algumas Reflexões Provisórias sobre a Atribuição Privativa de Supervisionar os Campos de Estágios em Serviço Social

Valorizar as experiências das Assistentes Sociais em supervisionar os campos de estágios foi a nossa verdadeira intenção, no desenvolvimento desta pesquisa, e a metodologia da História Oral apresentou-nos os caminhos necessários para tornar concreta tal proposta.

Na centralidade dos sujeitos e de suas narrativas, compreendemos que o movimento contraditório que permeia a atribuição privativa em supervisionar estágio requer a contribuição da singularidade do cotidiano de cada profissional e o entendimento dos significados construídos pelo lugar que essa experiência ocupou ou ainda ocupa em sua vida profissional.

Sabe? Eu gosto de ensinar, e o supervisor tem (de) ter desejo de ensinar. Desejo de acompanhar. Não basta estar no Código de Ética ou no Projeto Ético-Político. Não são todos que têm disponibilidade e interesse para supervisão. Então, eu acho que tem (de) mobilizar as pessoas que gostam disso, porque eu acho que é como dar aula.

Você tem (de) gostar de aluno, você tem (de) gostar de fazer com que ele aprenda a ser um assistente social. Isso tem (de) ser importante para a gente, não é? Senão, não se transmite. (Maria Fernanda)

Aos publicizarmos as experiências sob um olhar científico, tornamos possível que os significados construídos pelo Assistente Social às suas atribuições de supervisionar os campos de estágios ilustrassem com maior riqueza a hipótese de nossa pesquisa: a mediação entre a teoria e a prática do Serviço Social permite a construção dessa atribuição privativa comprometida com o projeto ético-político.

Pelas narrativas, compreendemos que essa mediação perpassa pela identificação dos limites e desafios do fazer profissional e, além disso, entender que esse fazer profissional – enquanto prática social – é constituído por dimensões do saber e de conhecimentos teóricos, políticos, éticos e metodológicos, os quais fortalecem a identidade da profissão sob a perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Sendo assim, os caminhos percorridos pelas aproximações e análises das narrativas trouxeram a compreensão de que a atribuição do Assistente Social Supervisor deve ter a perspectiva da compreensão do estágio em Serviço Social por meio do processo de ensino e aprendizagem que o constitui.

Vislumbrando, ainda, pelos significados atribuídos pelas Assistentes Sociais à sua experiência de supervisionar, que os determinantes das condições de trabalhador assalariado e a premissa do fortalecimento do projeto profissional movimentam-se contraditoriamente, no cotidiano profissional, onde desafios e limites vão surgindo, mas também são superados pela criação de estratégias éticas e políticas.

Ou seja, um processo contraditório que viabiliza tanto o retrocesso quanto o avanço profissional, indo muito do desenvolvimento das ações pelo comprometimento do Assistente Social e do entendimento que esse mesmo profissional tem da realidade na qual está inserido e sobre a qual intervém.

As experiências em supervisionar os campos de estágios em Serviço Social permitiram compreender o envolvimento e a capacidade do profissional em entender os elementos determinantes da instituição, da sociedade e da demanda dos serviços de forma histórica, para que o olhar não seja fragmentado, o que não superaria posições acrílicas.

Para tanto, já se coloca, para o Assistente Social, o desafio de se perceber num movimento de conscientização, ou seja, se o profissional não entender que o mundo do trabalho coloca limites que podem ser superados, a prática do Serviço

Social estará fadada à mesmice, no cotidiano, e sem perspectiva de novos direcionamentos.

Que a gente vai observando? Que o aluno absorve a linguagem da organização como dele. E, de certa forma, reproduz aquilo que os Assistentes Sociais também fazem nas organizações. Todos nós fazemos, não é? A gente absorve o limite organizacional como nosso! A dificuldade, às vezes, que o assistente social tem de diferenciar o objetivo da organização e o objetivo do Serviço Social naquela organização, o aluno também tem de diferenciar o objetivo do Serviço Social na organização e o objetivo do estágio dele dentro daquela organização.

E, são essas coisas que eu entendo que devem ser reforçadas na supervisão acadêmica. A supervisão tem (de) dar esse aporte ao aluno para que ele saia dessa coisa: ‘ah, o meu supervisor é bom e o meu estágio é bom’, (ou), ‘o meu supervisor é ruim, o meu estágio é ruim’! E, aí eu volto a falar: não existe estágio ruim! Existem estágios! E nós vamos nos apropriar inclusive daquilo que não é tão bom, mas eu preciso reconhecer naquela atividade se ela é boa ou ruim. (Mabel)

Sob o entendimento dos significados atribuídos e apresentados pelas narrativas, é que o Assistente Social cria e re-cria sua atribuição de supervisionar os campos de estágios, pois pauta-se por elementos estruturais do cotidiano profissional, cuja intenção é desenvolver suas ações e atividades pela defesa dos direitos sociais da sua demanda, e, para receber nesse mesmo espaço o estagiário de Serviço Social, o profissional tem de estar preparado para que tal processo de ensino-aprendizagem seja importante para todos os sujeitos nele envolvidos.

Portanto, o Assistente Social é permanentemente convocado a dar respostas, através do movimento entre o pensamento e sua ação, criadas imediatamente por causa do acúmulo de conhecimentos adquiridos no processo da prática profissional, no cotidiano, e no próprio desenvolvimento da supervisão de estágio.

Ou seja, a rotina profissional permite lidar com as ações, simultaneamente, para que tanto as institucionais como as da supervisão de estágio sejam efetivadas, sob igual relevância, pelo Assistente Social.

Apreendemos, também, sobre a necessidade de não se acomodar, pois o proposto é pensar a supervisão do campo de estágio com o apoio das normas e das rotinas da instituição, para que os aspectos que determinam a condição de trabalhador assalariado do Assistente Social sejam refletidas criticamente por tais profissionais na relação com os estagiários.

No movimento dessa dinâmica, a atribuição privativa de supervisionar os estágios em Serviço Social reconhece seu compromisso ético e político e fortalece essa experiência na perspectiva do coletivo que constrói a identidade da profissão voltada para a sistematização contínua da prática profissional e a constante formação profissional.

Mirela: Sobre o seu compromisso, você perpassa pela discussão do próprio Serviço Social, o compromisso da categoria com essa questão da formação ou você pensa que esse é um compromisso pessoal teu?

Lucimara: Para mim, eu tenho os dois. O compromisso pessoal, porque eu acho que eu sou até muito exigente de gostar de ver as coisas fluindo bem! Não é ser muito certinho, eu não gosto dessa palavra. Mas, do que eu me propus então? Eu me proponho, eu, Lucimara, pessoa! (E), eu tenho um compromisso profissional, por consequência, o que diz respeito (a) uma atribuição. (Afinal), eu sou responsável porque esse profissional daqui a pouco vai estar no mercado de trabalho.

Com isso, cria-se a possibilidade para que o Assistente Social compreenda tal atribuição inserida na realidade profissional, caminhando além do apresentado pela lei que regulamenta a profissão e pelo Código de Ética, pois concretiza em sua experiência o que é proposto, evidenciando situações contraditórias e estratégicas que enriquecem esse exercício, e permitem que o profissional tenha disponibilidade para participar de encontros, reuniões, fóruns relacionados com a questão do estágio em Serviço Social – enquanto apoio pedagógico, teórico e metodológico.

Compreendemos que o cotidiano do estágio dentro da instituição pode influenciar movimento de retrocesso no ensino e aprendizagem, no entanto, entendemos também que a estratégia de superação pode ser elaborada pelo Assistente Social, de forma a fortalecer o Projeto Ético-Político.

Reforçar também o nosso próprio projeto social e nosso compromisso ético-político, que vão ter um projeto ético-político com uma visão crítica! Porque muitas vezes a gente tem que desenvolver muito a criatividade e a criticidade também. (E) muitas vezes o profissional que não tem uma visão crítica sobre os seus próprios conceitos, sua própria prática, acaba por reforçar ações e conceitos que realmente deixam de ter uma articulação com a realidade, com as transformações sociais.

Então, acho que nesse sentido o importante é que, a todo momento, a gente se reveja também, e, ao mesmo tempo, que a gente, ao buscar essa visão crítica (vai) passar isso para os próprios estagiários, (pois) é uma construção conjunta, não é o supervisor que vai entregar isso para o estagiário, é uma construção. Na verdade não é o supervisor que vai entregar a visão crítica, mas pode propiciar, nesse processo de supervisão, a construção dessa visão, para que a gente possa ter até uma sociedade mais crítica, mais democrática!”

(Patrícia)

A leitura crítica das condições contraditórias do cotidiano profissional permite criar argumentos para enfatizar a importância da supervisão de estágio, pois toda ação não é bloco homogêneo, sempre será um movimento, o que permite criar novas perspectivas e obter novos resultados.

É relevante, como norte da supervisão de campos de estágios, o Assistente Social valorizar o seu saber profissional; saber esse adquirido na formação profissional contínua e que se constitui, também, na materialidade do cotidiano profissional como novos conhecimentos.

Compreendemos, então, que *é na unidade da teoria e da prática profissional, e no movimento entre si, que as atribuições de supervisionar os estágios vão ser construídas.*

Assim, podemos concluir que o caráter mediador da atribuição privativa de supervisionar os campos de estágios é constituído pela capacidade do profissional de Serviço Social apreender, propor e agir de forma ética e política e, ainda, nesse movimento, fortalecer seu compromisso e competência profissional para que possa apreender e decifrar o conjunto de determinantes que interferem na configuração do seu cotidiano profissional, enquanto trabalhador assalariado, fornecendo a esse profissional estratégias criativas e articuladas com sua atribuição de supervisionar estágio.

Contribuir para uma formação profissional de qualidade para os futuros Assistentes Sociais, que também estarão preparados para configurar os objetos relacionados à sua prática profissional e, assim, serem capazes de perpetuar com um dinamismo ético-político esse interesse para com novos estagiários de Serviço Social, que logo estarão compondo o mercado de trabalho e fazendo parte de uma categoria profissional que luta constantemente pelo fortalecimento de uma identidade profissional comprometida com o projeto ético-político.

As narrativas das experiências das Assistentes Sociais Supervisoras permitiram que nós enfatizássemos a importância dessa atribuição privativa, sob a perspectiva do caráter mediador, que é constituído pela realidade profissional, bem como pelos saberes e conhecimentos da profissão, do seu cotidiano profissional e dos projetos pessoais e políticos de cada sujeito.

Para que, assim, tenhamos a certeza de que a supervisão de estágio em Serviço Social será direcionada ética e politicamente, tanto pelos estagiários como pelos Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, O serviço social no século XXI – Ano XVII. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 143-171.

_____; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 7, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Formação Profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 58-57.

ABEPSS. Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79, Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 72-81.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O ensino do trabalho profissional nas regiões da Abepss – Região Sul II. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 8. Porto Alegre, 2004. p. 99-104.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79, Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 43-71.

_____; LOPES, Josefa Batista. Formação Profissional e diretrizes curriculares. **Revista Inscrita**, Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), n. 10, Brasília, 2007. p. 11-16.

ALBIERO, Célia Maria Grandini. **Na aquarela do Brasil**: as cores se misturam na 'supervisão sistemática' e na 'avaliação qualitativa' no estágio acadêmico em serviço social. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006. p. 383.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Espanhóis em São Paulo: recuperando uma imigração silenciada. **Cadernos Ceru**, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n. 11. São Paulo, 2000. p. 135-145.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 50, O serviço social no século XXI – Ano XVII. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 78-86.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 93, Trabalho e Trabalhadores, São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 5-28.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

BATTINI, Odária. A dimensão técnico-operativa na prática profissional do assistente social. **Texto de apoio**. 2003. p. 7.

BAPTISTA, Myrian Veras. A ação profissional no cotidiano. In: **O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 110-121.

_____. **Planejamento social** – intencionalidade e instrumentação. 2. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 155.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social** – fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 222.

BEHRING, Elaine Rossetti. Implicações da reforma do ensino superior para o exercício profissional do assistente social: Desafios para o Cfess. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 1, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. 2. ed., Brasília: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004. p. 99-108.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, n. 7, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Formação Profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 15-57.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Holien Gonçalves. E.P. Thompson e a teoria na história. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC de São Paulo, n. 12, 1995. p. 119-127.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma do ensino superior para o exercício profissional do assistente social: Desafios para a Abepss. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 1, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. 2. ed., Brasília: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004. p. 81-97.

_____. O Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 8, Porto Alegre, 2004. p.19-30.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), n. 10, Brasília, 2007. p. 5-10.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. 2. ed., São Paulo: Cortez Editora, 1999. p.176.

_____. **Supervisão e serviço social** – o supervisor, sua relação e seus papéis. 2. ed., São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 209.

BONETTI, Dilséa A. (org). **Serviço social e ética** – convite a uma nova práxis. 4. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 232.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Metodologia do Serviço Social – a práxis como base conceitual. **Cadernos Abess**, n. 3, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – A Metodologia do Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1989. p. 162-181.

_____. As Novas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social: Principais Polêmicas e Desafios. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Diretrizes Curriculares: Polêmicas e perspectivas, n. 2, Brasília, 2000. p.07-17.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos Abess**, n. 1, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – O Processo da Formação Profissional do Assistente Social. São Paulo: Cortez Editora, 1993. p. 17-42.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Indicações para uma agenda de debates sobre o ensino da prática a partir do novo currículo. **Revista Temporalis**, da Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Diretrizes Curriculares: Polêmicas e perspectivas, n. 2, Brasília, 2000. p.121-132.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001. p. 205.

_____. Reforma do Ensino Superior e autonomia universitária. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 61, 20 anos. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p.118-126.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL (CFESS). Resolução n. 273/ 93.

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (MEC).

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. As diretrizes curriculares na região sul II – São Paulo e Mato Grosso do Sul – desafios de uma agenda política para a sua implantação. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Ano III, Suplemento, Brasília, 2002. p. 65-76.

DUBAR, Claude. **A socialização** – construção das identidades sociais e profissionais. Coleção Ciências da Educação. Lisboa, Portugal: Porto Editora. 1997. p. 240.

FALEIROS, Vicente de Paula. Aonde nos levam as diretrizes curriculares? **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Diretrizes Curriculares: Polêmicas e perspectivas, n. 2, Brasília, 2000. p.163-182.

_____. **Estratégias em serviço social**. 5. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 208.

_____. As interfaces do ensino superior: auto-avaliação e avaliação externo. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social**, Novos Rumos do Ensino Superior. São Paulo, 1997. p. 54-68.

FENELON, Déa Ribeiro, E. P. Thompson: história e política. **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC de São Paulo, n. 12, 1995. p. 77-93.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldade na sua implementação. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político, n. 8, Porto Alegre, 2004. p.19-30.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 34. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 148.

GARCÍA, Soledad; SEIFFER, Tamara. Formación profesional y conocimiento en Trabajo Social: entre la demanda y la crítica. **La Tormenta**, Revista de Estudiantes, Docentes, Graduadas y Graduados de Trabajo Social. Buenos Aires, 2007. p. 6-17.

GENTILLI, Pablo, ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Epílogo do Subcomandante Marcos sobre as crianças zapatistas. 6.ed., Petrópolis: Vozes, 2001. p. 142.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas** - identidade e processo de trabalho no serviço social. São Paulo: Veras Editora, 1998. p. 223.

_____. Desafios da Prática ao novo currículo de Serviço Social. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Diretrizes Curriculares: Polêmicas e perspectivas, n. 2, Brasília, 2000. p.133-152.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1991. p.159.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 3. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 215.

_____. Ontologia social e formação profissional. **Revista Ontologia Social, Formação Profissional e Política**, n.1, Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista. São Paulo, 1997. p. 45-63.

_____. Ensino da Prática Profissional no Serviço Social: subsídios para uma reflexão. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Diretrizes Curriculares: Polêmicas e perspectivas, n. 2, Rio Grande do Sul, 2000. p.153-161.

IANNI, Octávio. **Dialética e capitalismo**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001a. p. 326.

_____. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n.3, Brasília, 2001b. p. 9-32.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. XXX CFESS/ CRESS, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Cfess, 2002. p.50.

_____, CARVALHO, Raul de. **Relações sociais do serviço social no Brasil** – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 380.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço Social** – ensaios críticos. 7. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2004a., p. 216.

_____. Reforma do ensino superior e serviço social. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 1, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. 2. ed., Brasília: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004b, p. 35-79.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Serviço Social e Supervisão de Estágio**: Saberes, Formação, Temporalidades. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2008. p. 233.

JORGE, Maria Rachel Tolosa. A construção curricular no ensino em serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 61, 20 anos, São Paulo: Cortez Editora, 1999. p.127-151.

KAMEYAMA, Nobuco. Concepção de teoria e metodologia. **Cadernos Abess**, n. 3, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – A Metodologia do Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1989. p. 99-104.

KHOURY, Yara (Org). Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p.116-138.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 250.

LANG, Alice B. S. G. Trabalhando com história oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Cadernos Ceru**, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n. 11. São Paulo, 2000. p. 123-134.

LEI N. 8.662/ 93. Regulamenta a profissão de Assistente Social.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Katia Regina de Souza, CASSAB, Maria Aparecida Tardin. O ensino de graduação em serviço social – principais impasses e importantes potencialidades. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Ano III, Suplemento, Brasília, 2002. p. 77-88.

LUKÁCS, George. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Ontologia Social, Formação Profissional e Política**. Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxistas (Neam), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: PUC/ SP, 1997. p. 8-44.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez Editora, 1991. p. 198.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 43, São Paulo: Cortez Editora, 1993. p. 136-141.

_____. (Org.). **Pesquisa qualitativa** – um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 143.

_____. Uma abordagem socioeducacional. In: **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 139-151.

_____. **Serviço social** – identidade e alienação. 7. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 165.

_____. Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 9, Recife, 2005. p. 117-129.

_____. Pensar a identidade, eis a tarefa: um ensaio sobre a identidade profissional do serviço social. In **Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal II**. São Paulo: PUC-SP – Educ, 2005. p. 65 - 78.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política** (e outros manuscritos). São Paulo: Cultural, 1982.

_____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Jussara Maria Rosa. Os desafios das diretrizes curriculares na afirmação do projeto ético-político do serviço social: a proposta da oficina – perspectiva A-Bepss. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 8. Porto Alegre, 2004. p. 9-17.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social** – teoria, método e criatividade. 25. ed., São Paulo: Vozes, 2007. p. 108.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em serviço social. **Cadernos Abess**, n. 3, A Metodologia do Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1989. p. 141-153.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p. 92-110.

_____. Reforma do estado e impactos no ensino superior. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 1, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. 2. ed., Brasília: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004. p. 11-33.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79, Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 82-107.

OLIVEIRA, Cirlene A. Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 80, Política de Assistência Social. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 59-81.

PACCHIONI, Margareth Maria. **Estágio e supervisão** – uma reflexão sobre a aprendizagem significativa. Americana: Stiliano, 2000. p. 160.

PAIVA, Beatriz A. Algumas considerações sobre ética e valor. **Serviço Social e Ética** – convite a uma nova práxis. 4. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 105-110.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Estágio e supervisão – um desafio teórico-prático do serviço social. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (Nemess)**, n. 3, São Paulo, 1997.

_____. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 1986. p. 126.

PONTES, Reinaldo. **Mediação em serviço social**. 3. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 198.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 1, n. 2, 1996.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 1997. p. 07-24.

_____. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 1997. p. 25-40.

_____. História oral como gênero. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC de São Paulo, n. 22, 2001. p. 9-36.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Variações sobre a técnica de gravação no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1991.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Construção de Projetos Coletivos: Refletindo Aspectos do Projeto Profissional do Serviço Social. **Revista Temporalis** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n.5, Brasília, 2002. p. 81-93.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 16. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 86.

_____. **Compreender e ensinar** – por uma docência da melhor qualidade. 5. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 158.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 130.

SÁ, Jeanete L. Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p. 294.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI** – para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 120.

_____. **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. 11. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 348.

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. **Revista Temporalis**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), n. 8, Porto Alegre, 2004. p.31-41.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O poder da verdade e a verdade do saber. In: **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 46-54.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed., São Paulo: Cortez Editora, 1995. p. 128.

VELLOSO, Jacques (Org.). Políticas para o ensino superior: balanço e perspectivas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social**, Novos Rumos do Ensino Superior. São Paulo, 1997. p. 8-32.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Supervisão em serviço social**. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1979. p. 262.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Conjuntura, a Universidade e o profissional. **Cadernos Abess**, n. 1, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, O Processo da Formação Profissional do Assistente Social. São Paulo: Cortez Editora, 1993. p. 05-16.

WHITAKER, Dulce C. A. Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida. **Cadernos Ceru** – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n. 11, São Paulo, 2000. p. 147-158.

ANEXOS

PUBLICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

ABEPSS

Conceitos

Autor/ Ano

Serviço Social como especialização do Trabalho

“(…) a consideração da profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e de sua prática como concretização de um processo de trabalho que têm como objeto as múltiplas expressões da ‘questão social’. A abordagem do exercício profissional como trabalho permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais componentes de todo e qualquer processo de trabalho; o objeto ou ‘matéria prima’ sobre o qual incide a ação transformadora do trabalho; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto – e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Implica, ainda, atribuir visibilidade ao produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. Focar a ação profissional, nesta perspectiva, exige considerar as particulares condições e relações sociais historicamente estabelecidas, através das quais o trabalho do Assistente Social se realiza, ai envolvendo: os organismos empregadores (públicos e privados) e os “usuários” dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho; a articulação do Assistente Social com outros trabalhadores, como participe do trabalho coletivo.” (p.18)

**BEHRING,
1997**

“(…) a consideração da profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e de sua prática como concretização de um processo de trabalho que têm como objeto as múltiplas expressões da ‘questão social’. A abordagem do exercício profissional como trabalho permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais componentes de todo e qualquer processo de trabalho; o objeto ou ‘matéria prima’ sobre o qual incide a ação transformadora do trabalho; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto – e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Implica, ainda, atribuir visibilidade ao produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. Focar a ação profissional, nesta pers-

pectiva, exige considerar as particulares condições e relações sociais historicamente estabelecidas, através das quais o trabalho do Assistente Social se realiza, ai envolvendo: os organismos empregadores (públicos e privados) e os “usuários” dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho; a articulação do Assistente Social com outros trabalhadores, como participe do trabalho coletivo.” (p. 18)

“Resgatar a prática do Serviço Social enquanto trabalho significa recuperar, no âmbito das particularidades profissionais, aquelas forças e relações e seus sujeitos de classes. É revisitar a história do Serviço Social partindo de um olhar que, ao se preocupar com a totalidade do ser e dos fenômenos sociais, busca reunir e reinterpretar o que ficou disperso e fragmentado nesta trajetória de pensar e fazer do Serviço Social.” (p. 29)

“(…) o Serviço Social vem acumulando um acervo de conhecimentos teórico políticos e de técnicas de intervenção que é caudatário do conhecimento social gerado pela e sobre a sociedade. Este conjunto de conhecimentos e aparatos técnicos se concretiza na intervenção do Serviço Social enquanto campo de habilidades e de saberes que expressam um determinado reconhecimento social do trabalho profissional.” (p. 30)

“Ao construir socialmente o seu significado vinculado aos mecanismos institucionais de enfrentamento da questão social, através das políticas sociais, o assistente social – para transformar sua força de trabalho enquanto potência, em trabalho realizado em ação – necessita vender sua força de trabalho àqueles que detêm os recursos e os instrumentos que organizam e operacionalizam sua atividade. Identifica-se, assim, que a condição de trabalho assalariado não inscreveu o Serviço Social apenas no circuito de troca e venda da força de trabalho, mas, fundamentalmente, alterou o enquadramento de sua inserção sócio institucional na realidade brasileira.” (p.31)

“Ao construir socialmente o seu significado vinculado aos mecanismos institucionais de enfrentamento da questão social, através das políticas sociais, o assistente social – para transformar sua força de trabalho enquanto potência, em trabalho realizado em ação – necessita vender sua força de trabalho àqueles que detêm os recursos e os instrumentos que organizam e operacionalizam sua atividade. Identifica-se, assim, que a condição de trabalho assalariado não inscreveu o Serviço Social apenas no circuito de troca e venda da força de trabalho, mas, fundamentalmente, alterou o enquadramento de sua inserção sócio institucional na realidade brasileira.”

“Ao se vincular à realidade como especialização do trabalho, o Serviço Social sofreu um processo de organização social de sua atividade. Ou seja, passou a se movimentar e a se organizar a partir de um determinado processo de trabalho. Frente a este, objetos, instrumentos, atividades, papéis e funções são criados histórica e socialmente, passando a compor seu cotidiano laborativo. Por outro lado, todo processo de trabalho encerra uma teologia, isto é, uma finalidade e um conteúdo com vistas à produção de um dado resultado. Verifica-se, desta forma, que os elementos que compõem o processo de trabalho são indissociáveis. A partir desta condição, os elementos teóricos, a orientação político ideológica e os aparatos técnicos são acionados como meios que estabelecem finalidades à ação e como instrumentos de trabalho que convergem para um dado campo de objetivos, planejados como resultados sobre o objeto da atuação do Serviço Social.” (p. 31)

<p>“A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e pratica do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado a realidade social e as mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer. (...) Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do Assistente Social em seu campo de intervenção.” (p. 67-68)</p>	<p>ABESS, 1997</p>
<p>“A dimensão reflexiva do processo de trabalho é aquela que articula a teoria, como um patrimônio socialmente acumulado e em processo permanente avançado, com a dimensão ético-política que nos desafia quotidianamente a estabelecer alternativas no enfrentamento da questão social. (...) A noção de estratégia liga-se à idéia de ação. Ela é uma noção que se refere à decisão sobre um percurso a ser seguido em uma ação racional, orientada por objetivos que estão esboçados em um projeto ético-político que se realiza na mediaticidade. A noção de estratégia supõe ainda uma certa reflexividade e cálculo que orientem as decisões, que os sujeitos, individuais ou coletivos, tomam no curso de suas ações. Desse modo, a estratégia supõe um pesas e medir as condições e o grau de sua conveniência em relação aos objetivos desejados dentro de um horizonte definido pelos projetos societários. Nos processos de trabalho do assistente social, o estabelecimento das estratégias é mediado por uma teleologia que o orienta ante as condições em que é exercido o projeto profissional.” (125)</p>	<p>CASSAB, 2000</p>
<p>“(...) O trabalho profissional como atividade pratica é realizado por sujeitos reais – os quais orientam razão e vontade – no desempenho de tais atividades – visando ao enfrentamento de causalidades, transformando-as em causalidades postas. Para tanto, desenvolvem teleologias secundarias, estas situadas no âmbito da reprodução, e, portanto, nas relações dos homens entre si. Com isto, há que pensar no profissional que a realiza. Este vivencia as mesmas premissas e seu trabalho dirige-se sobre os mesmos fundamentos materiais que os demais trabalhadores do sistema capitalista. Mas, ao vender sua força de trabalho, o assistente social vende um conjunto de ações profissionais, cuja singularidade se localiza nos tipos de respostas socialmente exigidas da profissão, pelas quais a profissão torna-se reconhecida e os profissionais constroem sua auto-representação.” (p. 155)</p>	<p>GUERRA, 2000</p>
<p>“Pensar a prática do Serviço Social, como trabalho, significa entender que este trabalho enquanto fazer - profissional do assistente social, concretiza-se a partir de sua inserção nos processos de trabalho das instituições, e o assistente social, como trabalhador assalariado. Estes processos potencializam e articulam, num dinamismo complexo, a matéria-prima ou o objeto sobre o qual recai a ação daqueles que a instituição engaja, os meios e instrumentos que viabilizam esta ação, e o trabalho, propriamente dito dos "profissionais envolvidos que realizam um trabalho de forma cooperativa e combinada, tendo em vista uma ação transformadora. A consideração da</p>	<p>NICOLAU, 2004</p>

<p>prática do assistente social como trabalho nesta perspectiva conduz, sobretudo a se pensar na relação entre o saber e o fazer - profissional numa perspectiva de unidade reduzindo, portanto o seu distanciamento.” (p. 43)</p>	
<p>Projeto Ético-Político do Serviço Social</p>	
<p>“O processo de construção da consciência política coletiva, visando a materialização de projetos políticos de sociedade, e bastante complexo e sofre, dentre outras, determinações de ordem: econômica, política, cultural, ideológica, social, profissional. Esse processo requisita a ruptura com diversos entraves postos no cotidiano, tais como: o corporativismo, a despolitização, a apatia, o comodismo. A ruptura com estes entraves só se torna possível, na medida em que a consciência política avance para níveis coletivos e seja internalizada por uma quantidade significativa de indivíduos sociais.” (p. 85)</p> <p>“No tocante a dimensão ética dos projetos profissionais, é importante ressaltar que, inseridos no âmbito do projeto societário capitalista, os projetos profissionais, como é o caso do projeto ético-político do Serviço Social, podem sinalizar para a construção de valores que contribuam para o desenvolvimento da hegemonia de um outro projeto societário.” (p. 92)</p>	<p>RAMOS, 2002</p>
<p>“Esse cenário tem exigido dos assistentes sociais ações inovadoras e eficazes que propiciem respostas compatíveis com o projeto ético-político adotado pela categoria profissional no Brasil. Essas preocupações integram a agenda da ABEPSS, que reafirma o seu compromisso político-acadêmico de luta contra o neoliberalismo, contra o desmonte das políticas sociais públicas e da política educacional de ensino superior bem como da precarização do trabalho docente.” (p. 10)</p> <p>“Isso significa sintonizar nosso projeto pedagógico com a luta de resistência e de defesa do compromisso da universidade pública com a produção e socialização do saber, atendendo a interesses, direitos e necessidades sociais permanentes da maioria da população e não interesses imediatos de instâncias governamentais diversas e do mercado.” (p. 11)</p> <p>“Temos o desafio de transformar os espaços de trabalho do assistente social em espaços realmente públicos. Encaminhar a formação profissional nesta direção exige que se propiciem subsídios, apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade, oferecendo elementos para análise das particularidades do movimento de constituição da sociedade do Estado, de modo a aprender os traços próprios assumidos pela expansão capitalista no Brasil.” (p. 12)</p>	<p>MENDES, 2004</p>
<p>“A defesa do projeto ético-político do Serviço Social antes a crise contemporânea exige que se aproprie do processo da ‘reforma do ensino superior’. E ampliar as formas e canais de defesa da função pública do ensino superior a serviço da coletividade. Esses desafios desdobram-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Na implantação criteriosa dos currículos plenos b) Na qualificação dos cursos de Serviço Social, em contraposição ao processo de escolarização da graduação, afirmando-os no interior das universidades. c) Na efetivação da real integração entre ensino, pesquisa e extensão. 	<p>IAMAMOTO, 2004</p>

<p>d) No enraizamento dos cursos de Serviço Social na realidade nacional, regional e local.</p> <p>e) Na defesa da regulamentação da profissão de Serviço Social e do Código de Ética do Assistente Social.” (p. 73)</p> <p>f)</p>	
<p>“O projeto de formação profissional comprometido com a classe trabalhadora também é reafirmado pelo código de Ética Profissional de 1993, no qual o tratamento à dimensão ético-política da profissão se expressa pelo compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de superação da ordem burguesa. Essa direção social tem sido constituída no processo de formação profissional através do debate e embate entre diferentes projetos societários e projetos profissionais, não sendo, portanto, dada a priori, mas definindo-se como hegemônica, na processualidade dos confrontos das diferentes vertentes teórico-político-ideológicas presentes na profissão. Nesse processo de construção, a linha política e teórico-metodológica privilegia conhecimentos, práticas e habilidades que possibilitem a formação de profissionais críticos, capazes de desvendar as contradições estruturais e trabalhá-las em apoio às classes subalternas.” (p. 13)</p> <p>“A ótica pluralista na construção da direção do projeto de formação profissional fundamenta-se no entendimento de que a essência do pluralismo é o confronto de forças diferentes existentes em todos os espaços da sociedade e que neste confronto constrói-se a hegemonia de um bloco de forças. A hegemonia é construída, portanto, a partir da unidade na diversidade. Trata-se de construção de uma vontade coletiva a partir da adesão voluntária e consciente, a valores e concepções pertinentes a uma ordem social. Dentro dessa visão, a formação profissional é entendida como totalidade, expressando um conjunto de determinações em que estão presentes forças contraditórias em luta na construção de um determinado projeto.” (p. 14)</p>	<p>CARDOSO, 2000</p>
<p>Formação Profissional em Serviço Social</p>	
<p>“É fundamental que todo o processo da formação profissional em seus diferentes níveis – graduação e pós-graduação – seja de fato crítico em termos de ajudar os profissionais a superarem o nível da aparência e perceberem e analisarem a função social do exercício profissional no contexto das relações sociais, configurando a exigência histórica de apoiar e reforçar os interesses da clientela enquanto classe, assumindo, na qualidade de profissional, um compromisso com as suas reivindicações e lutas. Assim, no âmbito de formação profissional.” (p. 37)</p> <p>“E é necessário que se criem condições para que o estudante e o profissional configurem esta opção, este compromisso não como algo em nível do discurso, mas como algo concreto que permeia a sua vida como cidadão e como profissional. Nesta perspectiva é fundamental repensar a prática pedagógica no interior das Unidades de Ensino de Serviço Social para que, de fato, propicie o debate crítico ao nível de ensino, da investigação e da extensão, envolvendo professores, estudantes, supervisores e profissionais. Concretamente, é preciso repensar o encaminhamento das aulas, das tarefas acadêmicas, do estágio e do desenvolvimento do processo da investigação e da extensão buscando a criticidade em termos de desvendamento da realidade enquanto fundamento da opção profissional.” (p. 37)</p> <p>“Desenvolver uma formação básica que de fato instrumentalize metodologicamente o assistente social para o exercício profissional na</p>	<p>CARVALHO, 1993</p>

<p>dinâmica contraditória da sociedade brasileira. Tendo por base um projeto de Serviço Social na sociedade brasileira, como eixo articulador do projeto educacional, é fundamental desenvolver o processo de formação profissional do assistente social, nos seus diferentes níveis – graduação e pós-graduação – de forma a capacitar os estudantes e profissionais teórica e metodologicamente para o exercício da prática profissional no contexto da sociedade brasileira. Assim é indispensável na formação profissional do assistente social uma sólida base teórico-metológica para que o profissional possa responder às exigências do exercício do Serviço Social, efetivando, reconstruindo e recriando a prática profissional dentro das condições objetivas de trabalho que se colocam para a profissão. Assim é que o processo de formação profissional, através do ensino, da pesquisa e da extensão, precisa instrumentalizar o profissional para o exercício cotidiano da profissão. Essa exigência coloca a necessidade de um encaminhamento da formação profissional que capacite o assistente social teórica e metodologicamente para:</p> <ul style="list-style-type: none"> -ser capaz de identificar e trabalhar as possibilidades teórico-práticas da profissão na realidade em que está inserido; -compreender e analisar os fenômenos com que trabalha, no contexto das relações sociais, construindo o seu objeto de intervenção; -delimitar e encaminhar metodologicamente o processo de intervenção em termos do objeto construído, definindo objetivos, estratégias e táticas de ação profissional; -desenvolver um instrumental técnico-operativo que viabilize o processo metodológico dentro da proposta de intervenção definida.” (p. 40-41) 	
<p>“As diretrizes curriculares para o Serviço Social, elaboradas ao longo de três anos (1994-1996), e hoje submetidas à análise do Conselho Nacional de Educação, estão sintonizadas na consolidação do projeto ético-político profissional. No âmbito ético-político, trata-se de um projeto comprometido com a liberdade como valor central, que se expressa no compromisso com a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais. Assume claro posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços referentes às políticas sociais.” (p.91-92)</p> <p>“No âmbito da prática profissional, esses valores se expressam na defesa da qualidade dos serviços, na competência profissional, na viabilização dos direitos sociais e da cidadania, na luta pela radicalização da democracia, no aprimoramento intelectual dos profissionais. Daí a preocupação e ênfase em uma formação acadêmica qualificada, fundamentada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas.” (p. 92)</p> <p>“Estes princípios, que constituem os eixos fundantes das diretrizes curriculares para o Serviço Social, definem e orientam o perfil profissional que se quer formar: um profissional que atua nas manifestações da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, na perspectiva de sua ampliação e garantia como direitos sociais e não como mercadorias. Um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais no mercado de trabalho. Um profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.” (p. 92)</p> <p>“Neste perfil, está implícita a idéia de que a proposta de formação profissional, materializada nas diretrizes curriculares, deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política. Este é um requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-</p>	<p>FERREIRA, 2004</p>

<p>operativas. A formação profissional, tal como colocada nas diretrizes curriculares, deve, portanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fomentar a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; - instigar a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e situando o Serviço Social nestas relações sociais; - fortalecer os valores e princípios legitimados no Código de Ética profissional, exercitando a vivência da cidadania, democracia e participação política; - garantir a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; - possibilitar a identificação das demandas presentes na sociedade, tradicionais e emergentes, visando formular respostas para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado; - consolidar o entendimento da prática profissional como trabalho socialmente determinado, de modo que o assistente sócia se reconheça como trabalhador assalariado. <p>Estes elementos estão em consonância com as determinações da lei que regulamenta a profissão de assistente social e com o código de ética, conformando adequadamente o projeto ético, teórico, político e profissional para o Serviço Social.” (p.93)</p>	
<p>“A formação pretendida encontra-se apoiada no tripé ensino/pesquisa/extensão, materializando as múltiplas dimensões que qualificam a instituição universitária. Representa um avanço na formação do assistente social, que historicamente privilegiou o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. Hoje, a pesquisa é vista como um elemento constitutivo do exercício e da formação desse profissional, e não apenas uma atividade eventual. Engloba tanto o desenvolvimento de uma atitude investigativa, quanto a competência para a formulação de projetos de pesquisa e para a sua realização.” (p. 71)</p> <p>“Os assistentes sociais são jovens intelectuais, considerados como tais nos meios acadêmicos, o que não pode ser identificado com subalternidade. Esforços têm sido enviados para romper as falsas segmentações entre o pensar e o fazer, entre ciência e técnica, que tiveram lugar ao longo da conformação social dessa especialização do trabalho, em decorrência dos caminhos históricos percorridos pela profissão no continente latino-americano. O que se busca é uma formação generalista, ampla e densa, que permita ao assistente social situar-se no mundo contemporâneo, fazer a leitura dos processos sociais e apropriar-se das possibilidades neles presentes, transformando-as em propostas e frentes de trabalho. Enfim, indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade e projetar ações pertinentes.” (p. 72)</p>	<p>IAMAMOTO, 2004</p>
<p>“Obviamente a formação de assistentes sociais responde ao mercado também, Mas, o mercado há que ser visto como a mediação necessária, não encerrando em si mesmo as possibilidades. O que demanda uma reflexão permanente sobre as características das relações institucionais que são constituídas nos espaços públicos e nos espaços privados das unidades de ensino da região sul II, principalmente tendo em vista a relação dialógica professor-aluno e o lugar assumido pelos supervisores de campo frente às exigên-</p>	<p>DINIZ, 2002</p>

<p>cias da formação profissional.” (p. 67)</p> <p>“Reflexão que explicita o estado privatista brasileiro e impõe a luta a ser empreendida na defesa do caráter publico desse estado. Porque as diretrizes curriculares do curso de serviço social não se referem somente às perspectivas particulares da profissão. Ao contrário, elas reafirmam nos seus diferentes núcleos de fundamentos, nos tópicos de estudos e nos componentes curriculares, a direção social que esta desenhada no projeto ético-político assumido pela categoria profissional.” (DINIZ, 2002, p. 70-71)</p>	
<p>Relação Teoria-Prática no Serviço Social</p>	
<p>“A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora. Por isso, então, na teoria marxiana a questão do conhecimento está internamente ligada com a questão da transformação. O conhecimento visa a transformação que é a prática social. A prática social, aqui entendida num sentido mais amplo, não se reduz à prática profissional, pois esta constitui uma dimensão da práxis entendida como totalidade. No entanto, a teoria em si não transforma o mundo. Ela pode contribuir para a transformação desde que seja assimilada por aqueles que, através de seus atos reais e efetivos visam tal transformação. Esta ação efetiva de transformação é a prática entendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade. Essa prática se efetiva na produção material, na atividade social e política e na investigação (o que chamamos de prática de conhecimento).” (p. 100)</p> <p>“Existe hoje na formação profissional uma preocupação com a articulação entre teoria e prática, quando não se trata da articulação. Mas da unidade indissolúvel entre teoria e prática. Na medida em que o homem age sobre a natureza, a sociedade, ou outros homens reais, tem-se como resultado a transformação real, objetiva do mundo natural ou social. Nesse sentido pode-se dizer que a prática é o fundamento da teoria, ou seja, o ponto de partida e a base principal e substancial do conhecimento. O próprio conhecimento e as ciências surgem e se desenvolvem devido as necessidades da prática, às necessidades da vida. (...) A teoria e a prática constituem, portanto, aspectos inseparáveis do processo de conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade, levando em conta que a teoria não só se nutre na prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica a prática os caminhos da transformação.” (p. 101)</p>	<p>KAMEYA- MA, 1989</p>
<p>“Duas concepções sobre o Serviço Social: a) O Serviço Social como profissão cujo fundamento elementar é um corpo teórico e metodológico particular e autônomo; b) O Serviço Social como profissão cujo fundamento elementar é um espaço sócio-ocupacional circunscrito pela divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa consolidada e madura. Evidentemente, nem a primeira concepção descarta as determinações da divisão social do trabalho, nem a segunda menospreza as dimensões teóricas que informam a profissão. O que as especifica, contudo, é a legitimação preferencial do exercício profissional: na primeira, esta seria uma função do campo de saber do qual o exercício profissional constituiria um sistema de mediações; orientada por balizas teóricas e científicas, nele</p>	<p>NETTO, 1988</p>

<p>se instauraria uma prática profissional que, tratada analiticamente, propiciaria um conhecimento do ser social que, no plano da reflexão, articularia uma teoria referenciada daquela prática.” (p. 148)</p> <p>“Na segunda, a legitimação elementar independe das eventuais e possíveis elaborações teóricas dos protagonistas da profissão, vinculando-se antes ao desempenho de papéis e funções que lhes são institucionalmente atribuídas; aqui, a elaboração teórica, ao contrário do que reclama a concepção anterior, é, para a legitimação (e para a fundação) da profissão, um epifenômeno. De qualquer forma, seus eixos elementares desenham possibilidades, limites e alternativas, de um lado, e prática profissional configurando um objeto particular a partir do qual a reflexão construiria um quadro teórico próprio e específico, doutro; a prática profissional oferecendo-se como terreno para a reflexão própria da racionalidade teórica das chamadas Ciências Sociais ou da tradição marxista.” (p. 149)</p>	
<p>“Partindo da concepção de que o Serviço Social é uma expressão da práxis, portanto uma unidade abrangendo, uma dimensão teórica e uma prática, inserida em determinadas condições sociais, a abordagem desse tema remete, necessariamente, a essas duas dimensões e às suas múltiplas relações.” (p. 172)</p> <p>“A teoria sendo entendida como um conjunto de conhecimentos, produto inacabado e processo permanente de retificações contínuas de críticas e polêmicas, de superação de conceitos e de formas de pensar e agir; a prática como ação política pedagógica que tem uma estrutura própria. Não prescindindo deste conjunto de conhecimentos para sua efetivação consciente, conseqüente, comprometida com o processo de transformação da realidade.” (p. 174)</p> <p>“Esta perspectiva que se contrapõe à dualidade entre o conhecimento e sua aplicação e que supõe a relação estreita teoria x realidade, evidencia a concepção de que o processo de conhecimento se define em realidades históricas determinadas, de acordo com as prioridades estabelecidas pelas relações sociais em determinados momentos. O sujeito do conhecimento constrói o seu objeto numa relação teoria/realidade, sob o comando da teoria e condicionado pelas determinações do real, estando a verdade contida nessa relação. É através de retificações contínuas e polêmicas que a razão descobre a verdade, fazendo evoluir o conhecimento por meio de cortes e rupturas, descontinuamente. Portanto, há problematização do real e problematização da teoria, no processo de elaboração do conhecimento.” (p. 175)</p> <p>“A partir desta ótica, pode-se pensar a questão da teoria do Serviço Social como uma exigência da sua prática. O Serviço Social como profissão, ou seja, como um tipo de especialização do trabalho coletivo, supõe uma intervenção na realidade social referenciada numa base teórica de explicação dessa realidade e sobre esta intervenção. As elaborações teóricas desenvolvidas por esta profissão, a partir e em função de sua prática, não podem ser vistas apenas como meras sistematizações da prática, expressando relatos das experiências vivenciadas, mas como construções que podem alcançar níveis diversos de abstração e complexidade, inseridas, enquanto elaborações parciais, no processo mais amplo de conhecimento do ser social como totalidade.” (p. 179)</p>	<p>CARDOSO, 1989</p>

“Neste processo, o objeto profissional, não raro, confunde-se com as formas assumidas pelo objeto organizacional – dada a própria natureza dos serviços – mas, apesar de não se reduzir a ele, vem sistematicamente se diluindo nele. Nestes espaços, muitas vezes, os objetos da ação do assistente social têm se consolidado mais em decorrência da legitimidade “a doc”, atribuída aos profissionais por seus empregadores, que propriamente pela institucionalização da profissão a partir de seus termos normais e legais.” (p. 137)

“E mais, estas expressões de forma são tão variáveis e complexas, que muitos profissionais já não se reconhecem mais enquanto tais, em determinadas atividades que passaram a assumir no mercado de trabalho, comprometendo substancialmente a identidade profissional, subordinando-a a uma identidade funcional (derivada de um cargo ou de uma especialização). Tomar consciência dos mecanismos, que originam essas diferenciações que se materializam na realidade concreta do cotidiano profissional, constitui-se um pré-requisito fundamental para o cumprimento dos compromissos da formação profissional em relação aos valores éticos, às razões políticas e a observância às normas instituídas pelos instrumentos legais da profissão.” (p. 137)

“Assim, o domínio do conhecimento do Código de Ética e da Lei nº 8662/93 é tão importante ao assistente social quanto o conhecimento dos objetivos, das rotinas, dos procedimentos regulamentares e culturais das organizações, dos critérios de elegibilidade, das metodologias, das teorias e dos demais elementos que delineiam os contornos das ações profissionais em seus interiores.” (p. 137)

“O aspecto da realidade profissional – que envolve diretamente os agentes profissionais e suas instituições – está determinado, pelo menos, por três pontos fundamentais e extremamente imbricados entre si, e que demandam atenção da atual formação profissional. O primeiro se refere ao fato de que precisamos nos habilitar para a transmissão de um saber profissional que possa enfrentar os dilemas que são operados por razões, emoções e perspectivas políticas muito diferenciadas e que circulam entre os diferentes agentes profissionais no interior das relações organizacionais, mas que guardam entre si relações de pertencimento à categoria profissional.” (p. 138)

“O segundo é referente ao fato de a expansão do processo de desregulamentação e precarização das relações de trabalho estar interferindo no campo tradicionalmente identificado como privativo do serviço social, repercutindo substancialmente nos diferentes fazeres funcionais. Muitos assistentes sociais têm sido chamados a atuar em cargos e funções organizacionais que não exigem como pré-requisito básico a formação em serviço social. Geralmente para tais cargos e funções são exigidas especializações também comuns a outros profissionais de formações diferentes das do serviço social.” (p. 138)

“Por fim, o terceiro está relacionado ao fato da diversidade de fazeres e atribuições funcionais (aos quais os assistentes sociais estão sendo submetidos no mercado) estarem deslocando a identidade profissional do eixo que existira na formação original. Isto ocorre, sobretudo, quando os profissionais deixam de utilizar (no cotidiano do trabalho que realizam na organização), os discursos (teóricos e técnicos) com os quais foram formados na academia.” (p. 138)

GENTILLI,
2000

Estágio em Serviço Social

“Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (...) A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional.” (p. 62)

ABESS,
1997

“Estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade de campo de estágio, tendo como referencia a Lei nº 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (...) O estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional tendo como carga horária mínima 15% da carga horária mínima do curso (2700 horas).” (p. 71-72)

“(...) É preciso destacar, também, que as experiências de estágio não esta a salvo das dificuldades de inserção nos espaços sócio-ocupacionais da profissão. Desse modo, há ainda de se considerar a situação de paralelismo entre os processos de trabalho nas instituições e as inserções dos estagiários nesses processos. Isso quer dizer que, muitas vezes, o aluno desenvolve nas instituições um trabalho sem direção, atado às rotinas e irrefletido. Esse ‘estágio’ parte de um ponto de vista de naturalização do ensino, como se a simples presença física do aluno o levasse a aprender, como se estar no local de trabalho e ver as pessoas o levasse a observar, como se realizar alguns instrumentos o levasse a compreender a complexa rede de relações que envolve o trabalho do assistente social. Em síntese, que o fazer se desse ‘naturalmente’ a questão, que nos desafia no ensino da prática, na verdade, parece ser de outra qualidade diversa daquela que exorta à formação no aluno de uma capacidade técnica e compreensiva apenas. Ela parecer se localizar em construir com o aluno uma capacidade de reflexividade a partir da articulação das dimensões presentes nos processos de trabalho que os assistentes sociais desenvolvem, ou seja, a dimensão ético política a teórica e a reflexiva.” (p. 122-123)

CASSAB,
2000

“Através de suas experiências de estágio, o graduando entra em contato com a população usuária, com o universo institucional e com outros profissionais, nossos colegas que quotidianamente desenvolvem seu trabalho premidos pela falta de recursos e pelo autoritarismo e clientelismo, muitas vezes presente na gestão dos espaços ocupacionais.” (p. 129)

“Estudo recente sobre supervisão, estágios e práticas profissionais demonstram que é, sobretudo, no espaço das supervisões de estágio que a imediatividade do fazer profissional se manifesta plenamente e, a ela associado, são reveladas as formas operativas da profissão, geralmente relegadas a plano secundário nos debates teóricos, porém de fundamental importância para serem desencade-

GENTILLI,
2000

<p>ados os processos de relação teoria prática no ato do fazer cotidiano profissional.” (p. 140)</p> <p>“Por mais estranho que possa parecer, tem sido nos ‘campos de estágio’ que funcionam nas organizações (onde os temas específicos, expressos nas ‘migalhas de trabalho’ da profissão e nos âmbitos de atuação minúsculos da prática dos alunos), que têm sido abertas as possibilidades de construção das mediações entre os conteúdos teóricos e metodológicos, as escolhas técnicas e as necessidades prementes de referências instrumentais para a compreensão da dispersa materialização do cotidiano profissional.” (p. 140)</p> <p>“Tem sido, também, nesta relação que os conteúdos de algumas disciplinas de metodologia e instrumentalização ganham materialidade e assumem o papel de uma pedagogia identificada com a mudança e com a construção da identidade profissional. Tem sido por meio da função supervisora que os alunos estariam – ou não – tendo acesso aos paradigmas profissionais que eles elegeriam para seguir ou para contestar.” (p. 140)</p>	
<p>“Faz-se necessária a elaboração de uma política de estágio, que seria a base norteadora de todo processo, e se concretizaria a partir do compromisso coletivo dos professores e supervisores de estágio, assegurando-se a compreensão do mesmo como espaço privilegiado da práxis e qualificando-o como “práxis” privilegiada do confronto teórico prático. Fomentado pela pesquisa, no processo de aprendizagem, o estágio gera produtos de intervenção social e de (re) construção do conhecimento.” (p. 171)</p> <p>“Deve realizar-se na dialética da relação entre sujeito, objeto e objetivo do Serviço Social, orientado ao exercício de especificidade, mediante: ética, competência e compromisso com a realidade. A prática do estágio é um dos problemas principais da formação na conjuntura de corte das condições de trabalho na universidade e de visão generalista da profissão. É preciso enfrentar problemas de supervisão, de localização, de número de estagiários, de carga horária, do aluno trabalhador e principalmente da articulação teoria/prática e da metodologia de aprendizagem em estágio, que não é supérfluo, um desdobramento, mas o próprio aprofundamento da formação. É na articulação da reflexão conceitual com a reflexão estratégica que se vai entendendo a complexidade do real, colocando-se em xeque todas as formas de dogmatismo e de reducionismo das visões do social, assim como de dicotomização mecânica da análise da sociedade.” (p. 172-173)</p>	<p>FALEIROS, 2000</p>
<p>“A responsabilidade do estágio enquanto atividade acadêmico-pedagógica curricular obrigatória é da unidade de ensino, devendo ser previstos espaços pedagógicos de supervisão acadêmica na grade curricular.” (p. 99)</p> <p>“Concluindo, gostaria de levantar alguns pontos na discussão do próprio estágio, entendendo que um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se na tensão e conflito existente entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado, que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos, para estágio, sem terem ainda adquirido conhecimentos teóricos e habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir ao processo formativo de responsabilidade</p>	<p>ABRAMI- DES, 2004</p>

das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra barata e desqualificação (de) formativa ao aluno em sua condição de estudante trabalhador.” (p.102)

“Assim, as unidades de ensino, ao analisarem as possibilidades de inserção do aluno no estágio, devem ancorar-se nas seguintes exigências pedagógicas:

- o estágio é de responsabilidade acadêmico-pedagógica das unidades de ensino no processo formativo do aluno, constituindo-se em uma atividade curricular obrigatória;
- o estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político na formação profissional;
- o estágio como atividade curricular obrigatória é desenvolvido de forma diferenciada ao longo do curso, considerados os momentos específicos da formação profissional;
- o 3º e o 4º período têm se caracterizado como estágios de observação, visando à aproximação das demandas sociais nas diferentes expressões da questão social, sendo acompanhados na unidade de ensino com espaços pedagógicos previstos na grade curricular, por intermédio de oficinas de formação profissional, de trabalho profissional e núcleos temáticos transversais existentes nos cursos, entre outras possibilidades;
- o estágio desenvolvido no 5º e 8º período configura-se pela inserção do aluno no espaço sócio institucional de realização do exercício profissional o que pressupõe supervisão acadêmica em espaço pedagógico previsto na grade curricular, conforme curriculares aprovadas;
- o estágio é acompanhado pelo assistente social de campo, que deve ser inscrito no CRESS como estabelece a lei de regulamentação da profissão; a natureza do trabalho do assistente social pressupõe a reflexão, acompanhamento e sistematização das atividades desenvolvidas pelo aluno com base no plano do estágio, elaborado conjuntamente com a unidade de ensino (supervisores acadêmicos, assistente sociais de campo e alunos).” (p. 102)

“O estágio constitui-se em espaço privilegiado do caminho investigativo do exercício profissional que pode traduzir-se em projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso, na produção e sistematização de saberes profissionais.” (p. 103)

Supervisão de Estágio em Serviço Social

“Portanto, as ‘escolhas’ profissionais não são escolhas individuais, produto de uma reflexividade de cada assistente social. Elas se produzem a partir da dialética entre um patrimônio de conhecimentos produzidos pelo próprio Serviço Social ou não, e as condições efetivas em que se dá o exercício profissional. Esses são nossos parâmetros de peso e medida em um mundo atravessado por profundas alterações na regulação do trabalho. (...) Se formos buscar a resposta para qual o lugar do ensino da prática no currículo, é possível responder a essa questão dizendo que não há um lugar do ‘ensino da prática’. Ao contrário, quando o aluno é introduzido ao estudo da questão social no Brasil, ao diálogo com outros campos do conhecimento, ao conhecimento dos fundamentos do Serviço Social, ou ainda, ao estudo da formação social brasileira, estamos realizando ensino da prática, estamos desvelando também o traba-

CASSAB,
2000

lho do Serviço Social.” (p.126-127)

“Com isso se está querendo eliminar dos riscos: o de equalização do ensino da prática com o espaço do currículo, no qual o aluno aprende o conjunto de meios e instrumentos necessários ao trabalho, em contraposição aos outros momentos do currículo, nos quais ele desenvolve o estudo do arcabouço teórico. E, como foi dito acima, que ele surja como decorrência da apropriação de um conjunto de conhecimentos que são apresentados aos alunos nas outras disciplinas que compõem a grade curricular. Desse modo, a superação de nossas dificuldades em relação ao ensino da prática pode encontrar uma de suas vias de realização a medida que ele ultrapasse a dimensão apenas de ensino do manejo da instrumentalidade.” (p. 127)

“Nesse ponto de vista, significa entendê-lo em duas de suas dinâmicas. Na primeira, como um momento privilegiado de estabelecimento de sínteses possíveis no percurso da capacitação do aluno para a apreensão da singularidade das situações vividas no trabalho do Serviço Social e para o estabelecimento de objetivos e estratégias de seu enfrentamento, a fim de que seja possível empreender ações qualitativamente diferentes. A segunda dinâmica, que não se separa da anterior, refere-se à formação de uma cultura investigativa, que é condição necessária para o conhecimento dos sujeitos com os quais trabalha o Serviço Social, dos elementos presentes nos processos de trabalho nos quais está envolvido e das faces da questão social presentes nas circunstâncias que vivem os sujeitos.” (p. 128)

“Pode-se, então, indicar nesse debate que o ensino da prática não está deslocado das particularidades dos processos de trabalho, das formas que a profissão vai assumindo ao longo do tempo. O ensino da prática supõe a dimensão do conhecimento da matéria sobre a qual o Serviço Social atua, dos meios e instrumentos necessários na produção dos resultados e ainda um conhecimento acerca das condições que potencializam ou dificultam seu fazer, além, é claro, do horizonte ético político construído pela categoria profissional.” (p.128)

“Mais do que seus professores, esses profissionais (os supervisores de campos de estágios) são os primeiros ‘espelhos’ nos quais nossos alunos buscam enxergar-se como assistentes sociais. Cada geração transmite à seguinte seu patrimônio acumulado de conhecimentos., Através dessa transmissão introduz os recém-chegados em um universo de cultura no qual farão suas escolhas identificadoras. Ainda que as identidades na contemporaneidade não sejam mais unhas e rígidas, permanece a questão e a necessidade de desenvolvimento de um universo ético.No trabalho do assistente social, a formação do aluno como um sujeito capaz de trabalhar, fazer escolhas e de exercer uma responsabilidade ética em relação ao outro é fundamental nesse processo de transmissão. Os planos ético-políticos e a questão da justiça, por exemplo, instâncias onde trafegam o trabalho do assistente social, requerem uma profundidade no ensino da prática que demonstram o quão é complexo esse processo de introdução ‘a vida profissional, partilhado via de regra por docentes e assistentes sociais supervisores’. (p. 130)

“Os processos de supervisão desenvolvidos nos cursos de graduação são correntemente um dos momentos privilegiados de encontro professor-aluno. Visto que se trabalha com grupos menores de alunos que discutem face a face experiências comuns de inserção em

<p>instituições. Além desse aspecto, também o interesse do aluno pelas atividades de estágio é facilitado pela maior autonomia de ação que ele acumula no controle de seu próprio trabalho. A supervisão é assim um momento privilegiado da formação profissional de discussão ética, de crítica e autocrítica, de formação de uma atitude investigativa baseada na dialógica.” (p. 130)</p>	
<p>“Recentemente a profissão retornou ao debate teórico da metodologia, da prática e da instrumentalização profissionais. Entretanto, este debate ainda se realiza com certa dificuldade pedagógica e em âmbito restrito, o que dificulta a sua apropriação na graduação e, conseqüentemente, dificulta o diálogo com os supervisores nos ‘campos de estágio’. Muito tem se discutido sobre relação teoria/prática, mas as pesquisas sobre supervisão e estágio têm apontado que muito ainda temos a construir nas Unidades de Ensino e nas organizações que funcionam como “campo de estágio” Este passo é fundamental para que fiquem assegurados na formação do aluno, as reflexões sobre a finalidade da profissão na sociedade, os produtos da ação profissional em meio aos objetivos das organizações e o lugar da ética na profissão.” (p. 135)</p> <p>“Os procedimentos que envolvem o processo de supervisão construíram ao longo da história profissional uma cultura de tradição oral e teoricamente assistemática, que sobrevive fortemente. Esta tem socorrido os alunos em relação aos métodos, às habilidades técnicas e aos procedimentos operativos e processuais na condução de levantamentos, planejamentos, administração e gestão social, assim como nas intervenções profissionais, nas abordagens individuais, grupais e coletivas.” (p. 135)</p>	<p>GENTILLI, 2000</p>
<p>“O ensino da prática tem ocupado um espaço secundário no âmbito do currículo. Aqui esta uma clara visão de subalternidade das ‘chamadas’ disciplinas ‘práticas’ em relação às ‘teóricas’. Historicamente, no Serviço Social, o ensino da prática tem sido limitado: ao ensino de instrumentos e técnicas e/ou das ‘chamadas’ metodologias de ação; ao aprendizado restrito aos campos de estágio. No primeiro caso, a concepção de prática é a de adestramento de treinamento. A noção de competência fica restrita ao domínio de um ‘suposto’ método profissional e dos instrumentos e técnicas a ele correlatados. No segundo, contribui para reforçar a concepção positivista da ‘dicotomia entre teoria e prática’.” (p. 153)</p> <p>“A segunda questão refere-se a ensinar “para quê” melhor dizendo, que resultados se pretendem e que direção atribuir ao ensino da prática. O que implica uma clara concepção de homem e mundo e vínculos com um determinado projeto político. (...) No equacionamento destas questões, o caminho que entendemos fecundo é aquele que busca captar as mediações deste ensino.” (p. 157)</p> <p>“Se tomarmos a formação profissional como uma totalidade, o ensino da prática tem que ser pensado tanto na sua particularidade quanto na sua imbricação com as dimensões prático-social do exercício profissional, quais sejam: técnico instrumental, teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa. Este ensino tem como mediações privilegiadas a pesquisa e os elementos da cultura profissional (objetos, objetivos, valores, princípios, referencial teórico metodológico e estratégico, racionalidades, instrumentos e técnicas).” (p. 158)</p> <p>“No primeiro aspecto, quanto à auto imbricação do ensino no exercício profissional, cinco dimensões devem ser consideradas:</p>	<p>GUERRA, 2000</p>

- 1- dimensão técnico instrumental que, como a razão de ser da profissão, remete às competências instrumentais pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada; porém, ainda que seja necessário atendê-las, o exercício profissional não pode se limitar às competências instrumentais;
- 2- dimensão teórico intelectual: o ensino da prática tem que proporcionar um sólido referencial teórico metodológico que permita ao profissional distinguir entre os tipos de saberes e suas possibilidades. O ensino da prática tem que possibilitar pensar. Para tanto, há de se refletir sobre o papel da teoria para o Serviço Social? No nosso entendimento, a teoria para uma profissão como o Serviço Social tem que possibilitar: a) a crítica das formas de explicar a ordem burguesa; b) a apreensão das possibilidades de ação profissional. Com isso, entendemos que o papel da teoria para o Serviço Social é tanto fazer a crítica ontológica do cotidiano quanto apontar as possibilidades de ação de uma realidade sócio-histórica;
- 3- dimensão ético intelectual: a qual implica a adoção de determinados valores, princípios, escolhas (ideo-políticas), tendo por base finalidades. Essas finalidades quando consubstanciadas num projeto profissional coletivo contemplam uma orientação na direção social da profissão, dada pelas ações profissionais.
- 4- dimensão investigativa: há de se pensar em formar profissionais para pesquisar, analisar conjunturas e contextos sócio históricos e institucionais, mas também buscar informações sobre os objetos e usuários dos serviços e saber transmitir as informações adequadas de maneira acessível;
- 5- dimensão formativa: a profissão tem uma dimensão formativa, pela qual todos os assistentes sociais são potencialmente competentes para atuar no âmbito da formação profissional e esta, não se reduz ao treinamento de alunos. Enquanto responsabilidade legalmente atribuída aos assistentes sociais pela Lei nº 8662/93 “constituem atribuições privadas do assistente social (dentre outras) o treinamento. Avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (sic). Porém, o ensino nem sempre capacita para esta atribuição, e ainda, não há um acompanhamento e/ou a capacitação sistemática do corpo de supervisores. O ensino da prática tem que responder a esta dimensão: tem que permitir a compreensão dos papéis dos atores envolvidos: o aluno, o supervisor e o professor e precisa qualificá-los para a assunção destes papéis.” (p. 158-159)